

UNIVERSIDADE ABERTA



***Cultura pesqueira e o processo de sua patrimonialização em
Moçambique, 1901 aos nossos dias***

Daniel Caetano Roupinho Inoque

Mestrado em Estudos do Património

2016

UNIVERSIDADE ABERTA



***Cultura pesqueira e o processo de sua patrimonialização em Moçambique, 1901
aos nossos dias***

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Isabel João

2016

Resumo em Português

O presente trabalho analisou a cultura pesqueira visando, em última instância, sistematizar os critérios que definiram a selecção, no universo cultural ligado à actividade pesqueira em Moçambique, dos elementos culturais que, pela sua natureza, ascenderam à dimensão de património cultural. A escolha desses elementos para ascenderem à categoria de elementos culturais significativos da actividade pesqueira foi contextualizada na sua dimensão histórica, considerando que a actividade pesqueira é um processo evolutivo. Fez-se também a sua contextualização na dimensão antropológica, uma vez que parte considerável da actividade pesqueira tem a sua origem no processo da sua patrimonialização na cultura.

Neste sentido, considerando a importância, não só económica como também social, do sector e, no sentido de salvaguardar a sua memória, foi adoptado um museu que se constitui como instrumento de preservação, não só da memória histórica do sector mas também de parte da representatividade da cultura material e imaterial da actividade pesqueira. É neste contexto que foi sistematizado o historial da criação de um museu para o sector das pescas, o qual data há mais de um século, tendo sido materializada em 2013.

Por fim, partindo do processo de recolha de objectos até a construção da exposição, foi aferida a abrangência do museu como instrumento de preservação contemplando a natureza do legado cultural da actividade pesqueira como o culminar do processo de patrimonialização.

Palavras-chave: Museu das Pescas, Cultura Pesqueira, Patrimonialização, Património da Cultura Pesqueira, Moçambique.

Abstract

In this study we analyzed the seizure fishing culture aiming ultimately systematize the criteria defined selection in this cultural universe linked to fishing activities in Mozambique, the cultural elements which by their nature totaled dimension of cultural heritage. However, these choices for the elevation of cultural elements of the fishing were contextualized in their historical dimension, considering that fishing activity is an evolutionary process and in its anthropological dimension, since a considerable part of the fishing has its roots in process of its heritable is based in culture.

In this way, considering the importance not only economic but also social of fisheries sector and to safeguard the sector's memory, was defined the museum is constituted as a conservation tool not only the historical memory of the fishing sector but also the material and immaterial fishing culture. In this context, it was systematized the history of creation of a museum for the fisheries sector, taking over more than a century and was materialized in 2013.

Finally, starting from objects collection process to the exhibition building, it was measured the breadth of the museum as a conservation tool, considering the nature of the cultural legacy of the fishing as the culmination of the process patrimonialization.

Key words: Museum, Fishing culture, patrimonialization, Heritage fishing culture, Mozambique.

Dedicatória

Ao Senhor Manuel Luís Gonçalves (“ideólogo” do Museu das Pescas) pela sua perseverança para a materialização deste projecto secular e às comunidades pesqueiras de Moçambique, particularmente às do distrito costeiro de Moma, Nampula, que nos acolheram e, abertamente, partilharam os seus saberes sobre o mar e não só...

Ao meu pai, Quisito Roupinho Inoque (em memória) pelas palmadas, para que valorizasse a busca de saberes como elemento primordial na vida.

Agradecimentos

Ao Estado Moçambicano, através do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, ao Fundo de Fomento Pesqueiro, entidade que coordenou o Projecto Museu das Pescas, ao Reino da Noruega e à República da Islândia que, conjuntamente, financiam o Programa de Apoio ao Sector das Pescas onde está inscrita a presente iniciativa.

Agradeço também, à Professora Doutora Maria Isabel João pela paciência e afincos na orientação do trabalho.

A Direcção do então do então Ministério das Pescas liderado pelo Dr. Victor Borges, Dr. Gabriel Mutisse e Dr. Herminio Tembe e os demais colegas do sector destacando Dr^a. Laurentina Cossa, Dr^a.Florinda Langa, Dr^a.Olga Namalué, Dr. Filipe Carlos, Dr. Celso Lopes, Dr. Alexandre Duce e Dr. Mamudo Amade e seus colaboradores pelo apoio nos processos administrativos financeiro no processo de formação.

Ao corpo docente e técnico administrativo do curso de Mestrado em Estudos do Património da Universidade Aberta de Lisboa.

Ao então Instituto Português dos Museus e da Conservação - IMC, à Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, à Doutora Graça Filipe, ao Doutor Paulo Ferreira da Costa e ao Doutor Luís Martins que ofereceram todo o apoio para a nossa integração na área dos estudos do património.

Ao Museu das Pescas, particularmente ao seu respectivo director, o Arquitecto Larsen Vales pela indicação do Dr. Cassimo Marajo para acompanhar-nos na recolha de dados sobre a instituição cujo apoio foi fundamental para a sistematização das acções do Museu das Pescas, particularmente a partir de 2013, sem o qual este trabalho seria incompleto.

À equipa da coordenação do Projecto Museu das Pescas de 2009 a 2012, nomeadamente: Sr. Manuel Luís Gonçalves, Dra. Ascensão Pinto e, *à posteriori* Dr. Albino Magona, Dra. Noémia Leopoldina, Sra. Lina Dane, Sr. Lugero Nibau, Sr. Mário Machaúle, Dr. Omar Madime, Manuel Chaúca (mais tarde substituído pelo Sr. Sitoé) e Amelina Armando. E, nos últimos momentos, ao Dr. Daniel Lopes (“Antropólogo-Fotógrafo”), Dr^a Valda Marcos e Nelson Utchavo.

À Dr^a Lizette Palha Sousa que prontamente apoiou na revisão do texto e com informações sobre o então sector das pescas e à Dr^a Pércida Langa pela revisão linguística do texto.

À direcção cessante, bem como à actual, do Insitituto Nacional de Investigação Pesqueira (Dr^a Paula Santana Afonso e Doutor Atanásio Brito e Dr. Jorge Mafuca e Dr^a Isabel Chaúca) pela compreensão e apoio para a conclusão da elaboração da dissertação.

Ao Arquitecto José Forjaz, Rogério Monteiro e Gianfranco Gondolfo pela atenção e a informação concebida.

As equipas de trabalho das Bibliotecas do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (particularmente o Dr. José Cansano), do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, do Arquivo Histórico de Moçambique, da Biblioteca Nacional de Moçambique, da Biblioteca Central da Universidade Eduardo Mondlane- Brazão Mazula. Em Portugal, a Biblioteca do Instituto de Investigação Científica Tropical, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto Universitário de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Histórico Ultramarino.

Aos Colegas de “carteira” na Universidade Aberta de Lisboa, António Rosa e Edviges Apolinário que muito fizeram da parte de lá, para que terminasse esta fase da formação.

Ao Dr. Neto Borges, Dr. Isidro Intave, Dr. Adelino Silane, Sr. Mussa Ibraimo e Rachide Ismael pelo apoio em Nampula para a realização do trabalho de campo incluindo à todos entrevistados devidamente mencionados como fontes do trabalho.

Aos colegas Dr^a Elisa Ofinar, Osvaldo Cumbane, Rosário Agostinho, Joaquina Ricardo e Fligência Djedje pela colaboração e apoio em fases críticas da formação.

Aos amigos Armando Bazar, Castilho Magaia e agora Adolfo Boane pelo incentivo nos momentos de desânimo.

Aos tios Domingos Caetano (Guinho) e Marta que sempre aconheram na cidade de Nampula em trânsito para Moma.

A D. Isabel Caetano Laissone, pelo exemplo de persistência e paciência e o carinho de mãe.

Aos meus irmãos, Isaura, António, Agostinho, Elisa Inoque e os demais familiares que muito motivaram a continuar os estudos sendo extensiva a família Nhonguane.

A Savata Nhonguane, minha companheira de todas as caminhadas pela paciência que soube transmitir aos nossos filhos Stela e Kamaguira Inoque nos momentos da nossa ausência para continuação da formação.

E a todos e a todas não mencionados que de forma directa ou indirecta tornaram esta etapa de formação concretizada, o nosso muito obrigado.

Especificações circunstanciais

Este estudo não seria materializado se não fosse pelo apoio do Estado Moçambicano, através do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Fundo de Fomento Pesqueiro entidade que coordenou o Projecto Museu das Pescas, o Reino da Noruega, a República da Islândia e o Instituto Nacional de Investigação que, conjuntamente financiaram a nossa formação.

Índice Geral

RESUMO EM PORTUGUÊS.....	ii
RESUMO EM INGLÊS.....	iii
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
ESPECIFICAÇÕES CIRCUNSTANCIAIS.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
I.CAPÍTULO: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DA ABORDAGEM	12
II.CAPÍTULO: O SECTOR DAS PESCAS EM MOÇAMBIQUE, DO SÉCULO XIX AS	
NOSSOS DIAS.....	24
III.CAPÍTULO: A COMUNIDADE PESQUEIRA DE MOMA – NOTAS DO TRABALHO	
DE CAMPO.....	59
IV.CAPÍTULO: MUSEU DAS PESCAS COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO	
PATRIMÓNIO DA CULTURA PESQUEIRA.....	75
CONCLUSÕES.....	110
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	113

Índice Gráficos/Quadros

Gráfico 1: Cadeia de Produção e de Valor da Pesca Artesanal Comercial em Moma.....	62
Gráfico 2: Esquema sobre a cadeia de produção de valor da pesca artesanal comercial.....	65
Quadro 1: N.º de Objectos expostos distribuídos pela “cadeia de valor” da pesca artesanal em Moçambique.....	107

Índice de Figuras

Mapa 1 – Distrito de Moma.....	61
Fotografia 1: Local da sede provisória da Associação de Carpinteiros Navais de Moma.....	66
Fotografia 2: No primeiro plano uma embarcação tipo Moma.....	67
Fotografia 3: Mestre Jama Jamal em plena actividade e suas ferramentas de trabalho.....	68
Fotografia 4: Reparação de uma canoa tipo tronco escavado.....	69
Fotografias 5 e 6: A presidente Latiza e os moldes de produção de gelo.....	72
Fotografias 7: Vista panorâmica da exposição do 1º andar do edifício do Museu das Pescas.....	88
Fotografia 8: Pescadores artesanais em alto mar.....	90
Fotografia 9: Casquinha (canoa)	91
Fotografia 10: Vitrina 1.....	92
Fotografia 11: Malema (Armadilha de pesca).....	92
Fotografia 12: Face 1 do Painel 1-Notas introdutórias da exposição.....	93
Fotografia 13: Face 2 do Painel 1 - Recursos Pesqueiros Demersais.....	94
Fotografia 14: Face 3 do Painel 2 - Recursos Pesqueiros Pelágicos.....	94
Fotografia 15: Face 4 do Painel 2 - Mapa do Canal de Moçambique.....	95
Fotografia 16: Estrato 1 - Artes de Pesca – Armadilhas.....	95
Fotografia 17: Face 5 do Painel 3 – Artes de Pesca Artesanal de Moçambique.....	96
Fotografia 18: Face 6 do Painel 3 – Artes de Pesca e uma embarcação Artesanal de Moçambique.....	96
Fotografia 19: Face 7 do Painel 4 - Pesca de Kapenta e Uso de Tarrafa.....	97
Fotografia 20: Face 8 do Painel 4 – Mulheres na apanha de mariscos e pescadores artesanais.....	98
Fotografia 21: Face 9 do Painel 5 Embarcações usadas na pesca artesanal em várias regiões de Moçambique.....	98

Fotografia 22: Vitrina 2.....	99
Fotografia 23: Estrato 2- Artes de Pesca – Redes, sinalizadores, salmora para a salga de pescado.....	100
Fotografia 24: Painei independente - Desenhos de embarcações de Pesca.....	101
Fotografia 25: Embarcação tronco escavado melhorada.....	101
Fotografia 26: Bóias de sinalização de redes de pesca.....	102
Fotografia 27: Face 11 do Painei 6 - As profissões associadas à pesca.....	102
Fotografia 28: Face 12 do Painei 6 - Reparação de artes de pesca.....	102
Fotografia 29: Face 13 do Painei 7 - Processamento de peixe.....	103
Fotografia 30: Face 14 do Painei 7 - Transporte e comercialização de peixe.....	103
Fotografia 31: Face 15 do Painei 8 – Apelo ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.....	103
Fotografia 32: Face 16 do Painei 8 - Cultura geral sobre o valor protéico do peixe.....	103
Fotografia 33: Jangada de nome local <i>Xitataro</i>	104
Fotografia 34: Embarcação tipo Lancha da Ilha de Moçambique.....	104
Fotografia 35: Embarcação tipo Moma de Angoche.....	104
Fotografia 36: Embarcação tipo Lancha da Baía de Maputo.....	104
Fotografia 37: Tractor da pesca de arrasto mecânico para terra de Inhambane (Inhassoro).....	105
Fotografia 38: Aquário de Peixe (tilápia).....	105

INTRODUÇÃO

Na historiografia moçambicana, quer a de índole académica, quer a oficial, quer do período de dominação portuguesa quer a do pós-independência, a abordagem relativa à actividade pesqueira é quase nula ou pouco expressiva (Mendes, 2005:17-32). Considerando que Moçambique se estende por uma costa de cerca 2795 quilómetros ao longo do Oceano Índico, repleta de baías que, por sinal, concentra as áreas de início da ocupação do território por povos oriundos de vários quadrantes do globo terrestre, num processo iniciado pelos árabes, seguidos pelos europeus que no hibridismo pontificaram um encontro de culturas com os povos indígenas no sentido lato da palavra, o que terá originado no que hoje poderá se designar da “moçambicanidade” não se encontra justificação a ausência de estudos históricos e socioculturais sobre a actividade pesqueira uma vez que a actividade pesqueira é milenar no território que hoje delimita o país.

O presente estudo poderá constituir uma contribuição para as discussões sobre cultura pesqueira e seu processo de patrimonialização considerando que esta área de actividade humana, a pesca, tem sido preterida pelos estudiosos das ciências sociais e humanas em Moçambique e é de uma abordagem recente a nível mundial. Entretanto, a importância do sector pesqueiro para a segurança alimentar bem como a sua contribuição como provedor de produtos com alto valor proteico para a humanidade remontam dos primórdios da emergência de sociedades sedentárias. É neste quadro que se enquadra a pertinência e a relevância do tema em apreço.

Formulação do Problema

A cultura pesqueira é a base teórico-prática do processo de patrimonialização do legado mais expressivo da actividade pesqueira em Moçambique tendo um museu como instrumento de preservação desse manancial cultural das comunidades pesqueiras do território. No entanto, neste quadro, a cultura pesqueira como conceito operativo do processo de patrimonialização desses testemunhos carece de uma sistematização numa perspectiva académica conjuntamente com os bens culturais alvo de tal preservação. Neste sentido, o que será entendido como cultura pesqueira? Que critérios foram definidos no processo de selecção, valorização,

inclusão dos bens considerados como alvo de preservação no Museu das Pescas em Moçambique? Até que ponto um museu poderá ser um instrumento de preservação da multiplicidade de bens considerados como mais significativos da cultura pesqueira? As questões colocadas acima nortearam o desenvolvimento do estudo.

Metodologia e fontes

O trabalho encontra enquadramento no cruzamento de três campos científicos. Numa primeira fase centrou-se na História, seguidamente na Antropologia e finalmente nos Estudos do Património. O enquadramento do estudo, na História, deve-se à necessidade de se proceder ao enquadramento do tema na sua matriz fundamental considerando a ligação memória e história como epicentro para a constituição do património e, conseqüentemente, de uma dada identidade colectiva, no caso. Assim, por via da pesquisa bibliográfica e documental, sistematizou-se os dados relativos à evolução histórica do sector pesqueiro de Moçambique como instrumento para a posterior delimitação das principais etapas de desenvolvimento do sector como base para o alinhamento do discurso expositivo na comunicação do próprio património. A segunda fase de recolha de dados foi a partir de métodos e técnicas da “Antropologia pesqueira” sugeridas por (Mcgoodwin, 2001), baseou-se na observação, isto é, na visualização, em terra, das actividades diárias da comunidade, o que permitiu apreender sobre a comunidade pesqueira em estudo. No trabalho de terreno procedeu-se ao registo e/ou sistematização da informação junto da referida comunidade. Este consistiu na descrição das práticas, das artes de pescas, das embarcações e outros artefactos da actividade por meio de desenho e/ou registo fotográfico da cultura material e imaterial mais significativas, baseando-se num método participativo, com a partilha de histórias de vida, entrevistas estruturadas, semi-estruturadas e formulando questões pertinentes que emergiram dos fóruns de partilha colectiva e/ou das entrevistas individuais.

O trabalho centrou-se no campo dos Estudos do Património, como foi referido, onde as comunidades pesqueiras foram envolvidas na análise da proposta das normas de inventário

com base em alguns objectos recolhidos pelo Fundo de Fomento Pesqueiro¹ nos últimos anos para constituir o acervo do Museu das Pescas, conforme uma metodologia de inventário preliminar da colecção² adoptada a partir 2009. Além disso, foi-se aferindo, neste contexto o “valor dos bens culturais” até então recolhidos junto dos principais intervenientes na recolha e na comunidade pesqueira que as cederam, apurando os critérios definidos para a selecção, valorização e inclusão dos bens culturais em questão.

Assim, o estudo foi levado a cabo na província de Nampula, distrito de Moma, local onde foi estabelecido um dos primeiros Combinados Pesqueiros³ área em que se procedeu à recolha de uma parte considerável dos primeiros objectos com vista ao estabelecimento do Museu da Pesca Artesanal, primeira designação da entidade de preservação em análise.

Segundo o Recenseamento Nacional da Pesca Artesanal de 2012, trabalhavam na pesca artesanal na província de Nampula região em estudo cerca de 4947 pescadores e 11912 intervenientes, entre carpinteiros navais, comerciantes, processadores, “mecânicos navais” e redeiros, perfazendo um total de 16859 trabalhadores.⁴ Assim, foram entrevistados conforme cada grupo etário adiante apresentado, num total de 31 pessoas entre pescadores e outros intervenientes repartidos em quatro grupos, conforme as fases de crescimento humano abaixo discriminadas:

- Adolescência (dos 12 aos 20 anos);

¹ O Fundo de Fomento Pesqueiro é uma instituição tutelada pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas que, por iniciativa do seu então Presidente do Conselho de Administração, Sr. Manuel Luís Gonçalves desde o final da década de 90 até, particularmente, o início deste milénio promoveu campanhas de recolha de objectos que, a posterior foram incorporados ao projecto que criou o Museu das Pescas em Moçambique.

² Por via de fotografias dos objectos da colecção procedeu-se, em conjunto com as comunidades pesqueiras de Moma, o levantamento da informação para a realização do inventário da colecção recolhida pelo projecto que criou o Museu das Pescas de Moçambique em Junho de 2013.

³ Combinados Pesqueiros foram instituições de apoio à Unidade de Direcção de Pesca de Pequena Escala criados a partir de 1979 a 1989 asseguraram e recuperaram a operacionalização das infra-estruturas abandonadas pelos colonos e aprovisionaram os pescadores em factores de produção. Estavam estabelecidos em quase todas as províncias do país, principalmente as de maior produção pesqueira. NAMALUÉ, José Maria, *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros, 1979-1989*, Maputo, Fundo de Fomento Pesqueiro, 2000, pp. 11

⁴ INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA. *Recenseamento Nacional da Pesca Artesanal, 2012: Resultados Nacionais da Província de Nampula*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, 2013.

- Juventude-Jovem adulto (dos 21 aos 34 anos);
- Adulta (dos 35 aos 64 anos); e
- Idoso (dos 65 anos em diante).

A abordagem às fontes de informação referidas foi antecedida por consultas a arquivos e bibliotecas (centros de documentação) do sector das pescas de Moçambique, nomeadamente no Instituto Nacional de Investigação Pesqueira que é depositária do acervo documental da primeira instituição criada para desenvolver estudos na área das pescas em Moçambique, no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, que é a entidade pública que então coordenava as acções relativas à pesca artesanal no país, e no então Ministério das Pescas, órgão central do sector que coordenava o subsistema político da actividade no país. Foram ainda consultadas a Biblioteca Nacional de Moçambique e a Biblioteca Central Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane. No estrangeiro, pela ligação histórica com Moçambique, em Portugal, foram consultadas as mesmas tipologias de unidades documentais em Lisboa, no Instituto de Investigação Científica Tropical, no Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca do Instituto Universitário de Lisboa.

As fontes consultadas foram principalmente jornais, legislação e políticas do sector pesqueiro, dissertações, monografias, periódicos, artigos científicos e relatórios que abordam o assunto. Assim, de seguida procederemos à sistematização do estado da arte sobre os estudos das pescas em Moçambique que se substanciará em notas sobre a evolução histórica do sector das pescas obedecendo a dois grandes períodos, o colonial português e o pós-independência política do constituído Estado Moçambicano.

O estado da arte sobre os estudos das pescas em Moçambique

A pesca é uma actividade milenar constituindo-se como base da subsistência do Homem logo no primórdio da sua sedentarização com a ocupação das regiões com cursos e/ou porção de águas permanentes, facto este provado por estudos arqueológicos desenvolvidos em várias regiões costeiras e ribeirinhas do globo terrestre. Para o caso do território moçambicano, os estudos arqueológicos demonstram que a ocupação de áreas costeiras e ribeirinhas deveu-se à existência de recursos aquáticos consumíveis, numa primeira fase, do mar e dos rios como via

de transporte e como ponto de trocas comerciais com o exterior que permitiram o desenvolvimento da actividade pesqueira no período pré-colonial. Esses estudos remontam dos anos 70 do século passado onde se destacam autores como (Smollar, 1976; Martinez, 1976; Morais, 1978 *apud* Madiquida; Madime, 2010) que abordam a ocupação dessas áreas por populações que os designaram por “comunidades costeiras”. Assim, a presente sistematização do estado da arte sobre as pescas em Moçambique apresenta a literatura e as fontes que parecem fundamentais para a abordagem do tema.

Para uma melhor articulação dos factos relativamente ao debate sobre o sector pesqueiro em Moçambique, sistematizar-se-á o presente estado da arte numa abordagem cronológica considerando dois períodos que parecem estruturantes para o conhecimento da actividade pesqueira no território, nomeadamente o colonial português e o pós-independência política do território.

Em forma de contextualização, é relevante referir que o período pré-colonial é marcado por estudos relativo à actividade pesqueira que abordam o exercício de forma quase marginal, isto é, os trabalhos desenvolvidos que incidem sobre as “comunidades costeiras” focalizam principalmente os aspectos relacionados com comércio nas zonas costeiras. Dos estudos analisados, actualmente agregados numa linha de pesquisa designada “dinâmicas do Oceano Índico” datam como período de estabelecimento destas “comunidades costeiras” desde a Idade da Pedra Superior (cerca de cerca de 22.000 anos a.C) até à Idade do Ferro Superior (Primeiro milénio d.C). Os achados resultantes dos estudos comprovam evidências de consumo destes recursos aquáticos (moluscos e peixes) em África (Moçambique) como nos reportam (Smollar, 1976; Martinez, 1976; Morais 1988 *apud* Madiquida; Madime, 2010:3) ao afirmarem que *as dunas quaternárias ao longo da costa eram ocupadas para a exploração de recursos marinhos [...] moluscos, razão pela qual pode-se encontrar grande quantidade de conchas [...] e outros materiais*. Contudo, nos estudos em questão, quanto à tecnologia de pesca, as evidências materiais são quase inexistentes o que denota e reafirma a hipótese de que a natureza dos estudos tinha por objectivo captar aspectos relacionados às “comunidades costeiras” percebida no seu todo como uma entidade cultural e focalizando as pescas

como parte das actividades desenvolvidas por estas populações que se estabeleceram no litoral moçambicano.

O primeiro estudo a que se teve acesso sobre a temática no período que pode considerar de presença portuguesa no território é datado de 1910. Segundo o seu autor, Vicente Lopes, em Moçambique a actividade pesqueira era desenvolvida pela população indígena estabelecida nas zonas costeiras e ribeirinhas, foi, acrescenta, e tem sido o garante da segurança alimentar das populações residentes no território principalmente com o fornecimento de peixe aos principais centros urbanos da então colónia portuguesa e actualmente (Lopes, 1910). Este facto permite concluir que existe uma tradição pesqueira no território no mínimo milenar. No mesmo fio de pensamento, foi publicado em 1911 "As memórias sobre as pescarias de Moçambique" por Hugo Lacerda, que descreve a situação da actividade neste território. O autor, partindo da sua experiência como Presidente da Comissão das Pescarias de Moçambique, demonstra que as águas marítimas do território da então província de Moçambique são piscosas, contrapondo todas as correntes que comprovavam o contrário no início do século passado (Lacerda, 1911). É de referir que o debate em torno das pescas em Moçambique no início do milénio passado, gravitava em torno das potencialidades em termos de recursos pesqueiros das suas águas. Adiante o autor refere que antes da instalação da Comissão de Pescarias de Moçambique, pouco ou nada de impacto pode ser destacado como marco de desenvolvimento de um sector pesqueiro estruturado no território. Em suas palavras, *a Comissão de Pescarias foi installada em 8 de setembro de 1902 e o decreto que criou tem a data de 25 de julho de 1904* (Lacerda, 1911:5). A expectativa da supra-referida comissão, era impulsionar o desenvolvimento da actividade pesqueira de cariz industrial no território, com o advento da pesca com o uso de embarcações de propulsão a vapor em voga no início do século passado, como resultado da revolução industrial. Assim, o autor refere que a comissão estava convencida da introdução deste tipo de pesca nas águas moçambicanas. Nesse sentido, foi ordenando a elaboração do regulamento da pesca a vapor para a zona sul concretamente para o então Lourenço Marques em 1903, como consequência do número elevado de pedidos para o desenvolvimento de tal pescaria. Neste primeiro decénio do século passado, foram registados na comissão uma série de pedidos de exploração de recursos marinhos como, ostras e pérolas, para exemplificar. O

autor, seguidamente, faz um balanço das actividades desenvolvidas pela comissão na esteira da novidade na abordagem dos assuntos, destacando a visão optimista dos seus membros que vaticinavam que:

[...] largos horizontes se iam abrir as grandes indústrias, vinha abundância do pescado para o consumo e para exportação; a ação da Comissão estender-se-ia já efficazmente a toda a Provincia por meio de ativas comissões locais nos portos; abertura de um museu, etc.

(Lacerda, 1911:7).

Como se pode observar, o estabelecimento de um museu para o sector das pescas é uma ideia secular, assunto que abordaremos com profundidade mais adiante. A comissão das pescarias foi responsável pela elaboração do quadro legal para o desenvolvimento da actividade pesqueira no período colonial onde se destaca o regulamento da exploração de ostras e de gamboas, (este último não chegou a ser aprovado porque punha em causa o desenvolvimento da pesca com o uso dessa arte pelos indígenas). O regulamento da pesca a vapor foi aprovado em 1903, documento que o autor refere ser uma cópia quase integral de um dispositivo legal atinente à mesma matéria em vigor na então metrópole mas não logrou os objectos legais preconizados na colónia (Lacerda, 1911:7).

As estatísticas de pesca constituem-se como dados essenciais para o desenvolvimento e administração da actividade pesqueira. Assim, pela sua importância, uma vez que a mesma não era registada de forma sistematizada foram discutidas e delineadas estratégias para a sua captação. Por um lado, aliadas às estatísticas, o autor refere que não existem indicações científicas seguras que sirvam de base para o desenvolvimento da actividade pesqueira na então província de Moçambique no período em apreço (Lacerda, 1911:7). Por outro lado, observa que o fraco desenvolvimento da actividade pesqueira no território deveu-se às dificuldades de implementação do quadro legal vigente e foram propostas alterações alicerçadas em consultas às comissões locais das pescarias para o respectivo parecer (Lacerda, 1911:9). Como se pode observar, com o estabelecimento das comissões locais das pescarias em Moçambique, e inicia-se um novo ciclo para a administração e desenvolvimento de um sector pesqueiro no território numa filosofia que tende à inclusão de novos autores (locais) na administração do sector emergente.

Apesar da aprovação do regulamento para o desenvolvimento da pesca com recurso a embarcações a vapor ter ocorrido em 1903, como se referiu acima, somente em 1908, 5 anos após a sua entrada em vigor, foi aprovado o primeiro projecto de extracção tendo sido proposto pela Empresa de Navegação do Limpopo cuja Comissão das Pescarias de Moçambique cedeu a devida autorização a título experimental. Os resultados da pesca experimental apontavam que,

[...] a pesca com arrasto não foi profícua, por causa dos fundos: viu-se que o fundo era bom para o arrasto, não havia peixe entre Lourenço Marques e Limpopo, mas notou-se também que havia muito bons pesqueiros para a pesca a linha, mas que não pagavam, comtundo a exploração feita com um navio a vapor. Deve dizer que a experiência foi praticamente pequena por mau tempo e más condições do vapor.

(Lacerda, 1911:14).

Este resultado atesta, como se referiu, a necessidade de maior entrosamento entre o desenvolvimento da actividade pesqueira, principalmente de cariz industrial, considerando o nível de investimentos envolvidos para a sua concretização com a realização de estudos científicos que permitiriam chegar a resultados bem diferentes e capitalizariam os esforços financeiros investidos.

No período pós-independência do território, destaca-se na temática em análise, o estudo de (Conceição, 2006) que, entre outros aspectos relativo às comunidades costeiras no norte de Moçambique, versa sobre a pesca marítima num quadro mais globalizante que designou de “economias das comunidades costeiras”. Por outro lado, (Lopes, 1994) num estudo pioneiro sobre as práticas mágico-religiosas numa comunidade da província de Inhambane, sugere que os aspectos da cultura imaterial centrada no simbólico são de importância vital como meio segundo o qual, pela sua compreensão, se poderá impulsionar o desenvolvimento, valorizando e preservando as práticas simbólicas do grupo estudado.

Os estudos até aqui analisados sugerem que a cultura pesqueira parece ser a terminologia mais adequada para abordar, em termos conceptuais, a actividade pesqueira artesanal, considerando que a mesma agrega, para além da pesca marítima, a actividade pesqueira desenvolvida em águas interiores (lagos, rios estuários e as massas de água para o desenvolvimento da aquacultura) e das actividades delas decorrentes em terra. Adicionalmente, os trabalhos sobre a cultura pesqueira em Moçambique são basicamente descritivos, sistematizam informações

descrevendo embarcações (Moura, 1972) e artes empregues na pesca artesanal (Costa, 1967) salvo algumas excepções, caso do estudo na área da antropologia de (Lopes, 1994) relativo às questões simbólicas nesta tipologia pesqueira numa região da província de Inhambane, demonstrando a importância da valorização e preservação das manifestações culturais como premissa fundamental para impulsionar o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras.

Entretanto, a primeira referência relativa à preservação do legado relativo a actividade pesqueira em Moçambique data de 1902, informação contida numa das Actas da Comissão das Pescas de Moçambique criada no referido ano, como foi inicialmente abordado. O documento refere a necessidade de estabelecer um museu para a preservação do legado cultural desta área de actividade, todavia, não avança a perspectiva conceptual do estabelecimento deste instrumento de preservação cultural (Lacerda, 1911). Gonçalves em 2008 refere que a ideia data de 1982 período em que, a valorização deste legado cultural surge no âmbito do arranque de estudos de base para o desenho de políticas para o “desenvolvimento” da pesca artesanal em Moçambique, tendo-se constatado a existência de um aparato tecnológico tradicional equiparado aos convencionais em uso em outras partes do mundo ocidental dito moderno. Este facto, uma vez mais, leva a reforçar a ideia da criação do Museu das Pescas, entretanto, numa perspectiva de preservação da cultura das comunidades pesqueiras do país.⁵ Contudo, como se observou, a preservação do património cultural representativo relativo à actividade pesqueira em Moçambique restringe-se, até ao momento, ao museu como instrumento de salvaguarda.⁶

Todavia, considerando a natureza viva do património em questão, isto é, sendo o legado cultural o modo de vida das comunidades, constitui desafio o processo da sua patrimonialização tendo em conta os desafios de desenvolvimento no país, principalmente com as descobertas e/ou início de exploração dos recursos naturais depositados nos fundos das águas marítimas e interiores do território e, sendo que o mesmo meio aquático conserva os recursos explorados que estruturam a cultura pesqueira da qual as comunidades pesqueiras e

⁵ GONÇALVES, M.- Intervenção do Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro. In: *Seminário de Auscultação e Divulgação sobre o Papel e Mandato do Museu das Pescas*, Fundo de Fomento Pesqueiro, Maputo, 2008.

⁶ DECRETO nº 27/2013. *Boletim da República. I Série*, 49 (13-20-06): Cria o Museu das Pescas.

ribeirinhas são guardiões no país. De seguida aborda-se as questões em aberto que permitiram o desenvolvimento do estudo em questão.

Desenvolvimento do estudo e questões em aberto

O estudo preconizou a recolha e a sistematização de dados relativos à história das pescas em Moçambique, aos modos de vida e da cultura material das comunidades pesqueiras de Moma, considerando que a evolução histórica da actividade pesqueira no país carece de uma abordagem mais centralizada, na medida que este sector de actividade é milenar e que os momentos estruturantes para o conhecimento dos marcos mais importantes do seu desenvolvimento, as fontes, são dispersas e quase não existem trabalhos historiográficos que interligam a evolução do sector desde o período pré-colonial aos nossos dias. É nesta perspectiva que se analisa o quadro legal para o desenvolvimento da actividade, a tecnologia de pesca, os principais recursos alvo do exercício, focalizando a finalidade e o destino do pescado capturado, aferindo as causas do franco desenvolvimento do sector, particularmente no período colonial português e no pós- independência política do território. Anuncia-se os locais onde é desenvolvida a pesca e a contribuição do sector na economia do território. Para melhor visualizar a contribuição do sector não somente na economia, como também evidenciar a sua importância como chave na captação de rendimentos, principalmente para as comunidades costeiras e ribeirinhas. Por fim, relativamente à sistematização da evolução do sector, refere-se à investigação e extensão pesqueira sintetizando o seu impacto no desenvolvimento do sector das pescas em Moçambique e os aspectos relacionados ao fomento pesqueiro.

Na literatura, ficaram em aberto os aspectos relacionados aos modos de vida das comunidades pesqueiras, particularmente da comunidade de Moma, desde questões relacionadas com práticas mágico-religiosas, festas, celebrações e a forma como transmitem às novas gerações os conhecimentos relacionados com a inserção destas mesmas na comunidade, considerando as constantes e rápidas mudanças que decorrem nas regiões costeiras e ribeirinhas do território moçambicano.

Motivação e Objectivos do Estudo

O presente trabalho foi motivado pelo envolvimento pessoal no processo de estabelecimento de um instrumento para a preservação do legado relacionado com a actividade pesqueira em Moçambique e, como resultado das reflexões em torno da iniciativa, aquando da frequência o curso de mestrado em questão, propõe-se contribuir academicamente para o processo de preservação deste testemunho da actividade pesqueira no país. Na sequência disso, focalizou-se o estudo na sistematização, numa perspectiva académica, do enquadramento da noção de cultura pesqueira como base teórico-prático do estabelecimento do instrumento de preservação do património cultural resultante da actividade pesqueira em Moçambique. Por outro lado, analisou-se os critérios definidos para a selecção, valorização, inclusão dos bens culturais considerados como património cultural da actividade pesqueira e aferiu-se a abrangência do museu como instrumento de preservação do referido legado cultural.

Assim, o trabalho para além da presente introdução, encontra-se organizado em capítulos, sendo o primeiro que faz um enquadramento conceptual da abordagem do tema, seguida de uma contextualização histórica relativa à actividade pesqueira em Moçambique, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias. Posteriormente, é enquadrado o capítulo sobre o trabalho de campo onde são sistematizados os aspectos antropológicos que complementam a abordagem histórica, o cerne para o desenvolvimento do capítulo relativo ao museu como instrumento de preservação da cultura pesqueira pela sua patrimonialização e, por fim, apresentam-se as conclusões do estudo. De seguida procede-se à conceptualização dos principais conceitos que nortearam a abordagem, nomeadamente: culturas, cultura pesqueira e património cultural, onde foi integrado, igualmente, o conceito de patrimonialização. Finalmente conclui-se a abordagem conceptual com a sistematização do conceito de museu.

CAPÍTULO I

I. Enquadramento Conceptual

Neste capítulo pretende-se apresentar alguns conceitos chave que nortearam a pesquisa, nomeadamente de culturas, cultura pesqueira, património cultural e “patrimonialização” ainda que apreendida como um conceito que encontra seus elementos de sua estruturação na definição de património cultural no entanto visto como um processo de legitimação de um bem cultural a estatuto de património cultural.

O conceito de culturas foi integrado no trabalho porque se constituiu como conceito condutor para uma abordagem mais específica relativa à cultura das comunidades pesqueiras designada por vários autores, como se analisa mais adiante, por cultura pesqueira, conceito-chave do presente estudo. O uso do conceito de património cultural deve-se ao enquadramento da temática do trabalho na área de estudos do património, com o intuito de servir de base para a formulação de um conceito mais específico que espelhe o contexto do processo de patrimonialização da actividade pesqueira em Moçambique. Um museu foi equacionado como instrumento de preservação sendo aquele outro conceito chave que se irá abordar no trabalho para aferir à *posteriori* a tipologia desta unidade de preservação que melhor se adequa para a preservação de um sector de actividade com várias vertentes e com características distintas de bens culturais.

I.1 Culturas

A cultura refere-se às relações humanas. É a forma como o Homem se relaciona com o meio em que se insere. O termo cultura na origem da sua sistematização nas ciências sociais e humanas teve um “sentido normativo”, isto é, foi determinado por um grupo o que deveria ser cultura, entretanto, à *posteriori*, emerge uma abordagem mais descritiva com os fundadores da etnologia, sendo a sua principal preocupação a descrição da sua manifestação nas sociedades humanas. Contudo, neste contexto, o processo da construção conceptual da cultura não foi consensual, sendo que o conceito se desenvolveu nesta última perspectiva em duas direcções que alimentam debates infundáveis num confronto entre as duas perspectivas, a “universalista -a cultura-” e a particularista -as culturas- (Cuche, 2003:40).

Segundo (Tylor *apud* Cuche, 2003:40) primeiro teórico que sistematiza o conceito de cultura na etnologia define-o nos seguintes termos: [...] esse todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo Homem enquanto membro da sociedade. A definição de cultura apresentada configura-se numa neutralidade permitindo, assim, enquadrar num quadro teórico “toda a humanidade” sem distinção e rompe com a concepção de cultura em voga na sua emergência nas ciências sociais e humanas onde os povos ditos primitivos eram analisados à margem por serem considerados homens e mulheres “sem cultura”. Na perspectiva de Tylor, o espírito humano em condições similares em todas as partes do globo terrestre, opera de modo similar colocando a espécie humana como um ser com capacidades análogas em qualquer espaço da Terra. É neste sentido que Tylor é considerado como iluminista, continuador da concepção universalista da cultura dos predecessores filósofos do século das luzes. A principal questão que pretendiam resolver era a explicação da “evolução da cultura e a sua universalidade” (Cuche, 2003:41-42). O fundamento central da corrente universalista da cultura era demonstrar uma linha contínua evolutiva da “cultura primitiva” para a “cultura avançada” ou a civilização (usando a terminologia empregue na Escola Francesa de então, para se referir à cultura) rompendo com a abordagem que visualizava uma ruptura entre os “primitivos” e os “civilizados” (Cuche, 2003:42).

Em oposição à perspectiva universalista da cultura, Franz Boas defende uma abordagem particularista da cultura, onde é considerado como principal teórico da corrente. Os particularistas da cultura centram a conceptualização do conceito de cultura na “especificidade cultural” rompendo com a abordagem de “contínuo cultural” defendido por Tylor. O centro da fundamentação teórica desta corrente parece assentar no facto de [...] *que a organização social era determinada pela cultura do que pelo ambiente físico*. Assim, do ponto de vista de Boas, não existiam possibilidades para a sistematização de [...] *leis universais de funcionamento das sociedades e das culturas* (Cuche, 2003:44). Boas visualizava a cultura como uma unidade singular e a originalidade dos “elementos culturais” é que seria o centro de diferenciação das sociedades, sendo que a percepção da lógica do funcionamento e do comportamento dos indivíduos é o epicentro para a captação da “especificidade cultural”. É neste contexto que Boas defende a necessidade de valorização e protecção de uma dada cultura

quando reconhecida a ameaça do seu “desaparecimento total” (Cuche, 2003:48-49). A especificidade cultural remete a uma outra noção sistematizada nos Estados Unidos da América que considera a abrangência de uma abordagem “total orgânica” da cultura abrindo, assim, espaço para a emergência da “subcultura” como parte de uma dimensão mais alargada da cultura, onde congrega vários grupos com origens diversas originando, conseqüentemente, uma “diversidade cultural” resultante da junção das diversas especificidades culturais (Cuche, 2003:81-82). Por conta disso, (Diegues *apud* Santana; Oliveira) referindo-se à cultura tradicional em suas palavras, refere que:

[...] são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil.

(Santana; Oliveira, 2005:1).

Ora, a conceptualização acima indicada reafirma a ideia avançada por (Firth, 1946 *apud* Nunes, 2008) que relaciona a subcultura à premissa de que [...] *a comunidade forma um microcosmos representativo da comunidade inteira a que pertence e que permite, por isso, aprender a totalidade da cultura da sociedade em causa.* (Cuche, 2003:82). Parece ser neste quadro conceptual que emerge uma abordagem da cultura como uma especificidade que agrega as dimensões territoriais e das relações sociais como centro de constituição de comunidades mais específicas que partilham vivências e formas de estar no mundo que diferem de outras comunidades, formando uma unidade cultural distinta na perspectiva de Boas que, para o caso presente, foi designada cultura pesqueira, como se aborda a seguir.

I.2 Cultura Pesqueira

Neste quadro, pode-se inferir que as sociedades costeiras e/ou ribeirinhas podem ser consideradas como uma “subcultura” a que vários autores, como (Ancheson, 1981; Diegues, 1999; Mcgoodwin, 2001 e Furtado, 2006) designaram cultura pesqueira, que constitui parte do objecto do presente estudo. A cultura pesqueira é vista como objecto de um novo campo de conhecimento que (Ancheson, 1981) definiu como antropologia pesqueira. O que será então entendido como cultura pesqueira? Na óptica do autor referido acima, a cultura pesqueira

consiste em mecanismos de partilha de riscos e benefícios, conforme as relações de poder, dos resultados da pesca, o que envolve, no decurso da actividade, a prática de rituais e celebrações de práticas mágicas religiosas na relação com o meio aquático. Por outro lado, (Furtado, 2006) define cultura pesqueira como sendo um conjunto de saberes e tecnologias que pontificam a relação das populações com o ambiente aquático e a concepção de formas de expressão e gestão destes recursos aquáticos. Para (Mcgoodwin, 2001:10-11) cultura pesqueira engloba a base da exploração do ecossistema marinho específico, as relações de produção, a organização da actividade pesqueira artesanal e o modo de vida dos pescadores artesanais em diferentes culturas que, eventualmente, poderão ser similares, embora os envolvidos na actividade sejam oriundos de culturas distintas numa dada sociedade.

Como se pode observar, a cultura pesqueira, como qualquer outra apreensão de leitura à nível conceptual das sociedades é um conceito polissémico, contudo, os autores referidos acima, convergem em alguns aspectos da sua conceptualização, nomeadamente quanto à relação que os homens e mulheres mantêm com o meio aquático que constitui a estrutura das relações entre os vários autores sócio-económicos, particularmente em terra. Coincidem também na forma como abordam as estratégias de sobrevivência no meio aquático, especificamente no que concerne ao desenvolvimento da actividade pesqueira ou de actividades dela decorrentes e/ou recorrentes a que (Acheson, 1981) designou de mecanismos de partilha de risco.

Um outro aspecto a destacar nas sistematizações conceptuais dos autores em análise diz respeito ao modo de vida das comunidades pesqueiras como guardiãs da cultura pesqueira. Para Acheson além do que já foi exposto acima sobre o modo de vida destas comunidades, evidência as práticas mágico-religiosas e de rituais com relação ao meio aquático. Por sua vez, (Mcgoodwin, 2001) sugere, numa outra perspectiva, que o modo de vida dos indivíduos oriundos de culturas distintas quando integrados na actividade pesqueira num mesmo espaço, tende a criar uma similaridades de comportamentos sendo que a pesca se constitui como conversor e criador de identidade específica, neste caso uma “identidade costeira” conforme a apreensão de (Conceição, 2006). Já (Furtado, 2006) sugere que as comunidades pesqueiras desenvolvem uma forma de expressão própria que se reflecte na forma como gerem os recursos aquáticos. Este facto, remete para a especificidade do modo de vida das comunidades

pesqueiras aliado à construção de uma identidade colectiva como comunidade costeira, ribeirinha sendo comunidade pesqueira, ao que parece, a noção que mais se ajusta ao conceito em análise.

Resumidamente, cultura pesqueira seria a forma como as comunidades pesqueiras exploram os ecossistemas aquáticos que determinaram a sistematização de um conjunto de saberes e desenvolvimento tecnológico que se consubstancia na forma de organização da actividade pesqueira como matriz de estruturação dos modos de vida das comunidades pesqueiras. Esta organização social determina, igualmente, as relações de poder, mecanismos de partilha da produção e de riscos e que encontra a sua face visível nas práticas de rituais e celebrações mágico religiosas na sua relação com o meio aquático. Os elementos conjugados consubstanciam a construção de uma identidade específica que é transmitida de geração em geração, fruto desta especificidade da cultura.

Assim, considerando a cultura na concepção de Boas como foi referido assenta na especificidade cultural, como uma unidade singular. A comunidade pesqueira corporiza essa dimensão como elemento principal que, devido à sua associação a uma actividade específica, determina, ainda que de forma geral, o seu comportamento, dada a sua transmissão de geração em geração em forma de saberes relacionados aos modos de produção, relações sociais, partilhas de crenças na sua relação num meio localizado, quer em terra, quer no contacto com o meio aquático, sua principal fonte de subsistência. É nesta perspectiva que se pretende analisar que aspectos da cultura pesqueira poderão ascender para uma dimensão de património cultural das comunidades pesqueiras ou património da cultura pesqueira.

Para um melhor enquadramento do processo de patrimonialização do legado cultural das comunidades pesqueiras é fundamental fixar o marco conceptual que orientará a abordagem.

I.3 Património Cultural

A discussão sobre critérios definidos para a selecção, valorização e inclusão dos bens culturais considerados como património cultural é objecto de um debate aceso entre os estudiosos do património, na medida em que os bens culturais são carregados de cunho emocional do

passado em que a relação entre o bem cultural e a comunidade que o hospeda, muitas vezes, não reúne consenso no processo de selecção, valorização e inclusão desses bens e o trabalho do técnico do património é tentar chegar a um processo de patrimonialização que seja o mais inclusivo possível. Por outro lado, a história do processo de patrimonialização é marcadamente ocidental, o que se reflecte na forma como o conceito de património cultural tem sido abordado nas suas várias perspectivas que se consubstancia na forma do seu conhecimento (Choay, 2010).

Este processo de conhecimento é evolutivo e tornou-se mais visível após a criação da UNESCO em 1945, num contexto específico da História da humanidade, após a eclosão da Segunda Guerra Mundial. É nesta perspectiva da necessidade de proteger um “bem comum” do Homem que foram adoptadas convenções que “obrigam” os estados a protegerem o seu respectivo património cultural. Todavia, nestas convenções, a noção de património cultural estava assente nos bens da cultura material.⁷ Um segundo momento do conhecimento do património é marcado pela sistematização tipológica que se ramifica em duas dimensões estruturantes, a cultural e a natural. A dimensão cultural divide-se em três grandes grupos: monumentos, conjuntos e locais de interesse, agregando o último grupo parte considerável da dimensão natural quando relaciona a natureza e/ou a interacção do Homem com a sua transformação e/ou conservação. Ainda assim, a apreensão de património cultural, igualmente, limita-se à cultura material.⁸

A viragem conceptual na abordagem do património cultural teve como marco fundamental a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular/Folclore, de 1989 na medida em que cria as bases para o alargamento do conceito de património cultural ao introduzir, de forma indirecta, a noção de cultura imaterial. Neste quadro, o património cultural deixa de ser um assunto das elites e de intelectuais e começa a ganhar forma de cultura popular. Em 2001, a sistematização conceptual do património cultural alarga ainda mais o seu

⁷ Convenção para a Protecção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado (adoptada em Haia a 14 de Maio de 1954) e Convenção relativa às Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais de 1970.

⁸ Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972.

horizonte com a inclusão dos vestígios da actividade humana depositados nas porções de águas do globo terrestre, com a aprovação da Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático⁹.

A abordagem actual relativa à noção de património cultural consiste na aglutinação das noções anteriores, na medida que abarca quase todas as dimensões da actividade humana.¹⁰

Como sugere (Pereiro, 2006), o que marca o diferencial entre a Convenção de 2003 sobre o património cultural imaterial e a convenção de 1972 é a integração de outros “autores” (comunidades, grupos) no processo de patrimonialização, por um lado, e, por outro, de novos elementos até então ignorados no processo de valorização do património (relações sociais, transformação do meio ambiente, modos de vida) que colidem com as teorias de valorização do “bem cultural” até então vigentes. Na óptica de (Bartolotto, 2010) o paradigma patrimonial dominante parece desajustado aos processos de valorização do bem cultural emergente, isto é, a popularização do património cultural contrapõe-se à elitização da percepção do mesmo até a Convenção de 2003.

No presente trabalho, adopta-se como alinhamento conceptual de fundo a noção de património cultural apresentada na lei fundamental relativa à matéria em Moçambique que, apesar da sua forja longínqua, parece bastante actual. A mesma define o património cultural, como sendo, na letra do legislador, [...] *o conjunto de bens materiais e imateriais criados e integrados pelo povo moçambicano ao longo da sua história, com relevância para a identidade cultural moçambicana*¹¹. Como se observa, esta definição sintetiza as abordagens acima referidas e enquadra a temática em análise no seu espaço territorial de estudo. Contudo, considerando o exposto acima, quanto ao processo de selecção, valorização e inclusão dos bens culturais considerados como património cultural, a lei é imprecisa, daí que se torne fundamental e abordar a matéria, como se faz mais adiante no ponto seguinte e discutir o conceito de

⁹ Convenção para Protecção do Património Cultural Subaquático de 2001.

¹⁰ Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003.

¹¹ LEI n.º 10/88 de 22 de Dezembro. *Boletim República. I Série*. 51 (88-12-22) p. 441(13)-441(17); Determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano.

patrimonialização no sentido de garantir uma compreensão mais abrangente do processo considerando os aspectos limitantes referidos acima.

I.3.1 “Patrimonialização”

O Património Cultural é a fase visível do processo de patrimonialização que seria entendido como um processo inerente a selecção que implica a atribuir novos valores que inclui sentidos, usos e significados a objectos, formas, modos de vida, saberes e conhecimentos (Pérez, 2003:234). A patrimonialização tem sido visualizada como processo está intimamente relacionado a construção de valores que segundo (Alois Riegl, 2006) assentam em quatro dimensões a destacar, o histórico numa perspectiva de rememoração, estético ou artístico que corporiza a beleza ou a utilidade, o valor de antiguidade cuja sua valorização ocorre de forma natural no seio das sociedades e por o valor de actualidade ou contemporâneo que evidência a utilidade do manancial cultural objecto de patrimonialização que serve as necessidades do presente (Pérez, 2003:234). É nesta última dimensão de valor que o património da cultura pesqueira se assenta na presente abordagem.

Contudo, neste processo de patrimonialização ocorre com o envolvimento de especialistas nomeadamente, arqueólogos, antropólogos, arquitectos, historiadores, etc. que se personalizam como legitimadores de um processo de selecção do legado cultural que ascende a categoria de património cultural. Todavia como observou (Fonseca, 2003:65) [...] *a acção de “proteger” seja precedida pelas acções de “identificar” e “documentar”- bases para a selecção do que deve ser protegido -, seguida pelas acções de “promover” e “difundir”* [...]. A autora finaliza afirmando que

[...] todas essas acções encontram-se fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas políticos, visto que a “representatividade” dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de património realize-se no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório.

(Fonseca, 2003:65)

Entretanto, mesmo considerando a importância dos especialistas no processo de patrimonialização (Pérez, 2003) avança que este movimento é normalmente associado a tensões, conflitos e negociações daí a necessidade como observou (Fonseca, 2003) imperiosa da participação da sociedade no processo de construção e ainda de apropriação do seu

património cultural. É nessa esteira que (Pérez, 2003) advoga a pertinência de se estudar os papéis de outros agentes sociais directa ou indirectamente implicados no processo de legitimação de um dado património cultural.

É neste contexto que o processo de patrimonialização parece emerge na discussão sobre a apreensão de Património Cultural sendo que não fica nítida abordagem destes dois conceitos que optou-se no presente estudo em integrar o segundo (Patrimonialização) como parte do primeiro (Património Cultural), resumindo-se como sendo o conjunto de culturais bens materiais e imateriais criados e integrados por uma dado povo ao longo da sua história, sendo resultado dum processo de patrimonialização considerado abrangente e inclusivo não obrigado necessariamente o envolvimento de especialistas e com relevância para a identidade cultural de uma dada comunidade e/ou sociedade.

Para finalizar o enquadramento conceptual, de seguida, abordar-se-á, o conceito de museu considerando como ponto de partida para conceptualização, a definição apresentada pelo Conselho Internacional dos Museus-ICOM.

1.5 Museu

Na perspectiva do ICOM, conforme a aceção adoptada em Viena na sua 21ª Conferência Geral em 2007, museu

“[...] é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o património material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”.¹²

É neste quadro que se tem analisado o museu actualmente. Entretanto, esta forma de conceber o museu tem despoletado um aceso debate, particularmente nos aspectos relacionados à sua perspectiva de instituição sem fins lucrativos, por um lado e, por outro, o seu fim corporativo numa base de organização institucional, isto é, com a sua criação oficial devidamente enquadrada no quadro legal do Estado. Mais ainda, esta aceção avançada pelo ICOM é conotada com uma perspectiva ocidental e anglo-saxónica (Desvallées; Mairesse, 2013). Adicionalmente, segundo os autores anteriormente referidos, a concepção de museu aprovada pelo ICOM em 2007 retira à entidade uma das suas perspectivas centrais e motoras para uma

¹² ICOM [em linha]. Paris, ICOM, actual. 2010-2012 [consult. 06 ago. 2014]. Disponível na Internet < URL: <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>>

visão geral, a função de museu como instituição de investigação que herdou da “escola francesa de museologia”.

Os autores referidos acima, citando a “escola checa”, conceptualizam o museu como um meio onde ocorre a relação de forma específica entre o Homem, no sentido lato da palavra, e a realidade. Contudo, a relação referida é fundamentalmente determinada pela “colecção e conservação consciente ou sistemática, e [...] a utilização científica, cultural e educativa de objectos inanimados, materiais, móveis (sobretudo tridimensionais) que documentam o desenvolvimento da natureza e da sociedade” (Desvallées; Mairesse, 2013:65). Mais adiante, os mesmos autores referem, citando (Van Mensch, 1992) que, de forma ampla e objectivamente, o museu é uma entidade museal de regime permanente que preserva colecções de “documentos físicos” e, a partir destes, é possível a produção de conhecimento.

Numa outra perspectiva (Shärer, 2007) aborda a definição do museu como “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar factos ausentes. Resumidamente o autor passa a ideia de lugar onde ocorre a “musealização”. Neste fio de raciocínio, (Shärer 2007 *apud* Desvallées e Mairesse, 2013:65) retomam o postulado por Nora (1983-1987) e (Pinna, 2003) em que os museus são concebidos como “lugar de memória” e acrescentam, “englobando as instituições, os lugares diversos ou os territórios, as experiências, ou mesmo os espaços imateriais”.

É neste quadro que os autores avançam para uma conceptualização mais ampla e actual adoptada neste estudo, no entanto, sem perder de vista as especificidades da realidade em estudo, o museu como instrumento de preservação do património cultural. No sentido adoptado no presente estudo o conceito de museu distancia-se da perspectiva avançada por (Desvallées; Mairesse, 2013:66) que sugerem a preservação da cultura no sentido mais amplo. Assim, “o museu é definido como um instrumento ou função concebida pelo Homem em uma perspectiva arquivística, de compreensão e de transmissão” [...] com finalidade de perceber a interdependência do ser humano com o meio natural, social e as questões estéticas, concedendo-lhe, neste sentido, informação e experiências que permitam o seu (Homem) conhecimento em contextos mais extensos.

Neste sentido, considerando o museu como instrumento de preservação do património cultural, o estudo centra a sua abordagem neste pressuposto conceptual como se verificará no capítulo IV.

CAPÍTULO II

II. O Sector das Pescas em Moçambique, do Século XIX aos nossos dias

A sistematização da História do sector pesqueiro moçambicano, como qualquer outra tentativa de concepção da História em África baseia-se na tradição oral e na arqueologia como principais fontes de informação para a produção histórica na sua fase anterior à presença europeia no território e no continente, respectivamente. O facto supracitado, considerando que a pesca foi uma das primeiras actividades humanas, anterior à agricultura, emergindo contemporaneamente com a caça actividade clássica quando assunto é primeiras actividades humanas. Entretanto, a pesca tem sido, desde as primeiras pesquisas arqueológicas, vista à margem ou, muito raramente integrada no contexto mais alargado das comunidades costeiras e/ou marítimas como uma unidade cultural específica, como comunidades pesqueiras.

Baseando em secundárias relativas à história da actividade pesqueira em Moçambique no presente capítulo, sistematiza-se as e recorreu-se à interpretação de fontes primárias que se teve acesso, sem perder de vista as fontes como as publicações sobre o assunto que se teve a oportunidade de consultar. Para um melhor enquadramento da temática, subdividiu-se o capítulo em duas partes tendo como parte introdutória a presente que, de forma geral, considera o período pré-colonial como fase em que predomina uma pesca de subsistência, seguida por um subcapítulo específico que aborda o período da dominação ou, de jurisdição portuguesa do território focalizando nas acções conducentes ao desenvolvimento da actividade pesqueira nesta região da África Subsaariana. Na segunda parte, debruça-se sobre o período pós independência, centrando-se nos principais marcos do desenvolvimento do sector na tentativa de captar factos marcantes sobre os vários subsectores que compõem o sector pesqueiro de Moçambique. Abaixo traça-se, de um modo geral e em forma de notas históricas, uma perspectiva da evolução do sector pesqueiro moçambicano.

II.1 As Pescas em Moçambique no tempo da jurisdição portuguesa, 1901 a 1974

O enquadramento da situação do território que constitui hoje o estado soberano de Moçambique parece fundamental para uma melhor abordagem histórica das pescas nesta região oriental de África. O território inicia a sua configuração em termos de limite espacial a partir de 1752, quando a então Capitania de Moçambique passa ao controlo directo da

metrópole Portugal após anos sob administração do Estado Português a partir da Índia, outro território sob sua jurisdição (Wagner, s/d). Em 1833, na sequência, ao que parece, do processo de configuração territorial de Moçambique, extinguem-se as capitânias gerais como forma de governação do território, abrindo a época dos governos-gerais sob comando de um governador-geral em comissão de serviço por 5 anos. No ano seguinte, [...] *Moçambique estava dividido nos governos subalternos seguintes: Cabo Delgado, Moçambique, Quelimane, Rios de Sena, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques*. (Garcia, 1964:45 *apud* Freire 2013:71), sendo uma organização administrativa que comportava a divisão da província nos distritos acima nomeados. Esta configuração administrativa manteve-se durante algum tempo, tendo à *posteriori* sofrido novas estruturas, embora, não significativas (Freire 2013:71-72). No terceiro quadrante do século XIX, a administração colonial portuguesa concessionou partes consideráveis dos territórios do actual Estado Moçambicano a companhias estrangeiras. Neste quadro, a parte centro-norte do território, que inclui as configurações territoriais das actuais províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Manica constitui a Companhia de Moçambique. Por seu turno, as actuais províncias de Niassa e Cabo Delgado integraram a Companhia de Niassa. Estas companhias tinham plenos poderes para legislar sobre todos os aspectos relacionados à administração destes territórios (Newitt, 2000).

Nestes dois séculos, nomeadamente XVIII e XIX, os dados existentes, apontavam para uma actividade pesqueira virada para a subsistência, praticada quer nas águas marítimas, quer nas continentais, ou seja, águas interiores, por pescadores indígenas (Amador, 1963; Figueiredo, 1964; Conceição, 2003). Contudo, neste período e anteriores já há indicações da prática da caça da baleia nas águas marítimas moçambicanas, levada a cabo por embarcações estrangeiras concentradas na região de sul de Moçambique, Maputo e Inhambane, e na região norte, na província de Nampula, concretamente em Angoche (Rato, 1961; Sousa Cruz, 2014). Neste período, o quadro legal vigente para o desenvolvimento da actividade pesqueira foi plasmado pelo decreto que aprova o Regulamento Geral da Capitania dos Portos da Província de Moçambique de 17 de Fevereiro de 1887, que limita o exercício da actividade pesqueira aos cidadãos de nacionalidade portuguesa no seu artigo 164, nos seguintes termos:

Qualquer individuo portuguez, ou naturalizado como tal pode ser armador ou proprietario de embarcações proprias para a pesca, tanto no alto mar como nas proximidades das barras, costas, rios, devendo observar o determinado n'este regulamento.

(Sant'anna da Fonseca, 1894: 183-184)

Esta limitação do acesso à actividade da pesca a indivíduos de outras nacionalidades, conforme se avançou, pode estar relacionada ao franco desenvolvimento do sector pesqueiro do território. É neste contexto que, de forma inovadora, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento do sector pesqueiro industrial no território, é aprovado o Regulamento da Pesca nas Águas Marítimas do Território da Companhia de Moçambique pelo Decreto de 13 de Outubro de 1898. O presente diploma legal não limita o exercício das pescas aos cidadãos de nacionalidade portuguesa, abrindo espaço para o exercício da mesma aos cidadãos de outras nacionalidades. Parece ser nesta base legal que é desenvolvida a caça da baleia na parte norte do território.

Portanto, é neste último quartel do século XIX, como resultado das mudanças na economia do território, isto é, de uma economia de extracção de recursos naturais (marfim e ouro) e de captura dos indígenas para o trabalho forçado como escravos particularmente para as ilhas do Índico num comércio clandestino que perdurou até 1902 como sugeriu (Capela; Medeiros, 1987) focalizado no “comércio internacional”, no entanto, outras oportunidades emergem para um “comércio regional” como demonstra João Freire ao referir que *um primeiro apetrechamento dos portos (nomeadamente, Lourenço Marques) e sobretudo, a construção de caminho de ferro que os ligassem aos territórios do interior já bem mais desenvolvido onde dominavam os ingleses [...]*. Entre o final do século XIX e início do XX ocorre uma virada da economia da província, centrando-se na prestação de serviços e “exportação” de mão- de- obra barata em estreita ligação com as prósperas províncias Sul africanas do interior também referido por (Darch, 1980). Este acto, poderá ter condicionado a transferência da capital da província ultramarina da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, agora sob comando de um Governador-geral, que acumulava a função de Capitão-geral da Capitania de Moçambique com sede em Lourenço Marques (Newitt, 2012).

Assim, no limiar do século XX, teve início, nos territórios sob directa administração do Governo Português, a definição das áreas marítimas de jurisdição da colónia pelo Regulamento Geral da Capitania dos Portos de Lourenço Marques e Inhambane de 31 de Outubro de 1901. No seu Artigo 1.º, este regulamento define *a area da jurisdição da capitania dos portos de Lourenço Marques e Inhambane comprehende, alem dos districtos de Lourenço Marques e de Gaza, e do districto de Inhambane [...]* mais adiante, no seu Artigo 2.º especifica que, *dentro d'estes limites a jurisdição da auctoridade maritima estende se pelo lado do mar até onde chega o tiro de canhão, e do lado da terra até onde chega o maior preamar*. Como se pode observar, este facto marca uma fase importante para o controlo efectivo das águas marítimas da zona sul de Moçambique que, até certo ponto, inicia a concentração do controlo do território, quer continental, quer marítimo, a partir de Lourenço Marques onde sedia a capitania em questão. Para além do controlo da navegação marítima nas águas territoriais moçambicanas, ao Capitão do Porto de Lourenço Marques competia *a fiscalização superior nas pescas, apanha de mariscos e algas, que se realizarem na costa e parte maritima sob a sua jurisdição*, conforme o número 4.º do Artigo 14.º do referido regulamento. Como se pode depreender, a administração do território continental como marítimo de Moçambique até ao limiar do século XX é mista, repartida em duas regiões, sendo a zona sul sob jurisdição directa do Governo Colonial Português e a centro-norte sob a administração de duas companhias concessionárias, a de Moçambique, que tinha sob seu controlo parte considerável do território da então província de Moçambique e a Companhia do Niassa que administrou os territórios mais a norte.

No entanto, no início do século passado, de acordo com (Lacerda, 1911) com quem vários autores que abordam sobre as pescas em Moçambique no período em análise, como (Rosinha, 1968; Garcia, 2003; Mendes, 2005 e Conceição, 2006), estão em pleno acordo ao defender que a constituição da Comissão Provincial das Pescarias de Moçambique é o marco central para a formulação das primeiras bases para o desenvolvimento do sector pesqueiro industrial no território. A referida comissão foi criada pela Portaria Provincial n.º 465 de 29 de Agosto de 1902 e entrou em funcionamento no mesmo ano. Adicionalmente, por decreto datado de 25 de Julho de 1904 são aprovados os respectivos regulamentos que alargam o seu raio de actuação

da sua sede em Lourenço Marques junto da capitania do porto com o mesmo nome para todo o território da província com estabelecimento de comissões locais das pescarias.¹³ A comissão provincial era constituída por um presidente, o capitão dos Portos de Lourenço Marques e Inhambane; tendo como vogais: o delegado do Procurador da Coroa e Fazenda da Comarca, um Primeiro-oficial da Alfândega de Lourenço Marques, um médico do quadro da saúde da província ou da divisão naval, o presidente da Associação Comercial de Lourenço Marques e o adjunto subintendente do Capitão da Capitania de Lourenço Marques e Inhambane na qualidade de secretário da comissão. A nível local, a comissão era composta pelo capitão do porto que, eventualmente, a presidia, um oficial da Alfândega do Distrito, um médico do quadro da saúde, um negociante português nomeado pelo Governador do Distrito dentre os mais abalizados na área em questão e o escrivão ou escriturário da capitania como secretário e sem direito a voto.¹⁴ Porém, (Vilhena1951 *apud* Rosinha1968) afirma que não há dúvida que na composição da comissão, verificou-se uma falha a considerar o que concerne ao cabal cumprimento dos objectivos incumbidos ao organismo, na medida em que esta não integrava os representantes dos pescadores indígenas bem como os de origem portuguesa, nem os representantes dos armadores de embarcações de pesca na sua estrutura central. Por último, refere que a presença de um zoólogo e de um médico-veterinário seriam indispensáveis, constituindo-se como elementos catalisadores para o normal funcionamento da comissão (Rosinha, 1968).

A Comissão de Pescarias da Província de Moçambique, não sofreu alterações essenciais durante quase todo o século XX, no que se refere à sua espinha dorsal para o desenvolvimento das pescas em Moçambique. No que se refere às suas atribuições, Artigo 5.º do regulamento da comissão onde são apresentadas as linhas mestras do seu mandato, avança quatro principais pontos:

1.º A investigação e estudo da fauna e flora das águas marítimas da costa, assim como dos aparelhos, utensílios, embarcações e processos empregados na indústria da pesca;

¹³ DECRETO de 25 de Julho de 1904, *Aprovado Regulamento para Execução do Decreto de 28 de Novembro de sobre a Comissão de Pescarias da Província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904.

¹⁴ Idem, Artigo 2.º e 4.º respectivamente.

- 2.º A elaboração de instruções relativas á indústria da pesca, a direcção de inqueritos directos sobre esta indústria, exame e consulta sobre todos os assumptos relativos a pescarias, apanha de perolas, coraes e esponjas;
- 3.º A organização e conservação de collecções de pesca contendo exemplares ou modelos de barcos que ahi possam ser applicados;
- 4.º A organização da estatística annual da pesca, comprehendendo pessoal e material nella empregado.

Os pontos essenciais do mandato da comissão atestam uma nova abordagem relativamente ao desenvolvimento do sector pesqueiro do território. Com efeito, esta centra as suas acções, ainda que como intenção, na investigação como leme para alavancar o estabelecimento de uma indústria pesqueira em Moçambique. É evidente que o mandato da Capitania dos Portos de Moçambique, no que respeita às pescas, plasmado no decreto aprovado a 17 de Fevereiro de 1887 não contempla esta modalidade e outras anunciadas como linhas mestras do mandato deste organismo pelo que, parece ter sido a primeira “administração pública das pescas” do país. Além disso, as comissões locais criadas no âmbito do estabelecimento da Comissão Provincial das Pescarias em Moçambique, vêm exercer funções significativas ora na alçada das capitanias distritais existentes no território.

Um outro aspecto que atesta a existência de uma “administração pública das pescas” na província de Moçambique no período anterior ao século XX, concretamente no século XIX, centrado nas capitanias dos portos das províncias refere-se a licenciamento para o exercício como o plasmado no Artigo 173.º: *nenhum barco de pesca póde exercer a sua profissão sem licença da alfândega, a qual será dado no acto de se lhe apresentar a matricula*. Portanto, admitindo que o exercício da actividade pesqueira no território foi condicionado à matrícula do barco nas capitanias dos portos complementada pela licença da alfândega (sector de finanças no regime colonial português) verifica-se uma harmonia de funções no licenciamento para o exercício da actividade, sendo que as capitanias dos portos exerciam uma função meramente técnica no processo e as alfândegas complementavam o registo com a cobrança das devidas taxas no processo de licenciamento. No que se refere [...] *a pesca em armações fixas, gamboas, etc., haverá matriculas feitas nas capitanias dos portos, em tudo igauaes ás dos barcos de pesca*.¹⁵ Como se pode observar, o processo de licenciamento, quer de outras artes de pesca supracitadas, quer de embarcações de pesca, incluindo a resolução de conflitos e a

¹⁵ Artigo 175.º, do DECRETO de 25 de Julho de 1904, *Aprovado Regulamento para Execução do Decreto de 28 de Novembro de sobre a Comissão de Pescarias da Província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904.

fiscalização no exercício da actividade pesqueira, tinham as capitanias dos portos da província como principal regulador a nível da administração pública colonial. De seguida descrever-se-á as acções desenvolvidas pela comissão considerando que herdou a estrutura funcional das capitanias dos portos no que respeita à “administração pública das pescas” na província.

Logo nos primeiros anos de actividade, a comissão teve como orientação a elaboração do regulamento da pesca a vapor nas águas de Lourenço Marques, uma vez que houve uma demanda considerável de solicitações de licenças para a pesca usando embarcações deste tipo, isto a partir de 1903 (Lacerda, 1911:5). No ano seguinte, é autorizada a exploração de ostras na Ponta Mahone, contudo, sem resultados significativos para a sua exploração intensiva e comercial. Segundo o mesmo autor, houve uma tentativa de exploração de pérolas na costa de Angoche até ao rio Lúrio, igualmente com resultados não assinaláveis. Este facto, prende-se à falta de estudos científicos que atestavam as potencialidades de recursos marinhos susceptíveis de exploração na costa moçambicana, o que permitiria uma promoção da sua exploração em termos mais comerciais, como destacar-se-á adiante. Portanto, (Rosinha, 1968) refere que mesmo com os fracassos registados na exploração de pérolas e de ostras, a comissão aprovou o regulamento relativo à exploração deste último recurso e ainda sobre a pesca com embarcações a vapor profundamente inspirada no dispositivo legal sobre a matéria em vigor na metrópole. Entretanto, o balanço de Lacerda sobre os primeiros anos de actividade da comissão, avança que, para além do aparato legislativo produzido como foi referido em suas palavras, [...] *a concessão de algumas licenças que foram dadas constituiu o trabalho principal da Comissão e representa o que mais notável houve de assumptos de pescarias* (Lacerda, 1911:7). O autor conclui que o fracasso inerente ao desenvolvimento da pesca em moldes industriais e comerciais de exploração intensa em Moçambique, se alicerça num quadro legal que não contempla incentivos aos investidores, principalmente na fase de estabelecimento dos seus investimentos devido aos riscos deste tipo de actividade.

É neste quadro de pesca com recurso a embarcações a vapor que despoletou um debate na comissão em torno da sua inviabilidade na Baía de Lourenço Marques. No debate, Lacerda na qualidade de capitão da capitania desta área defendia a inviabilidade do uso dessas

embarcações nesta área, contudo, por definitivo, para dissipar as dúvidas, em discurso directo, refere que:

Aproveitei a vinda de um barco a vapor do Natal; por entre os clamores varios, dei licença para ele experimentar o arrasto. A experiência foi, como alias suppunha totalmente negativa.

(Lacerda, 1911:8)

Apesar disso, em 1908 foi submetida e aprovada mais uma proposta para o desenvolvimento desta pescaria e os resultados foram similares aos anteriores todavia, apontaram para outras direcções, ora vejamos: *a pesca com arrasto não foi profícua, por causa dos fundos: viu-se que o fundo era bom para o arrasto, não havia peixe entre Lourenço Marques e Limpopo, mais notou-se também que havia muitos bons pesqueiros para a pesca a linha* (Lacerda, 1911:14). Apesar disso, a pesca com uma embarcação a vapor não seria sustentável dados os custos inerentes à exploração (Rosinha, 1968:339).

No que diz respeito à caça a baleia por meio de embarcações a vapor, ainda no ano de 1908, foram submetidos os primeiros pedidos de concessão de terrenos nas marginais para a instalação de indústrias de extracção de óleo e derivados de baleia. É interessante notar que os pedidos de concessão foram solicitados por indivíduos e empresas estrangeiras sendo todos autorizados, contrariando assim a principal legislação¹⁶ em vigor relativa às pescas no território que veda o exercício da actividade pesqueira a investidores estrangeiros. Neste sentido, constata-se que a caça, extracção de óleo e no processamento de derivados de baleia em Moçambique, participaram como investidores, inicialmente, ingleses, noruegueses e sul-africanos com iniciativas concretizadas. Foram também concedidas autorizações a alguns portugueses, no entanto, sem resultados mensuráveis e assinaláveis quanto ao desenvolvimento de seus projectos (Rato, 1961:110-111).

Em 1913 foi aprovada a Lei n.º 58, de 16 de Julho, que define o quadro legal para o exercício da caça a baleia nas colónias portuguesas. No seu artigo 1.º, esta refere que: *o exercício da pesca da baleia nas águas territoriais das Colónias só é permitida a navios portugueses,*

¹⁶ DECRETO de 25 de Julho de 1904, *Aprovado Regulamento para Execução do Decreto de 28 de Novembro sobre a Comissão de Pescarias da Província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904 no seu Artigo 164.º

*mediante licença concedida pelo governador da província, publicada no Boletim Oficial.*¹⁷ Este postulado repõe a legalidade do Artigo 164.º do decreto que aprova o regulamento da capitania dos portos da província de Moçambique no que concerne ao acesso à actividade pesqueira no território por estrangeiros. Esta restrição do acesso ao pesqueiro a investidores estrangeiros, é reafirmada com a aprovação do regulamento específico para a caça da baleia na província de Moçambique conforme demonstrou (Rato, 1961:111), [...] o “Regulamento para a caça da baleia” *foi publicado pela Portaria n.º 124 de 8 de Julho de 1916*¹⁸, no qual se prevê apenas o exercício da pesca da baleia por embarcações portuguesas nas águas territoriais [...], contudo, salvaguarda o exercício da actividade aos concessionários estrangeiros como direitos de pesca já adquiridos antes da vigência deste quadro normativo. Mais adiante o autor avança que à data da publicação deste dispositivo legal, foram feitas 14 concessões a estrangeiros conforme as nacionalidades referidas. O autor conclui, citando a fundamentação para um novo regulamento sobre a caça da baleia nos mares de Moçambique, que *em sete anos de vigência* [do quadro legal da caça da baleia no território] *concessão alguma foi feita a nacionais, com grave prejuízo para economia da província, pois afastou inutilmente capitais estrangeiros que aqui podiam a correr e falhou nos seus intuitos.* É assim que, pela Portaria Provincial n.º 556, de 18 de Agosto de 1923 é aprovado o novo Regulamento para a Caça da Baleia no Mar de Moçambique que, no espírito e na letra, visava exclusivamente garantir o acesso ao pesqueiro a investidores estrangeiros.

Entretanto, o presente dispositivo legal, protege o investidor nacional, neste caso português, nos seguintes termos: *não poderá ser feita concessão a estrangeiros, quer individual, quer a sociedades, nos pontos onde haja concessão feita a nacionais, salvo acôrdo do concessionário nacional para a exploração da indústria em sociedade*¹⁹. Neste quadro, estavam criadas as condições para emergência dos investidores nacionais na “indústria da baleia” por via de

¹⁷ LEI n.º 58 de 16 de Julho. *Boletim Oficial*. I Série. 167 (16-08-1913)

¹⁸ Este ano é tido como o de arranque das primeiras actividades de investigação pesqueira de forma mais sistematizada segundo (Moreira, 1960 *apud* Conceição, 2006).

¹⁹ Artigo 68.º da Portaria Provincial n.º 556, de 18 de Agosto de 1923 é aprovada o novo Regulamento para a Pesca da Baleia no Mar de Moçambique.

sociedades com investidores estrangeiros, e protegidos os interesses deste grupo de investidores.

Em termos estatísticos, na caça da baleia de 1912 a 1915 segundo Moreira Rato, foram capturadas cerca de 1826 baleias que produziram cerca de 3.910.170 quilogramas de óleo e 1.524.963 quilogramas de guano (os dados referentes somente ao ano de 1913 apontavam para a captura de 513 baleias). Como se pode observar, os dados referentes à produção são apresentados em unidades e não em quilogramas, o que não permite aferir com exactidão o volume de produção nesta pescaria. O mesmo autor refere mais adiante que, de 1916 a 1922 a pescaria parece ter sofrido os efeitos da 1ª Guerra Mundial, o que ditou o seu encerramento temporário reabrindo em 1923. Nesse mesmo ano, conforme o autor supracitado, foram capturadas 81 baleias, que produziram 405.529 quilogramas de óleo e 139 de guano. No ano seguinte, o autor reporta a actividade de uma firma Sul-africana que capturou cerca de 290 baleias que produziram 1.200.000 quilogramas de óleo e 542.000 quilogramas de guano. Deste período em diante, desconhece-se qualquer informação relativa à actividade, *parecendo que terminou a pesca da baleia em Moçambique* (Rato, 1961:111-112). O autor, por um lado, conclui que pelo facto do ciclo migratório da baleia decorrer no seu movimento norte-sul para as águas tropicais e subtropicais, num período após a sua gestação as mesmas encontram-se com baixo peso, como resultado do processo reprodutivo, acompanhado das suas crias, isto é, em período em que a campanha de caça é efectiva no território, segundo o regulamento então em vigor, de 1 de Maio a 31 de Outubro. Por outro lado, no artigo 5.º da lei que regula a pesca, é proibido a caça de baleias imaturas, considerando que seriam, na sua maioria, imaturas à sua passagem pelas águas moçambicanas e a sua caça seria ilegal.²⁰ Neste quadro, foi frequentemente proposto em várias conferências internacionais sobre o recurso, a proibição da pesca da baleia nas águas tropicais e subtropicais (Rato, 1961:114), o que poderá estar relacionado ao encerramento da actividade de caça nas águas territoriais da então província de Moçambique. De seguida, abordaremos a situação da investigação pesqueira no período em análise, considerando que foi e é um dos pilares para o desenvolvimento da actividade pesqueira e garante da sua sustentabilidade.

²⁰ LEI n.º58 de 16 de Julho. *Boletim Oficial*. I Série. 167 (16-08-1913).

No que tange à investigação pesqueira, constam dos escritos sobre a matéria algumas tentativas de realização de pescas experimentais de forma tímida e dispersa sem um programa devidamente estruturado, apesar de plasmado como umas das linhas mestras do mandato da Comissão de Provincial das Pescarias de Moçambique logo no seu estabelecimento em 1902, como foi referido. Os primeiros passos para o seu início de forma sistematizada remontam de 1919, uma década e meia após a entrada em funcionamento da comissão especializada em pesca no território, conforme reportou Rato:

[...] Tentaram-se os primeiros trabalhos científicos. Assim, em Julho desse ano, inicia-se uma campanha oceanográfica, chefiada por um oficial da marinha (o comandante Moura Braz,) tendo como técnico o cientista Dr. J.D.F. Gilchrist [...] [com o objectivo de] investigar as condições práticas e económicas da montagem da indústria de pescas na Província de Moçambique.

(Rato, 1961:105)

Os trabalhos decorreram até 1924. Entretanto, até Julho de 1923 segundo observa (Rato, 1961) os resultados cifraram-se no mapeamento dos espécimes marinhos nas águas pouco profundas da baía de Maputo, nos bancos perolíferos de Bazaruto e na costa norte da actual província de Nampula, de interesse biológico e didáctico cujos resultados não permitiam a sua utilização imediata. Ou seja, na zona sul do território verificou-se a ocorrência de peixe em toda a extensão das águas marítimas e a pesca era feita com recurso à rede, em grande parte e à linha, conforme a hipótese defendida por Lacerda bem no início do século passado.

No seguimento dos trabalhos científicos sob comando da equipa referida acima, em 1924, iniciou-se a pesquisa no Banco de Sofala²¹ ao largo do Porto da Beira, tendo a Companhia de Moçambique contribuído financeiramente para a materialização do projecto. Os resultados iniciais apontavam para uma pobreza em termos de recursos potenciais à pesca. Contudo, ficou claro que o trabalho não estava totalmente concluído havendo áreas do banco que careciam de maior atenção, uma vez que não foi possível proceder ao arrasto devido a passagem pelas mesmas no período nocturno. O autor referido, em síntese, descreve que:

²¹ “O Banco de Sofala é um conjunto de baixios que se prolonga para além da foz do Zambeze, indo até Angoche, sentido Sul/Norte.” (Conceição, 2006:107)

De tudo o que fica exposto sobre os trabalhos científicos realizados, quer nas águas marítimas das proximidades de Lourenço Marques, quer no Banco de Sofala, chega-se à conclusão que eles não nos conduziram, infelizmente, a resultados seguros que nos permitam fazer afirmação peremptória – como é frequente ouvir-se mesmo a entidades oficiais – que no litoral moçambicano não há peixe suficiente que justifique uma exploração industrial remuneradora.

(Rato, 1961:105)

Como se observou, os dados resultantes dos trabalhos científicos realizados sugerem, no seu todo, a realização de estudos mais aprofundados, com o objectivo de aferir o potencial pesqueiro do território, o que veio a suceder com o estabelecimento do Estado Novo em 1926. Este, na formulação de políticas a implementar nas províncias ultramarinas, priorizou a exploração intensa da sua mão-de-obra indígena e dos seus recursos naturais, como observar-se-á a seguir.

O regime salazarista sob a liderança de António Salazar a recepção do poder dos generais golpistas ao regime republicano em 1926, foi cada vez mais dependentes deste novo regime no Governo Português indigitado para conceber e orientar um programa político e económico coerente para ajudar o país a sair da crise em que se encontrava no final dos anos 20 do século passado, como sugere (Newit, 2012). Uma das primeiras medidas do regime salazarista foi olhar para as colónias como meio de subsistência da metrópole com particular atenção para Moçambique que [...] *simbolizava tudo que existia de errado no regime republicano – caos administrativo, falta de políticas financeiras e económicas coerentes, inflação e uma moeda sem valor, domínio estrangeiro fraqueza e humilhação internacional* (Newit, 2012:390-392). É neste contexto que o novo regime inicia uma série de reformas que vão culminar com uma autonomia nacional quanto ao controlo da colónia de Moçambique. Neste sentido, adianta a autora, Moçambique foi considerado como [...] *potencial destino para os emigrantes de Portugal e das ilhas atlânticas cada vez mais superpovoadas e empobrecidas, permitindo que a emigração fosse a resposta do regime para o problema da pobreza nacional*. Além disso, estava assim garantida uma mão-de-obra barata e, acrescenta, para a exploração da colónia.

Assim se explica o estabelecimento dos poveiros vindos do Brasil e mobilizados para o seu estabelecimento em Moçambique a partir dos anos 20 do século passado por Santos Graça, deputado pela Póvoa de Varzim e defensor da migração dos pescadores poveiros para o

Ultramar. Este constituiu um marco importante do desenvolvimento da indústria pesqueira em Moçambique, ainda que, inicialmente, em regime semi-industrial. É neste quadro que partiu [...] *para Lourenço Marques uma parte dos poveiros vindos do Brasil [...] em 27 de Setembro de 1921 desembarcavam em Lourenço Marques 60 poveiros, que logo iniciaram a pesca – instalados na ilha da Inhaca, na baía, em frente a cidade.* Este grupo de pescadores cedo desmistificou, com a prática, a crença de que as águas moçambicanas não eram piscosas como atestou Gonçalves autor dos trechos acima citados e do seguinte:

A pesca depressa se lhes revelou, ali bastante rendosa, pelo que em 1922 abalaram para capital de Moçambique mais contingentes de poveiros repatriados [...] servindo-se de barcos motorizados, os homens do mar da Póvoa trabalham hoje [em Moçambique concretamente nas cidades de] (Lourenço Marques, Beira, etc.)

(Gonçalves, 1967:289)

Na verdade, o movimento migratório dos poveiros para Moçambique é anterior à chegada do regime salazarista ao poder, contudo, é este regime que, à *posteriori*, melhor se apropria deste movimento não só de poveiros mas de outras populações portuguesas oriundas de várias regiões da metrópole para garantir o estabelecimento da população branca no território moçambicano como uma política colonial. É evidente que com estas medidas, como avançam (Hedges et. al., 1999), o governo salazarista queria garantir a proletarização, ainda que gradual, do campo, condição fundamental para o desenvolvimento da indústria com base na agricultura de larga escala usando de mão-de-obra intensiva no território. Por outro lado, esta intenção do regime permitia assegurar a presença no território, de uma classe social constituída por auxiliares leais para o desenvolvimento económico da colónia consubstanciando-se, igualmente, como estrutura para a manutenção da autoridade do regime neste território. É assim que, a partir dos anos 30 do século passado, ocorre uma saída massiva de portugueses da metrópole para as colónias, particularmente para Moçambique, movimento este que atinge o seu apogeu entre 1945/50 e 1960, quando adquiriu [...] *grande significado o povoamento de colonos, oficialmente organizado pelo Estado português. Entre 1951 e 1960, fixaram-se, em Moçambique, mais de 13 mil colonos, cujas passagens e custos de instalação foram assegurados pelo governo português* (Hedges et. al., 1999:164-165).

Qual é a situação do sector pesqueiro com o estabelecimento do novo regime salazarista? Para além da pesca de subsistência, segundo (Sanches, 1960; Figueiredo, 1964 e Conceição, 2006)

a pesca artesanal ganha contornos de uma actividade comercial como resultado estabelecimento de colonos, garantindo um “mercado de pescado” por parte dos pescadores, quer sejam indígenas, quer sejam europeus, indianos e chineses que empregam como tecnologia de pesca, redes de emalhe e de arrasto para terra. O terceiro autor referido acima, avança que é igualmente neste período salazarista que se observa a segunda fase de massificação da motorização na actividade pesqueira, impulsionado pelos poveiros e num outro momento pelos “industriais dos crustáceos”, ligados à pescaria de lagosta, nos finais dos anos 40 e início dos anos 50 (Rebelo, 1963), e de camarão nos finais da década de 50 e no princípio da década de 60 do século passado.

Perspectivados os principais marcos possíveis de captar, de seguida analisar-se-á o desenvolvimento do sector pesqueiro moçambicano até 1974, altura em que se regista a saída massiva de quadros portugueses, abrindo-se um novo ciclo de desenvolvimento deste.

O quadro legal para o exercício da actividade pesqueira não sofreu alterações significativas até meados da década de 60 do século passado (Rato, 1961:108; Garcia, 2003:40) altura em que houve uma necessidade de definir o ordenamento jurídico da pesca de camarão, nas águas interiores e para o desenvolvimento da piscicultura. Assim, foi produzida, nos anos 60 do referido século, a base legal para o exercício destas actividades como analisar-se-á mais adiante. Por ora, a mudança significativa que ocorre na actividade pesqueira em Moçambique entre os anos 30 a 60 do século passado, consistiu na presença de pescadores portugueses oriundos da Póvoa de Varzim, os poveiros, que pescam especificamente à linha com iscas (camarão de pequenas dimensões) adquiridas aos pescadores indígenas e indianos estabelecidos no território já há algum tempo, como constatou (Rato 1961:115), constituindo, assim, umas das primeiras cadeias de produção do sector pesqueiro (Sanches, 1960). Este grupo social garantia ao mercado da província parte considerável de peixe consumido no território, particularmente nas áreas das capitâncias de Lourenço Marques e Beira e nas áreas das administrações marítimas de Mambone, Moçambique (actual província de Nampula-Ilha de Moçambique), António Enes (actual distrito de Angoche). O autor avança ainda que esta produção pesqueira local era reforçada por importações de sardinhas, carapau, lulas, polvos congelados e peixes de várias espécies fumados, da metrópole. De Angola provinha peixe seco

que, nos anos 60, era acompanhado de quantidades reduzidas de peixe fresco (Sanches, 1960; Amador, 1963).

Quanto às exportações, (Sanches, 1960:2) destaca a apanha de conchas, actividade desenvolvida exclusivamente pelos indígenas: [...] *é feita desregradamente, durante todo ano [...] sem quaisquer restrições, as transacciona com diversos comerciantes que por sua vez exportam para o estrangeiro.* Para além das conchas, o autor observa que o nativo está, igualmente envolvido e nos mesmos moldes, na apanha de perólas, holotúrias (magajojo em nome local) sendo que este último recurso pesqueiro é exportado especialmente para a China.

No que diz respeito aos estudos científicos para o desenvolvimento esclarecido da actividade pesqueira no território no período em análise, Sanches informa que não passou de estudos de base realizados principalmente por oficiais da marinha portuguesa e pelos serviços de veterinários e, por isso, acrescenta:

[...] não pode de parecer estranha a inibição e falta de interesse de parte [dos investidores] [...] em se lançar em empreendimentos de pesca. É tão compreensível e normal o receio de insucessos, como anormal o empate de capitais em empresas de carácter temerário.

(Sanches, 1960:1)

O autor conclui [...] *para já, Moçambique não precisa de arrastões, mas sim de imediato conhecimento das águas do Oceano Índico por meio de estudos oceanográficos, de biologia e de tecnologia.* Neste sentido, tem início a realização de estudos científicos sistematizados nas áreas marítimas do território moçambicano para o desenvolvimento da actividade pesqueira devidamente informada cientificamente, como resultado da implementação dos “Planos de Fomento” pelo governo colonial português. Este facto é observado principalmente nas directivas do II Plano de Fomento que vigorou de 1959 a 1964 (Rebelo, 1963), facto que veio a consumir-se na segunda metade da década 60, período que pode ser considerado marco importante para o desenvolvimento sistematizado e sustentável do sector pesqueiro moçambicano com a criação da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de

Moçambique (MBPM).²² Este facto é antecedido pela legalização da pesca semi-industrial de arrasto de camarão somente na região sul de Moçambique em 1965,²³ resultante do trabalho de investigação realizado pelo Centro de Biologia Piscatória criado em 1959,²⁴ unidade orgânica antecessora da MBPM e tutelada pela Junta de Investigação do Ultramar. Como refere (Garcia, 2003:40), *desde meados dos anos 60 até 1974, a produção legislativa relacionada com o sector [das pescas em Moçambique] sofreu uma aceleração progressiva [...] que vai culminar, em 1967, com a aprovação do Diploma n.º 2762, que promulga o regulamento da pesca com redes de arrastar nas águas territoriais da Província de Moçambique, base legal para o alargamento da pesca de camarão a todas as águas nacionais e marca o estabelecimento da pesca industrial de camarão à escala nacional.*

Segundo (Newitt, 2012) em 1968, devido ao acidente sofrido por Salazar sucede-lhe como primeiro ministro Marcelo Caetano, seu homem próximo desde a instalação do regime. A subida de Marcelo Caetano ao poder executivo do Estado Português marca o arranque da implementação do III Plano de Fomento, que vigorou até 1973, o qual definiu como metas para o sector pesqueiro em Moçambique, a intensificação de estudos de biologia piscatória com o reconhecimento dos recursos e base tecnológica para acelerar o desenvolvimento do sector.²⁵ Assim, a actividade pesqueira comercial e industrial no território, até 1974, cifra-se na pesca de camarão e, à linha, de peixe de primeira. Na altura havia conhecimento da existência da lagosta, amêijoas, ostras e mexilhões cuja abundância e distribuição era de conhecimento limitado.²⁶

²² PORTARIA n.º 21:916. *Boletim Oficial. I Série.* 14 (66-04-02) 847-853: Cria na Junta de Investigação do Ultramar os Centros de Bioceanologia e Pescas do Ultramar em substituição do Centro de Biologia Piscatória e Missão Biologia Marítima, e coordena as Missões Provinciais de Bioceanologia e Pescas.

²³ DIPLOMA LEGISLATIVO n.º 2569/65 *Boletim Oficial. I Série.* 21 (65-01-23) 65-67:autoriza a pesca com artes de arrastar pelo fundo nas águas da Baía de Lourenço Marques que ficam a sul de uma linha que une a Ponta das Três Marias e o Extremo norte da Ilha dos Portugueses.

²⁴ Portaria n.º 17:181, Cria na Junta de Investigação do Ultramar o Centro de Biologia Piscatória e define seus objectivos. In: *Boletim Oficial*, Lourenço Marques, n.º24 (I), de 13 de Junho de 1959. p. 542-543.

²⁵ PRESIDÊNCIA DE CONSELHO, III Plano de Fomento para 1968-1973, v. III, Imprensa Nacional de Lisboa, 1968.

²⁶ MISSÃO DE BIOCEANOLOGIA E PESCA DE MOÇAMBIQUE. *Relatório Científico 1969.* Lourenço Marques: Missão de Bioceanologia e Pescas de Moçambique, 1972.

Com a criação da MBPM é extinta a Comissão de Pescarias da Província de Moçambique criada em 1902 e é nesta instituição, criada em 1966 que só viria a entrar em funcionamento em 1969 que viriam as bases da emergência de uma pesca industrial de camarão com a consolidação dos estudos de monitoria desta pescaria e é aprovado em 1971 o Diploma Legislativo nº50/71 de 29 de Maio, que aprova o Regulamento da Pesca de Camarão²⁷ como evento importante que ocorre antes da transição do mandato do sector pesqueiro ao Estado Moçambicano, em resultado da independência do território do regime colonial português. De seguida abordar-se-á como é que o sector se desenvolveu no período pós-independência política do território.

II.2 As Pescas em Moçambique no período pós-independência (1975 aos nossos dias)

Neste estágio do trabalho faz-se uma perspectiva histórica das pescas em Moçambique no pós-independência. Antes, far-se-á um apanhado sobre a situação do sector no contexto de transição da administração do território moçambicano do regime colonial português ao Estado soberano de Moçambique, liderado pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Em jeito de contextualização, recuou-se até ao final da década de 60, período em que se verifica um esforço do regime colonial para conter a luta de libertação nacional e, em simultâneo, reforçar a sua presença na administração do território como estratégia do regime colonial para a manutenção da administração do território (Garcia, 2003:41). É nesta altura que ocorre uma mudança no paradigma da relação entre os povos indígenas e a administração colonial portuguesa que assentou no desenho de programas de fomento, como se referiu acima, que permitiram lançar as bases para as políticas de desenvolvimento adoptadas pelo Estado moçambicano, após a independência nacional (Garcia, 2003). Na óptica do autor referido anteriormente, as 17 “recomendações e/ou medidas” contidas no Relatório de Avaliação do III Plano de Fomento, foram quase que na íntegra, na letra e no espírito, adoptadas pelo governo da FRELIMO mas, claro, de forma mais inclusiva²⁸ se comparadas com a implementação das mesmas pelo regime colonial como analisar-se-á mais adiante.

²⁷ GARCIA, Francisco – Burocracia e Poder: o Caso da Administração Pesqueira de Moçambique. p. 4, Anexo nº2.

²⁸ PINTO, David Alexandre – Emergência e Sustentabilidade dos Empresários Nacionais: o caso do Sector Pesqueiro nas Províncias de Maputo, 1987-1996. Lisboa: Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da

O sector das pescas, no período em análise, foi integrado no Ministério da Indústria e Comércio, conforme o Decreto nº 1/75 de Abril, que define as competências e as atribuições dos ministérios na estrutura governativa formada. No seu Artigo 23, o mesmo decreto define como competência do referido ministério:

[...] Reorganizar o sector das pescas, começando pela reestruturação dos correspondentes serviços; [...] Lutar para pôr fim à pilhagem dos nossos recursos do mar e assegurar o seu controle; [...] Promover o desenvolvimento da pesca e a instalação da indústria de conservas do pescado e de aproveitamento dos subprodutos de pesca.²⁹

Com o intuito de criar uma estrutura orgânica para a operacionalização destas competências e atribuições em 1976, é criada a Direcção Nacional de Pescas (DNP) subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio e, conseqüentemente, extinta a Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique criada em 1966³⁰ cuja sua estrutura segundo Gonçalves foi a base para a criação do Serviço de Investigação Pesqueira, única estrutura do sector pesqueiro que herdou 8 técnicos superiores com experiência do passado, conhecimento, infra-estruturas e equipamentos para relançar o sector devido à saída massiva de quadros desta e de outras áreas de actividades, logo após a independência do território.³¹ O nosso “entrevistado/comentador” acrescenta que foi nesta perspectiva que se equacionou que as decisões administrativas relativamente à gestão dos recursos pesqueiros e das pescarias, quer a nível de políticas, quer a

Empresa, 1999. (Dissertação de Mestrado). Segundo este autor: (...) importar destacar que, até à proclamação da independência nacional, nenhum moçambicano foi envolvido na expansão e desenvolvimento da pesca comercial e acrescenta-se industrial. (Pinto, 1999:86). Neste período é reportada alguma pesca artesanal comercial como foi já referido.

²⁹ DECRETO nº 1/75. *Boletim da República. I Série.* 15 (75-07-29) 58-59: Define as tarefas que cabem a cada Ministério na realização do programa geral de actividades do Conselho de Ministros.

³⁰ PORTARIA nº 80/76. *Boletim da República. I Série.* 40 (76-04-06) 133-135: Cria no Ministério da Indústria e Comércio a Direcção Nacional de Pescas - Extingue a Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique.

³¹ Comentários de Manuel Gonçalves a 23 de Dezembro de 2008 ao Projecto de Publicação de INOQUE, Daniel - 2007. *História de uma Investigação: uma perspectiva histórica da Investigação Pesqueira em Moçambique, 1953-2000*, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Ensaio Científico de Culminação de Estudos apresentado como requisito para a obtenção de grau de licenciatura em História, Maputo.

Nota-se que o Serviço de Investigação Pesqueira é que irá dar origem ao Instituto de Desenvolvimento Pesqueiro, cuja duração é muito curta seguindo-se o Instituto de Investigação Pesqueira (...) de referir que o “ Instituto de Desenvolvimento Pesqueiro abarcava, para além da área de investigação de recursos, a parte de controlo de qualidade dos produtos pesqueiros e a Tecnologia da pesca.”Comentários de Lizette Sousa ao projecto de Publicação referido acima a 29 de Outubro de 2009.

nível de projectos, seriam antecedidas de investigação.³² O passo seguinte dado pela estrutura do sector pesqueiro no pós-independência nacional, foi através do Decreto-Lei nº31/76 de 19 de Agosto, que alarga os limites das águas jurisdicionais às 200 milhas do mar territorial, um marco importante porque define a zona económica de direito exclusivo (ZEE) do país. Este facto permitiu o exercício de soberania nesse território que culminou com o licenciamento da frota estrangeira (espanhola e japonesa) que exerciam a actividade pesqueira fora das 12 milhas das águas jurisdicionais moçambicanas.³³

A história de Moçambique, depois da independência, pode ser dividida em dois momentos singulares quanto ao papel do sector das pescas na economia do país. O primeiro momento compreende os períodos entre 1977 a 1990, que poderá ser considerado de “ciclo do camarão” sendo este crustáceo o principal produto para a captação de moeda convertível no mercado internacional, onde as exportações deste produto chegaram a atingir cerca de 45%³⁴ do total das exportações do país consubstanciando-se como o principal produto de exportação de Moçambique, principalmente a partir da primeira metade dos anos 1980, uma vez que as águas territoriais moçambicanas, apesar de se sentir de forma directa os efeitos da guerra dos 16 anos, serviram como alternativa de combate à fome e para a captação de divisas.³⁵ É neste contexto que esta área de actividade económica ascende como principal sector dinamizador da economia nacional, devido ao colapso da agricultura, sector de onde, até 1973, provinha a maior parte dos produtos de exportação, na ordem de 65%, basicamente açúcar, cajú, algodão, copra, madeiras, chá e sisal, tendo a guerra desestabilizado todo o seu sistema produtivo (Pinto, 1999:87). Segundo (Krantz et. al., 1988:1) a produção alimentar pela agricultura,

³² Comentários de Manuel Gonçalves ao Projecto de Publicação de INOQUE, Daniel - 2007. *História de uma Investigação: uma perspectiva histórica da Investigação Pesqueira em Moçambique, 1953-2000*. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Ensaio Científico de Culminação de Estudos apresentado como requisito para a obtenção de grau de licenciatura em História, Maputo, a 23 de Dezembro de 2008.

³³ SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DE PESCARIAS DE CRUSTÁCEOS EM MOÇAMBIQUE, 1987, p. 15

³⁴ A contribuição do sector das pescas das exportações do país é apresentada na ordem dos 43% por (Pinto, 1999:87) no entanto, num estudo publicado em 2009 pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos apontam para 45% que sugere uma actualização destes números.

³⁵ KRANTZ, L. et al. *Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique*. Maputo: IIP, 1988. Aponta para 30% o volume de exportações do sector pesqueiro do país no estudo referido nestas notas de rodapé que difere substancialmente com os dados estatísticos apresentados na nota de rodapé anterior.

igualmente, decresceu, o que levou a que a produção de peixe destinada ao consumo interno adquirisse importância significativa como fonte de proteínas para as populações.

Em suma, estes acontecimentos permitiram que o estado “pós colonial” se apropriasse dos recursos pesqueiros como alavanca da economia, o que levou ao desenvolvimento de uma pesca industrial alicerçada na supra e intra-estrutura ancorada às políticas do regime anterior neste período, de forma mais “inclusiva”, com o envolvimento de vários segmentos da sociedade moçambicana reflectida nas políticas públicas do novo regime. (Borges Coelho, 2006:3) designou este momento histórico de ciclo³⁶ socialista. Este ciclo encerra na década de 90 do século passado, com a entrada em vigor no país da nova constituição, antecedido de um período para uma segunda transição na história do país, tendo como principais eventos, a assinatura dos Acordos de Paz em Roma, em 1992 e a realização das primeiras eleições democráticas e multipartidárias do país em 1994, abrindo-se assim um novo ciclo, o democrático multipartidário que perdura até aos nossos dias. De seguida, destringar-se-á cada um dos ciclos enunciados na ordem apresentada.

O ciclo socialista é igualmente designado por democracia popular como sugere (Eggero, 1992). Nesta época, como assegura (Negrão, s/d:5) o país adoptou uma economia de planificação estatal centralizada que lhe permitiu o controlo dos investimentos e do mercado. Nos primeiros anos da vigência deste sistema económico, o país deu sinais de crescimento económico em sectores chave de actividades económicas, incluindo as pescas. Para este, o crescimento pode estar associado às suas políticas de desenvolvimento centradas na primazia de “ [...] *intensificar a inventariação e exploração racional dos [...] recursos de forma a satisfazer as necessidades internas e aumentar as receitas provenientes da exportação*”.³⁷ Nesta perspectiva, como foi referido, a investigação pesqueira teve um papel crucial para o conhecimento dos recursos existentes na plataforma continental, principalmente na zona económica exclusiva (ZEE). É neste contexto que é nomeado o Primeiro Secretário de Estado

³⁶ “[...] são construções coerentes e de natureza aposteriorística, apropriados portanto ao modo de operar da história”. (Braudel, 1990 *apud* Borges Coelho, 2006:3).

³⁷ FRELIMO. Directivas Económicas e Sociais: Documentos do 3º Congresso da Frelimo, s/l, Departamento Trabalho Ideológico da Frelimo, s/d.

de Pescas para coordenar os assuntos do sector subordinado ao Ministério da Indústria e Energia³⁸ e que são definidas as competências da respectiva Secretaria de Estado, em decreto presidencial.³⁹ Passados cinco anos e, como resultado do conhecimento do potencial de pesca do país, o Governo Moçambicano determina que o sector das pescas deve assumir a responsabilidade de abastecer o mercado nacional de pescado bem como garantir a sua exportação, (basicamente camarão)⁴⁰ no sentido de, neste último caso, obter divisas para o país. É na sequência desta decisão que o sector pesqueiro se tornou a “espinha dorsal” da economia do país e pela sua importância estratégica, passa a subordinar-se directamente ao Conselho de Ministros.⁴¹

Como foi referido, no período de 1968 a 1975, a pesca industrial desenvolveu-se na região sul do território moçambicano, especificamente na Baía de Maputo, tendo como recurso - alvo o camarão de superfície.⁴² É neste sentido que o papel da investigação foi o de conhecer, de forma específica, a distribuição e abundância dos principais recursos pesqueiros do país, com o intuito de planificar o desenvolvimento do sector. No período em análise, particularmente no balanço realizado pelo sector em 1984 sobre os resultados da monitoria, investigação e a avaliação dos recursos marinhos do país, emerge, entre outros aspectos, a necessidade de desenvolvimento da pesca de carapau e cavala e a realização da pesca experimental do caranguejo de profundidade e, ainda, da anchoveta.⁴³ A avaliação da situação do sector das pescas a nível da gestão dos recursos pesqueiros marinhos parece alinhada com o processo de adesão do país à Convenção de Lomé e à sua aceitação como membro das agências da Bretton Wood, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Newitt, 2012:484) onde, conforme as palavras de (Adam, 2006:125): *encetam-se esforços em diferentes ministérios*

³⁸ DESPACHO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1978. *Boletim da República. I Série.* 136 (78-11-14): Delega no Secretário de Estado das Pescas vários poderes para gerir os assuntos correntes do Ministério da Indústria e Energia no domínio das pescas.

³⁹ DECRETO PRESIDENCIAL n° 44/78. *Boletim da República. I Série.* 147 (78-12-09) 479-480: Define a competência da Secretária de Estado das Pescas.

⁴⁰ FRELIMO. Directivas Económicas e Sociais, Maputo, 1983.

⁴¹ DECRETO PRESIDENCIAL n° 83/83. *Boletim da República. I Série.* 52 (83-12-29) 126-127: Estabelece os objectivos e funções principais da Secretaria de Estado das Pescas.

⁴² SEMINÁRIO CONJUNTO MOÇAMBIQUE/NORAD SOBRE OS RECURSOS MARINHOS DE MOÇAMBIQUE. 1984, Maputo. In: *Revista de Investigação Pesqueira.* Maputo, 1984. n. 9, p.13.

⁴³ SEMINÁRIO CONJUNTO MOÇAMBIQUE/NORAD SOBRE OS RECURSOS MARINHOS DE MOÇAMBIQUE. 1984, Maputo. In: *Revista de Investigação Pesqueira.* Maputo, 1984. n. 9, p. 13-14.

visando preparar estatísticas e outras informações requeridas pelo FMI e Banco Mundial (...) facto aplicável, igualmente, ao sector pesqueiro mesmo considerando que, na altura, o seu estatuto orgânico ainda não era de uma estrutura ministerial. Na sequência disso, como forma de adequar o sector ao novo quadro económico que o país abraçara, em 1985, são revistos e aprovados os novos estatutos da Secretaria de Estado das Pescas.⁴⁴

Nesta perspectiva, de acordo com (Metz, 1987 *apud* Newitt, 2012) Moçambique chegou a um acordo com o FMI relativamente ao pacote de medidas com efeitos directos, principalmente para o sector agrícola, que não foi objecto de análise neste trabalho. É neste contexto que o país iniciou o Programa de Reabilitação Económica (PRE) base da adopção da política de economia de mercado (Coelho, 2006). Neste período, em que o país busca alternativas para o aumento das exportações e para o seu incremento, foi avançada a proposta de cultivo de camarão, permitindo deste modo o aumento da produção deste recurso como forma de reduzir a pressão sobre o seu manancial nas suas águas marítimas em virtude do recurso se encontrar próximo dos limites máximos recomendáveis de exploração.⁴⁵ Em consequência disso, como recomendação da instituição que gere cientificamente os recursos pesqueiros, foi aprovado o Diploma Ministerial n.º 118/89, que introduziu no país um período de veda anual somente para as pescarias de tipo industrial e semi-industrial de camarão por um período de 15 dias entre 15 de Dezembro de 1989 a 13 de Janeiro de 1990.⁴⁶ Esta medida surge para permitir que os armadores industriais reorientassem os seus investimentos para o desenvolvimento da pesca dos *stocks* de camarão de profundidade que, na altura, se encontravam por explorar.⁴⁷

⁴⁴ DIPLOMA MINISTERIAL n.º 66/85. *Boletim da República. I Série.* 44 (85-10-30) 163-165: Aprova os Estatutos da Secretaria de Estado das Pescas.

⁴⁵ SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DE PESCARIAS DE CRUSTÁCEOS EM MOÇAMBIQUE, 1987, Maputo. In: *Revista de Investigação Pesqueira*. Maputo, 1989, n. 18, p. 15-16 e Pesca na baía: Exploração intensiva pode diminuir recursos-alerta Instituto de Investigação Pesqueira. *Noticiais*. Maputo, 29 de Julho de 1988. In: FFP. Pesca na Imprensa 1988. Maputo: FFP, 2005.

⁴⁶ DIPLOMA MINISTERIAL n.º 118/89. *Boletim da República. I Série.* 46 (89-12-06) 429-430: Introdz um período de veda parcial para a pesca industrial e semi-industrial de camarão, durante o período de 15 de Dezembro de 1989 a 13 de Janeiro de 1990.

⁴⁷ SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DE PESCARIAS DE CRUSTÁCEOS EM MOÇAMBIQUE, 1987. In *Revista de Investigação Pesqueira*. Maputo, n.º 18 (1989), p. 26-27.

Com a chegada da década de 90 do século passado, como avançaram (Coelho 2006:5; Newitt, 2012:484), o governo do partido FRELIMO iniciou “démarches” para mudanças constitucionais que culminaram com a introdução do sistema multipartidário no país, com aprovação da Constituição de 1990 que esteve na origem de um novo contexto de transição política, do monopartidarismo para o multipartidarismo. Para alinhar a nova ordem constitucional, como se pode inferir, foi aprovada a Lei de Pescas de 1990 que encontra suporte na experiência acumulada pelo sector nos primeiros anos da independência e não só, alicerçada igualmente em lições aprendidas e bem sucedidas do regime colonial.⁴⁸

No início daquela década, a principal pescaria do país, do ponto de vista de captação de receitas, pela via de exportação, a pescaria de camarão de superfície atingira a capacidade máxima de exploração, como foi já avançado. Considerando que o recurso em questão representa nesta altura 45% das exportações totais do país (Brito, 2009:2) a decisão da administração pública das pescas, foi a de adoptar medidas de gestão possíveis para garantir a sua sustentabilidade.⁴⁹

Nesta altura, a pescaria industrial de arrasto de peixe já era uma realidade e tinha como recursos - alvo o carapau e a cavala. Nesta pescaria, no período em análise, à semelhança da pescaria anteriormente referida, registava-se uma redução nas capturas. Este facto parece dever-se à duplicação do esforço de pesca entre os meados e o final da década de 80 do século passado. O aumento do esforço de pesca estaria relacionado à incapacidade financeira do país na importação de quantidades adicionais de peixe desta qualidade de importância estratégica, providenciadora de proteína na dieta alimentar da maioria das populações moçambicanas. Neste sentido, a entidade que vela pela investigação pesqueira propôs como recomendação, a manutenção do esforço de pesca nestas pescarias.⁵⁰

Relativamente às pescarias da baía de Maputo, onde se destacaram neste período três principais artes de pesca: emalhe, arrasto e à linha, verificou-se que a magumba (certo tipo de

⁴⁸ LEI n.º3/90 de 26 de Setembro. *Boletim República. I Série.* 39 (90-09-26) p. 250(6)-250(14): Aprova a Lei de Pescas.

⁴⁹ SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS DE MOÇAMBIQUE 1991, Maputo, IIP. p. 28-29.

⁵⁰ SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS DE MOÇAMBIQUE 1991, Maputo, IIP. p. 30-31.

peixe), tal como a cavala e o carapau, bastante consumidos pelas populações devido aos seus preços baixos, estavam numa fase de exploração intensa. Assim, a área de investigação do sector das pescas como entidade que monitora os recursos em questão, recomendou o aumento da malha, perspectivando a recuperação dos recursos pesqueiros.⁵¹

A nível da pesca de pequena escala⁵² os dados demonstram a importância de produtos como magajojo, conchas e lagosta para a exportação, contribuindo assim na captação de divisas⁵³ sem perder de vista a contribuição singular da pesca artesanal na captação de rendimentos para as comunidades pesqueiras e como base da sua segurança alimentar, principalmente na pesca de subsistência bastante praticada no país, quer nas águas marítimas quer nas interiores, sendo esta uma actividade milenar neste território que é hoje Moçambique e não só.

A aquacultura é uma actividade já desenvolvida no território desde o período da administração portuguesa, basicamente a piscicultura. No período em análise, estavam em curso acções de prospecção, experimentação para cultivo de mexilhão para abastecimento às populações e o cultivo do camarão, definida como prioridade com o objectivo de contribuir para o incremento das exportações do sector, no contexto da redução da produção do camarão selvagem.⁵⁴

É assim que se perspectiva a situação do sector das pescas no limiar da década de 90 do século passado. De seguida far-se-á um exercício ainda como enquadramento da temática em apreço, num contexto em que o país abraçou uma ordem constitucional que se pretende democrático-multipartidária.

A partir da década de 90 abre-se um novo ciclo de transição do regime económico que vai até aos nossos dias, com vários inter-ciclos, relativa à história da actividade pesqueira em Moçambique. Quanto a este período podem ser considerados alguns inter-ciclos que se

⁵¹ SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS DE MOÇAMBIQUE 1991, Maputo. IIP. p. 31.

⁵² Pesca de Pequena Escala: (...) inclui as pescarias artesanais e semi-industriais, ou seja, aquelas que fornecem excedentes significativos comercializáveis, utilizando embarcações pequenas sem congelação do pescado a bordo. SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS DE MOÇAMBIQUE 1991, Maputo. IIP. p. 10.

⁵³ SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS DE MOÇAMBIQUE 1991, Maputo. IIP. p. 32

⁵⁴ SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS DE MOÇAMBIQUE 1991, Maputo. IIP. p. 33

corporizam em eventos singulares para a história do sector pesqueiro moçambicano, nomeadamente o período de 1990 a 1994, que pode ser considerado o inter-ciclo das privatizações das empresas de pesca industrial comparticipadas pelo Estado e emergência do sector privado neste sector com cariz industrial, de 1995 a 1999; inter-ciclo do “boom” da exploração do camarão e a ruptura dos seus stocks e, de 2000 aos nossos dias inter-ciclo do renascimento e da consolidação do sector pesqueiro que culmina com a reintegração do sector pesqueiro numa nova estruturação governamental saída das eleições gerais de 2014, com a constituição do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas. De seguida analisar-se-á o ciclo conforme as dinâmicas de cada um dos inter-ciclos anunciados.

O primeiro inter-ciclo, que vai de 1990 a 1994, o das privatizações das empresas de pesca industrial comparticipadas pelo Estado e emergência do sector privado neste subsector, surge no contexto da adequação da economia e do sector das pescas à nova realidade ora em estruturação, com a aprovação da primeira Lei de Pescas no país após a independência política. Surge como resultado, por um lado, das experiências acumuladas por esta área de actividade económica em 15 anos de administração pública das pescas⁵⁵ e, por outro, convicto de que foi condicionado pelo novo ordenamento jurídico-constitucional que o país ensaiava. Assim, atempadamente, foram criadas as condições para a reestruturação e integração deste sector nuclear da economia de Moçambique nesta nova fase de desenvolvimento do país, com a aprovação da Lei de Pescas de 1990. Neste período, parte considerável de recursos pesqueiros de grande importância económica e social encontrava-se no limite da sua exploração, de modo que foi reafirmado o potencial da aquacultura como alternativa para incrementar a produção de recursos pesqueiros para o consumo interno, bem como para a exportação.⁵⁶

O novo quadro legal do ordenamento da actividade pesqueira em referência tinha, por um lado, o intuito de garantir a sustentabilidade das pescarias já estabelecidas, impulsionar o desenvolvimento de novas com potencial e, efectivar acções na área da aquacultura, como

⁵⁵ LEI n. °3/90 de 26 de Setembro. *Boletim República. I Série.* 39 (90-09-26) p. 250(6)-250(14). (Fundamentação)

⁵⁶ SEMINARIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS E GESTAO DAS PESCARIAS DE MOCAMBIQUE, 1993. Maputo, IIP, 1993. p. 13.

alternativa à pesca, principalmente de camarão, já no seu limite de exploração, onde foram alargadas as medidas de gestão para a pesca artesanal com a introdução da veda neste subsector⁵⁷. Quanto à gestão e ordenamento das pescas, foram abordados tendo em conta os recursos pesqueiros como bem de domínio público ou seja, cabendo ao Estado definir as condições e as modalidades da sua exploração em toda a sua cadeia de produção.⁵⁸ Relativamente a este aspecto, sustentabilidade das pescarias, o dispositivo legal aponta para acções imediatas de fiscalização da pesca como forma de garantir a gestão das pescarias e dos recursos pesqueiros. Como observar-se-á adiante, tais medidas alimentaram um debate em torno da gestão dos recursos pesqueiros durante quase toda a década de 90. Por outro lado, o novo quadro legal visava, de forma consentânea, definir o quadro de relacionamento entre a administração pública das pescas e os agentes económicos do sector. Neste sentido, a Lei de Pescas de 1990 abre um novo ciclo de relações entre estes actores, definindo o quadro jurídico relativamente à gestão e ordenamento das pescas, medidas de conservação dos recursos pesqueiros, controle de qualidade do pescado e fiscalização da actividade pesqueira.⁵⁹

Assim, no que concerne à gestão das pescarias, a atribuição de quotas, o licenciamento e a fiscalização da pesca foram introduzidas em 1987 com a adopção pelo país da economia de mercado. Neste período, a investigação pesqueira dedica-se à realização de estudos para a avaliação dos recursos e a emissão das recomendações para garantir uma exploração sustentável dos recursos pesqueiros.⁶⁰ Contudo, em pescarias em que não foram adoptadas e recomendadas medidas de gestão pela investigação pesqueira, a administração pública das pescas definia o número máximo de embarcações a licenciar-se com base nos dados de produção dos anos precedentes.⁶¹

⁵⁷ DIPLOMA MINISTERIAL n.º 1/94. *Boletim da República. I Série.* 1 (94-01-05): Estabelece um período de veda efectiva para a pesca industrial, semi-industrial e artesanal de camarão na zona compreendida entres os paralelos 10 graus e 30 minutos sul e 26 graus e 30 minutos sul, durante o período de 1 de Janeiro a 1 de Março de 1994.

⁵⁸ Idem, artigo 4

⁵⁹ LEI n.º 3/90 de 26 de Setembro. *Boletim República. I Série.* 39 (90-09-26) p. 250(6)-250(14).

⁶⁰ SEMINARIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS E GESTAO DAS PESCARIAS DE MOCAMBIQUE, 1993. Maputo, IIP, 1993. p.16.

⁶¹ SEMINARIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS E GESTAO DAS PESCARIAS DE MOCAMBIQUE, 1993. Maputo, IIP, 1993. p. 17.

É neste contexto que, na perspectiva de (Sambo 1992 *apud* Pinto 1999:128) e de Garcia, 2003:51) referem que o Estado Moçambicano inicia um processo de privatizações em que, no sector pesqueiro, optou-se pela constituição de empresas mistas com investidores - parceiros estrangeiros que cedem parte ou totalidade das suas participações. Esta estratégia visava, em última instância, garantir, a partir dos investidores - parceiros estrangeiros, os meios, quer materiais, quer financeiros de que não dispunha para prosseguir com a exploração e o desenvolvimento, principalmente da pescaria de crustáceos. Para esse desiderato, encerrou a concessão e renovação de licenças de pesca às frotas estrangeiras e iniciou um processo de “nacionalização” da produção pesqueira industrial onde as empresas mistas constituídas eram comparticipadas por entidades nacionais com diversificação dos capitais de investimentos em termos de países de origem, evitando deste modo, os monopólios na exploração dos recursos pesqueiros.

Na óptica de (Pinto, 1999:129), este exercício, a médio e longo prazo, visava [...] *o crescimento da capacidade nacional para exploração dos recursos aquáticos nacionais, assim como a implantação da produção pesqueira moçambicana nos mercados regionais e internacional*. Neste novo regime jurídico-constitucional com o processo de privatizações ainda em curso, o sector das pescas foi integrado no Ministério da Agricultura e Pescas e é extinta a Secretaria de Estado das Pescas na sequência da formação do novo governo de Moçambique culminando com a efectivação da nova ordem constitucional, com realização das primeiras eleições multipartidárias do país em 1994. Esta transição do sector pesqueiro para uma nova estrutura orgânica, abre um novo inter-ciclo, o do “boom” da exploração do camarão e da ruptura dos seus stocks, que vai até 1999.

Em 1996 é aprovada a primeira política pesqueira e as respectivas estratégias de implementação do país no pós-independência que em linhas gerais visava: i) *Melhoria do abastecimento interno de pescado para cobrir o défice alimentar do país*; ii) *Aumento de receitas líquidas de moeda convertível geradas pelo sector*; e iii) *Melhoria das condições de vidas das comunidades pesqueiras*. Como se pode observar, estes objectivos reflectem as acções que têm sido desenvolvidas pelo sector desde os primeiros anos após a independência,

exceptuando o último objectivo que visa empoderar as comunidades pesqueiras, uma vez que, com o fim da guerra que assolou o país, estavam criadas as condições para o acesso à costa. Nesse sentido, a mesma política aponta como desvantagens ou limites, o fluxo migratório para a costa no contexto da guerra dos 16 anos que levou à sobreexploração dos recursos acessíveis à pesca artesanal referidos na alínea ii) do ponto indicado. Contudo, este documento orientador não se refere a estratégias para desconcentrar as zonas costeiras com o final do conflito armado, factor ao que parece matriz da situação da sobrepesca neste subsector. Este subsector será analisado mais adiante com algum detalhe.

É neste contexto que a nível central, em 1997 ocorre, como referiu (Garcia, 2003:53) o apogeu do conflito latente na administração pública das pescas, que se opunha à estrutura política do sector na nova estrutura orgânica ministerial nesta fase ao afirmar que *o mal estar entre os dirigentes históricos das pescas com a actuação dos novos dirigentes políticos saltou para arena política e para os meios de comunicação social em Agosto [...]*. O cerne da discórdia estava relacionado com a decisão unilateral do Ministro do pelouro de alargar o período de pesca industrial de camarão no referido ano, numa situação em que as quotas de capturas definidas para o efeito tinham sido superadas, não obstante tal decisão não ter assentado em bases científicas como o fora o procedimento até então vigente.⁶² Outro aspecto da discórdia estava relacionado, à falta de concertação pelo órgão central dessa decisão na Comissão de Administração Pesqueira, colectivo principal de decisão no que concerne à gestão das pescarias no país.

Como resultado dessa situação, pode-se concluir, abre-se espaço para definir as premissas para uma reestruturação do sector das pescas, mesmo ainda integrado na agricultura, onde, no ano

⁶² Neste conflito, o *Director Nacional das Pescas e o seu Adjunto demitiram-se em protesto com a decisão do Ministro de alargar o período da pesca industrial de camarão (...)*. Este facto se deve segundo (Garcia, 2003:53) autor palavras que citou-se anteriormente *as pressões das “3 grandes” deste subsector, empresas mistas com capital estrangeiro (duas espanholas e uma japonesa) parecem ter ditado a decisão do Ministro*. Este conflito foi aceso na imprensa onde se opunha a nova Direcção Nacional de Pescas nomeada e por outro lado aos investigadores que trabalham no mesmo objecto de pesquisa quer da entidade no sector das pescas com esse mandato bem como os ligados a academia que se opõem a decisão do Ministro Agostinho do Rosário.

seguinte, é decretada a autonomia administrativa da investigação pesqueira no país e é alargado o seu mandato para âmbito nacional. E:

É neste contexto e no sentido de harmonizar as intervenções da investigação pesqueira e da entidade gestora da actividade produtiva no sector a DNP (Direcção Nacional das Pescas) que se organiza em Dezembro de 1998, um seminário de planificação estratégica conjunta. Este evento entre outros aspectos, concluiu haver necessidade de melhorar a coordenação entre a DNP/IIP e o reconhecimento do papel da investigação pesqueira no que concerne à gestão dos recursos pesqueiros do país.

(Relatório do Seminário Conjunto DNP/IIP *apud* Inoque, 2007:28)

É interessante notar que, findo o quinquénio 1994-1999, em 2000, com a formação do novo governo saído das eleições de 1999, o sector das pescas renasce como uma estrutura autónoma a nível ministerial, abrindo um novo inter-ciclo que vai até aos nossos dias e que pode ser considerado de “renascimento” tendo em conta (Garcia, 2003:56) e de consolidação do sector como se aborda a seguir.

O principal pilar do renascimento e consolidação do sector pesqueiro moçambicano neste início de milénio, parece assentar na criação de condições para a melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras do país. Antes, porém, seria crucial perceber que acções outrora foram levadas a cabo para esse efeito. No sentido de coordenar as acções dos órgãos estatais neste subsector das pescas, foi criada a Comissão Instaladora da Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala (UNIPESCA) em 1980.⁶³ Numa breve descrição da situação da pesca artesanal, actividade de subsistência das comunidades pesqueiras do país, (Namilué, 2000:25) avança que o desenvolvimento de programas com vista ao empoderamento das populações costeiras de Moçambique teve como ponto de partida, como em todas as acções de canalização de apoios, a produção alimentar que resultou na organização dos produtores, quer agricultores, quer pescadores, em cooperativas de produção. Para o caso do subsector da pesca artesanal, até 1988, o autor contabilizou a existência de 836 cooperativas de pescadores assim distribuídos: 213 em Maputo, 200 na província de Sofala (Beira), 60 na Zambézia (Sopinho), 315 em Nampula (sendo 106 em Moma e 209 na Ilha de Moçambique), 36 em Cabo Delgado

⁶³ DESPACHO DE 11 DE OUTUBRO DE 1980. *Boletim da República. I Série.* 43 (80-10-11) 166: Cria a Comissão Instaladora da Unidade de Direcção de Pesca de Pequena Escala e indica os elementos que a constituem.

(Pemba) e 12 em Niassa, concretamente em Metangula, principal centro de pesca da província.⁶⁴ Os Combinados Pesqueiros foram estabelecidos em quase todos os principais centros de pesca do país como resultado da nacionalização pelo Estado, das infra-estruturas abandonadas por comerciantes rurais portugueses, principalmente nos finais das décadas de 60 e 70. A actuação dos Combinados Pesqueiros nas suas áreas de influência foi garantida pela instalação de Postos de Apoio e Compras, sempre usufruindo das infra-estruturas existentes nos centros de pescas estabelecidos, em alguns casos, centros existentes há milhares de anos (Namilué, 2000:25).

No que concerne ao fornecimento de materiais e apetrechos de pesca, incluindo equipamentos, combustíveis, lubrificantes e outros insumos de produção, os Combinados Pesqueiros desenvolveram actividades junto das comunidades pesqueiras. Adquiriam, também, os excedentes da produção junto aos centros de desembarque do pescado. Ainda no pacote de apoio, difundiam tecnologias, métodos de pesca e o respectivo melhoramento, incluindo o relativo à tecnologia de pescado e de carpintaria naval. No conjunto dos serviços estabeleceu igualmente uma capacidade para a manutenção e reparação de embarcações convencionais, bem como artesanais, e a instalação de unidades de apoio da actividade em terra para comercialização, bem como de conservação e afins (Namilué, 2000:25-26).

Contudo, na segunda metade da década de 80, reporta Namilué, que, cerca de 80.000 pescadores eram assistidos pelos Combinados Pesqueiros e o sistema de apoio à pesca de pequena escala em todo país começava a ser afectado, directamente, pelos impactos da guerra e das mudanças adoptadas pelo governo da FRELIMO no contexto do PRE. É neste contexto que, em 1988, é criada a Comissão Instaladora do Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala⁶⁵ que, como sugere Namilué pela [...] *necessidade de adequação do papel das instituições do Estado ao novo contexto e de privatização dos Combinados Pesqueiros* [...] (Namilué, 2000:27). Este poderá ser o quadro breve da visualização da situação da pesca artesanal em Moçambique no ciclo socialista.

⁶⁴ Anexos VI sobre as áreas de influências dos Combinados Pesqueiros (Namilué, 2000)

⁶⁵ DESPACHO DE 25 de MAIO DE 1988. *Boletim da República. I Série*. 21 (88-05-18) 197: Cria a Comissão Instaladora do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala e indica os elementos que a constituem.

No período de transição do país para um sistema democrático multipartidário, isto é, de 1988 a 1993, o subsector da pesca artesanal igualmente se estruturava para alinhar as suas intervenções considerando os mecanismos que garantiram uma abordagem mais participativa dos intervenientes neste subsector. É nesta óptica que, em 1994, numa parceria com o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) o Governo de Moçambique iniciou a implementação de um projecto-piloto para o desenvolvimento do subsector das pescas em Moçambique. O projecto teve um custo inicial de 11.3 milhões de dólares americanos (USD)⁶⁶ e, na sua formulação, partiu das experiências do país no empoderamento das comunidades pesqueiras, tendo como área de abrangência, nesta fase, os distritos costeiros de Angoche e Moma, na província de Nampula, que, por sinal, é uma das maiores comunidades pesqueiras do país conforme os dados do Censo da Pesca Artesanal de 2012.

O Projecto de Pesca Artesanal de Nampula (PPAN) como ficou designado, visava melhorar os níveis de rendimento, de empregabilidade e garantir a segurança alimentar dos pescadores artesanais e seus agregados familiares pelo aumento de insumos de pesca, crédito, experimentação, promoção e melhoramento e introdução de novas técnicas de pescas e do processamento de pescado, por um lado. Por outro lado, objectivou melhorar as infra-estruturas económicas e sociais, nomeadamente estradas, para garantir o transporte e a comercialização dos excedentes de produção e o acesso aos serviços sociais básicos, construção de fontes de água e postos de saúde, respectivamente. Assim, as actividades do projecto assentaram em quatro componentes fundamentais: i) apoio à pesca; ii) serviços financeiros, iii) infra-estruturas rurais e iv) reforço institucional.⁶⁷

⁶⁶ Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – Avaliação Intercalar do Projecto de Pesca Artesanal de Nampula, http://www.ifad.org/evaluation/public_html/eksyst/doc/prj/region/pf/mozambique/pdf-porto.pdf [14 de Setembro de 2010]; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – Habilitar os pobres rurais a superar a pobreza e Moçambique, http://www.ifad.org/operations/projects/regions/Pf/factsheets/mozambique_p.pdf [16 de Junho de 2015]

⁶⁷ Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – Avaliação Intercalar do Projecto de Pesca Artesanal de Nampula, http://www.ifad.org/evaluation/public_html/eksyst/doc/prj/region/pf/mozambique/pdf-porto.pdf [14 de Setembro de 2010]

Os resultados apresentados numa avaliação intercalar do PPAN apontavam para um progresso significativo em três componentes, com excepção da componente de serviços financeiros que não logrou os objectivos definidos no projecto, em pleno, embora, se visualizassem avanços na componente, considerando a situação prevalecente antes da implementação do projecto. Os resultados das componentes satisfatórias cifram na redução dos custos para a aquisição de insumos de pescas, com a potenciação dos comerciantes locais para a venda de equipamentos de pescas e para o estabelecimento de novas unidades comerciais do género, resultando na maior utilização desses insumos e equipamentos na área do projecto. A nível de técnicas de pesca, foram melhoradas e testadas artes de emalhe de maior dimensão, palangres e redes tresmalhe para camarão. Quanto ao processamento e conservação do pescado, foram introduzidos os fornos de fumagem e grelhas de salmoura e melhoradas as técnicas de secagem de pescado.⁶⁸ Relativamente aos serviços financeiros, foram estabelecidos grupos de crédito e poupança a nível comunitário nos estratos sociais mais pobres com principal enfoque nas mulheres, população mais vulnerável, e ainda associações ou grupos de poupança ou crédito rotativos (PCR). Foram construídos poços de água e reabilitadas estradas consubstanciando-se como um dos principais resultados do projecto com impacto directo nas comunidades pesqueiras visadas.⁶⁹ No que toca ao reforço institucional, o projecto permitiu, pela primeira vez na história do país, a formação de organizações de base comunitária para implementar acções que visam a exploração sustentável dos recursos pesqueiros acessível à pesca artesanal (comissões de co-gestão pesqueira) e associações de pescadores, para além de várias comissões de gestão dos furos de água construídos no âmbito da implementação do projecto. Os grupos que actuam de forma directa para o desenvolvimento da actividade pesqueira, foram determinantes no diálogo com o governo na formulação do quadro normativo e políticas de apoio às comunidades pesqueiras, como por exemplo, na determinação do alargamento das áreas destinadas à pesca artesanal de 1 para 3 milhas náuticas da costa.⁷⁰

⁶⁸ Idem

⁶⁹ Idem

⁷⁰ Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – Avaliação Intercalar do Projecto de Pesca Artesanal de Nampula, http://www.ifad.org/evaluation/public_html/eksyst/doc/prj/region/pf/mozambique/pdf-porto.pdf [14 de Setembro de 2010]

As experiências decorrentes da implementação do PPAN e da evolução da instituição do Estado que tinha como mandato impulsionar o desenvolvimento da pesca artesanal, permitiram alargar o seu âmbito de actuação, sendo criado em 1998 um instituto nacional com o objectivo principal de melhorar as condições de vida das comunidades pesqueiras do país, o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala.⁷¹ Esta instituição foi depositária das lições aprendidas do PPAN, base para a formulação de um novo projecto de desenvolvimento em 2000, na sequência do primeiro, que coincide com o seu encerramento e o arranque do segundo, abrangendo uma área mais extensa da costa moçambicana, todo o Banco de Sofala, em 2002.⁷² Neste novo projecto que, igualmente, visa a melhoria das condições das comunidades pesqueiras, o conceito de desenvolvimento integrado é claramente aplicado. Neste as componentes do designado Projecto de Pesca Artesanal do Banco de Sofala (PPABAS) desdobraram-se nas seguintes: i) desenvolvimento comunitário; ii) desenvolvimento da pesca; iii) apoio a mercados e vias de acesso; iv) provisão de serviços financeiros e v) fortalecimento institucional.

Destriçadas as acções de cada uma das componentes do projecto, a primeira componente cifrou-se na mobilização e organização comunitária e no estabelecimento de infra-estruturas sociais básicas na área da saúde, águas e educação. É de referir que esta última não foi contemplada no PPAN. Quanto à segunda componente relacionada ao desenvolvimento da pesca, para além dos aspectos relacionados à investigação pesqueira intimamente ligada à gestão sustentável dos recursos e das respectivas pescarias, que incluíam a diversificação destas últimas pelo acesso aos recursos de alto mar e a recolha da fauna de acompanhamento pelos pescadores artesanais das capturas dos armadores industriais da pescaria de camarão e o fomento de empresas associativas de pesca. No que tange à componente relativa aos mercados e às vias de acesso, foi privilegiada a sua dinamização, com a reabilitação das vias para o acesso aos centros de pesca. Relativamente aos serviços financeiros, estes assentaram, em grande medida, na réplica das acções levadas a cabo no PPAN, nomeadamente o incentivo de

⁷¹ DECRETO n° 63/1998. *Boletim da Republica. I Série*. 46 (98-11-24). 184(4) – 184 (5): Cria Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala.

⁷² Instituto Nacional de Pesca de Pequena Escala – Projecto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala (PPABAS): aspectos a reter da implementação e opções para futura intervenção. Maputo, IDPPE, 2009 (Não Publicado). Acessível no Sector de Documentação do Instituto Nacional de Pesca de Pequena Escala.

esquemas de poupança e crédito rotativo na comunidade e o crédito formal para pequenas e médias empresas de pesca e, finalmente a componente de reforço institucional. Os mesmos tiveram, como impacto directo para a actividade pesqueira artesanal o apoio a propostas de iniciativas para o estabelecimento de um quadro legal e de políticas para o desenvolvimento consentâneo da actividade e da actuação das organizações de base comunitária do subsector.⁷³

Entretanto, as acções resultantes da implementação destes dois projectos nomeadamente, PPAN e PPBAS, iniciativas com impactos sobre a actividade pesqueira artesanal em Moçambique que, apesar de consolidar o desenvolvimento integrado deste subsector, criaram novas estruturas de autoridades no subsector gerando um diálogo entre a tradição e a modernidade, abordagens que parecem conflitar no que tange à sustentabilidade do desenvolvimento pretendido, uma vez que não envolveu de forma directa as estruturas do poder tradicional milenarmente estabelecidas nas áreas dos projectos em apreço. É neste contexto que, partindo do estudo de caso no distrito costeiro de Moma, procedeu-se a uma análise para sistematizar as linhas discursivas do diálogo entre a tradição e a modernidade numa comunidade pesqueira de Nampula.

⁷³ Instituto Nacional de Pesca de Pequena Escala – Projecto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala... p.4

CAPÍTULO III

III. A Comunidade Costeira de Moma e a Cultura Pesqueira: Notas de Trabalho de Campo

Este capítulo tem como foco relacionar os dados referentes às dinâmicas entre a tradição⁷⁴ e a modernidade⁷⁵ na área de estudo. Antes, porém, far-se-á uma descrição da localização geográfica de Moma e do seu historial como um assentamento humano considerando os primeiros registos arqueológicos sobre a região da sua inserção. Seguidamente caracterizar-se-á a comunidade considerando os aspectos sociolinguísticos e da sua história recente, captando as relações de poder quer no contexto tradicional, quer no enquadramento da região no estado moderno. Serão também abordados os factores de desenvolvimento do território incidindo nas suas potencialidades e nos papéis sociais do homem, da mulher e das crianças nesta sociedade costeira.

Adicionalmente, far-se-á uma caracterização da actividade pesqueira na região incidindo sobre as formas de apropriação dos recursos pesqueiros e de outros aspectos que garantem o desenvolvimento desta actividade, o papel das autoridades, quer tradicionais como as do estado moderno, e das actividades a ela relacionadas como forma de visualizar a cadeia de produção e de valor neste sector. Por fim, sistematizou-se a organização social e os aspectos relacionados às práticas mágico-religiosas, festas, rituais e celebrações ligados a actividade pesqueira em Moma.

⁷⁴ A tradição para a presente abordagem será entendida como sugeriu (Hobsbawn, 2008:10), sendo relativo a eventos passados que podem ser reais ou até inventados que impõem práticas fixas normalizadas à nível de repetição no entanto nas palavras do autor: *não impedem as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou identico ao precedente*. Inúmeros exemplos podem ser apresentados da operacionalização desse desiderato, é o caso da mudança de materiais no fabrico de redes de pesca inicialmente baseado em fibras de coqueiro e actualmente com fio de *nylon* no entanto a técnica tradicional de confecção vêm sendo transmitida de geração a geração.

⁷⁵ No caso a modernidade é entendida como a “mutação profunda da tradição”, ou seja a introdução de novos elementos a uma prática antiga com mudanças profundas que não permite identificação dos traços precedentes da técnica ou do evento como observou (Giddens, 1991:155) quando se refere a imposição de matrizes da tradição ocidental ao Globo se acrescenta pelo processo de colonização numa primeira fase e, de globalização numa fase mais avançada em concordância com (Meneses, 2009:27). O fenómeno foi constatado na área do estudo nos vários aspectos da vida da comunidade, por exemplo na administração do território com o estabelecimento de representações do Estado moderno a nível local que enfraqueceu a autoridade dos chefes tradicionais numa primeira fase pelo regime colonial e após a independência do país com a criação dos Grupos Dinamizadores como foi referido.

III.1 Localização geográfica e caracterização da comunidade de Moma

A área de estudo foi equacionada conforme a divisão administrativa da província de Nampula vigente entre 2011 a 2015, uma vez que o Posto Administrativo de Larde ascendeu ao estatuto de distrito neste quinquénio. O distrito de Moma localiza-se na parte sul da província de Nampula e ocupa uma área de 5.814 Km², com uma população de 350.000 habitantes. Os seus limites são, a Norte, com o distrito continental de Mogovolas sendo o limite o rio Mucuicuiza e a Sul é totalmente banhado pelo Oceano Índico. O Este é separado do distrito costeiro de Angoche pelo rio Meluli e a Oeste faz fronteira com a província costeira da Zambézia através dos distritos de Pebane e Gilé, tendo o rio Ligonha como limite natural.⁷⁶ Abaixo apresenta-se um mapa que ilustra as descrições limítrofes do distrito de Moma.

Mapa 1 – Distrito de Moma



Fonte: ver nota de rodapé 76)

⁷⁶ PROVÍNCIA DE NAMPULA - *Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento: Quinquénio 2011-2015*. Acessível no Governo do Distrito de Moma, Nampula, Moçambique. p. 10-11.

O distrito de Moma tem actualmente 3 postos administrativos nomeadamente, Macone, Chalaua e Mucáli e 9 localidades distribuídas pelos postos administrativos referidos, sendo Jagoma, Piqueira, Najaca, Naicole, Pilivili, M,pago Nailocone, Mamiwi e Mirrupi. A sede do distrito dista 210 km da capital da província de Nampula e 230 Km, via Nametil e via Murrupula, respectivamente.⁷⁷

A economia do distrito de Moma, pela sua configuração geográfica, de acordo com (Conceição, 2003) é uma estrutura dependente da actividade pesqueira de onde deriva parte significativa das trocas comerciais da região como abordar-se-á no ponto seguinte.

Como observou o autor acima referido, Moma situa-se na área de influência do *Kiswahili*, assente na religião muçulmana que, na esfera sociolinguística é predominante incluindo nas instituições e procedimentos como resultado da existência de sultanatos e sheikados que marcam a matriz sociocultural heterogénea e complexa das instituições sociais e políticas da região. Este legado é fortemente evidenciado pela presença árabe anterior à influência europeia onde, no contacto com os povos africanos *makhuwa* já estabelecidos na costa pela aliança baseada no comércio, os árabes constituíram-se numa sociedade costeira, fruto das trocas culturais do Oceano Índico. Ou seja, [...] *a presença da cultura islâmica explica-se pela história dos contactos, movimentos populacionais e migrações ao longo da costa oriental de África* [...] (Conceição, 2003:503). Estes contactos estruturaram as relações de poder muito anteriores à ocupação colonial. Por outras palavras, a organização sociopolítica em Moma caracterizou-se pela presença de chefaturas tradicionais designadas pelo poder tradicional enquadrado, ao que parece, no Sultanato de Angoche, com uma organização linhageira de base matrilinear, forma de sucessão dominante na região norte de Moçambique. Esta forma de organização social perdurou até ao estabelecimento efectivo de unidades políticas modernas pelo regime colonial português, onde o poder tradicional foi integrado na administração do território com o estatuto de regulado (Conceição, 2003:504-505).

A nível de actividades económicas, para além da pesca artesanal exercida maioritariamente por homens, envolvendo mulheres e crianças em actividades associadas em terra, pratica-se a pesca costeira e apanha, actividade esta que é a base de captação de rendimento desta

⁷⁷ Idem, p. 10-11.

comunidade pesqueira, aliada ao comércio geral e à agricultura, onde a mulher é o principal interveniente na produção.⁷⁸ É importante realçar que, para além das actividades supracitadas, o distrito tem potencialidades para o desenvolvimento do turismo a precariedade das vias de acesso tem constituído um impedimento para o desenvolvimento deste sector com um potencial enorme para o desenvolvimento das comunidades locais.⁷⁹ Abaixo far-se-á uma caracterização da principal actividade económica do distrito.

III.2 Características da actividade pesqueira – tradições, artefactos e práticas

A pesca artesanal é a principal actividade económica de Moma, inserida milenarmente como meio de subsistência das comunidades costeiras da região desde os primeiros assentamentos humanos, conforme testemunham achados arqueológicos em partes significativas da costa norte de Moçambique. Como foi referido, o processo de apropriação dos recursos marinhos através do exercício da actividade pesqueira consequentemente determinante na estruturação das principais relações sociais nesta sociedade como observou (Conceição, 2003:501). Deste modo o sistema produtivo tem no topo da pirâmide os homens, com a missão de enfrentar o alto mar no exercício da actividade e na base, as mulheres e crianças com a responsabilidade de exercer nas águas mais próximas da costa actividades adjacentes, como a comercialização de pescado e, principalmente o processamento, para o caso das mulheres, como abordar-se-á mais adiante. Contudo, como tem sido de praxe na perspectiva de (McCay; Acheson, 1987 *apud* Conceição 2003) o mar e os recursos nele existente é assumido como propriedade colectiva sendo assim uma instituição de cariz social e não somente uma parte da natureza. Assim, a demarcação das áreas de pesca de uma dada comunidade é determinada historicamente, ou seja, a titularidade é por tempo prolongado de exploração dos recursos marinhos, o que garante, conforme (Conceição 2003 *apud* Robelus, 1987) os direitos territoriais tradicionais de dada zona de pesca. Entretanto, para o caso Moçambicano citando o Régulo de Angoche entrevistado por Conceição em 1997, (...) *não existe delimitação nenhuma de zonas de pesca*. O autor refere adiante que:

⁷⁸ PROVÍNCIA DE NAMPULA - *Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento: Quinquénio 2011-2015...* p. 28.

⁷⁹ Então Sr. Administrador do Distrito de Moma, Dr. Araújo Chale Momade em audiência concedida a 25 de Maio de 2015.

Os pescadores de Angoche pescam também nas costas de Moma (...). Os conflitos entre pescadores de Moma e Angoche são arbitrados pelo Régulo. A administração afirma que para se poder pescar em Moma, é apenas necessário ser portador de uma “guia” para o efeito. Apesar disso, foi-nos dito que, caso os pescadores desta zona queiram pescar em Moma, estes devem ter autorização do ‘Chefe’ (Régulo ou mwene) da zona onde vão pescar, devendo pagar uma espécie de ‘tributo’ – chamado de ‘pagamento’ ao Chefe – como condição para se poder pescar nesta zona.

(Conceição, 2003:514)

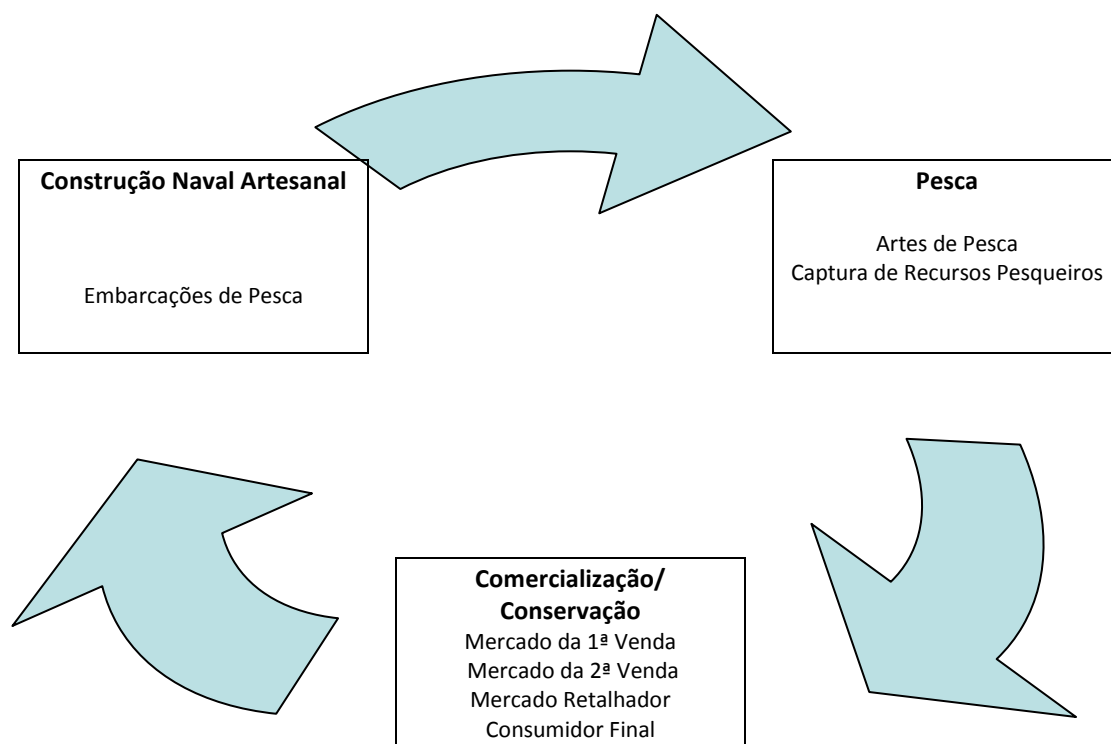
Como se pode perceber, a propriedade ou apropriação dos recursos marinhos pode ser percebida dupla dimensão, uma que pode ser considerada como da alçada do poder tradicional e outra do poder público assente no Estado moderno moçambicano representados, respectivamente, pelo régulo e pelo administrador marítimo. Como se articulam estes dois poderes representando duas dinâmicas distintas com lógicas próprias, a tradição e a modernidade, na regulação do exercício da actividade pesqueira em Moma?

A articulação entre poderes na regulação da actividade parece inexistente na medida em que uma tende a substituir a outra, em outras palavras, com o estabelecimento do Estado moderno moçambicano, com a independência nacional, o poder tradicional foi substituído por uma nova forma de representação vigente no período colonial português como elucidam (Meneses et al; Fumo; Mbilana e Gomes, 2003:351) *durante o governo de transição, a Frelimo estimulou a formação de ‘grupos dinamizadores’ (GD) em todo país. Chefiados por um secretário, passaram a desempenhar uma vasta gama de funções, que parcialmente sobrepunham às até então desenhadas pelas ATs [...] que, entre outros poderes, zelavam pela administração e gestão dos recursos naturais. É neste contexto que parece existir no contexto de estabelecimento do Estado moderno moçambicano e, a posterior com o advento de uma democracia multipartidária, uma dupla autoridade na administração do território e, consequentemente, na gestão dos recursos pesqueiros que a posteriori é legitimado oficialmente pelo Estado com aprovação da Lei das Autoridades Locais em 2000 (Meneses, 2009). Esta disfuncionalidade na administração do Estado tem impactos profundos nas comunidades pesqueiras, na medida em que desvalorizou aspectos relacionados com práticas mágico-religiosas que se desdobravam como mecanismos para uma gestão sustentável dos recursos, conforme analisar-se-á mais adiante.*

Neste ponto interessa visualizar os aspectos práticos da cadeia de valor da produção pesqueira de tipo artesanal se cifram numa actividade de captação de rendimentos de base comercial com contributos para a segurança alimentar decorrente do abastecimento as comunidades de

pescado sem alto valor comercial como fauna acompanhante conforme se observou no terreno. Antes porém, é importante referir que a cadeia de produção pesqueira artesanal em Moma está ancorada à sua respectiva cadeia de valor, ou seja os produtores, quer seja patrão (proprietário de meios de produção e financiador dos custos de produção) ou comerciantes (basicamente financiador dos custos de produção ao pescador ou comprador do produto da pesca directamente ao pescador, no mercado da 1ª venda) participam em quase toda a cadeia de produção, com a excepção da construção de embarcações de pesca. Abaixo sistematiza-se um esquema relativo à cadeia de produção e de valor na pesca artesanal em Moma.

Gráfico 1: Cadeia de Produção e de Valor da Pesca Artesanal Comercial em Moma



Fonte: Sistematizado a partir do trabalho de campo em Moma, Nampula

É interessante notar que as actividades decorrentes da cadeia acima apresentada, consubstanciam-se, igualmente, na organização social dos seus intervenientes, em forma de associações, onde foi identificada a Associação de Carpinteiros Navais de Moma, Associação

do Pescadores Artesanais de Moma e a Associação Processadora de Pescado Graças à Deus de Moma, que exercem também a comercialização de pescado, tanto no mercado da primeira venda, como da segunda conforme se abordará adiante. De seguida, descrever-se-á, na ordem apresentada, cada actividade da cadeia de produção e de valor da “pesca artesanal comercial”, designação sugerida ao subsector na nova Lei de Pescas em 2013.

Fotografia 1: Local da sede provisória da Associação de Carpinteiros Navais de Moma



Fonte: Daniel Inoque, 2015

A carpintaria naval pode ser considerada como a primeira actividade na cadeia, com a construção das embarcações de pesca como observou (Garrido, 2009) que cita Octávio Lixa Felgueiras que a cultura marítima, desde a sua sistematização como conceito, se alicerça no barco como elemento incontornável dos saberes sobre o mar. Neste sentido, seria fundamental perceber na área em estudo, como é que esse saber de técnicas tradicionais de construção de embarcações foi transmitido de geração para geração e que influência foi sofrendo na relação com outros povos que cruzaram a costa de Moma.

Aliás, seria crucial identificar os tipos de embarcações que mais se evidenciam na actividade pesqueira artesanal nesta região. Segundo o Censo da Pesca Artesanal de 2012 existiam em Nampula cerca de 9003 embarcações, sendo a “Canoa tipo Moma” a mais representativa, com cerca de 4735 embarcações, mais do que metade das embarcações produzidas na província, facto igualmente confirmado pelo nosso entrevistado João Copilo⁸⁰. Em 1997 foram contabilizadas cerca de 996 embarcações de pesca em actividade na região (Conceição, 2003:512). Os dados parciais do censo realizado em 2012, mostram que só no distrito de Moma, existem registados 1181 embarcações desse tipo, correspondente a ¼ do total existente na província⁸¹ sendo o tipo de embarcação igualmente mais utilizada na pesca na região e com um incremento anual, em média, de 10 embarcações num intervalo de 18 anos.

Fotografia 2: No primeiro plano uma embarcação tipo Moma



Fonte: Daniel Inoque, 2015

⁸⁰ Entrevista realizada em Moma, Nampula aos 27 de Maio de 2015.

⁸¹ Censo da Pesca Artesanal de 2012.

O uso generalizado desta embarcação está relacionado com a sua capacidade de chegar a pesqueiros de recursos de alto valor comercial, no alto mar. Este tem sido o grande desafio do sector público que administra as pescas em Moçambique.⁸² Os entrevistados apontam para a introdução deste tipo de embarcação no distrito de Moma pelos mestres provenientes de Angoche, onde se destaca o mestre Jamal Jamal, igualmente nosso entrevistado, que disse ter chegado a Moma entre 1955 ou 1960. Alide, um dos seus aprendizes, hoje com 64 anos, confirma que a chegada do mestre Jamal Jamal à região foi por volta desses anos. É de referir que parte considerável dos nossos entrevistados, hoje mestres, foram aprendizes do mestre Jamal Jamal.

Fotografia 3: Mestre Jama Jamal em plena actividade e as suas ferramentas de trabalho



Fonte: Daniel Inoque, 2015

Como se pode constatar, o exercício da actividade de carpintaria naval em Moma é uma actividade relativamente recente, no entanto, começou a ser transmitido de geração para geração conforme aponta Jamal Jamal, avançando que quando chegou a Moma estavam na região cerca de 4 mestres “Angocheanos” que exerciam a actividade. Actualmente o número de aprendizes reduziu drasticamente segundo o mesmo informante já que hoje os jovens têm

⁸² Plano Director das Pescas, 2010-2019.

outras opções de empregabilidade e esta actividade perdeu o prestígio de que gozava, principalmente no período anterior à independência do país, que permitiu a integração mais ampla na sociedade moderna moçambicana de outros estratos sociais até então excluídos pelo sistema colonial, que encontravam como alternativa de emprego esta actividade.

No futuro este cenário poderá comprometer a transmissão da técnica às futuras gerações, como vinha sucedendo no período colonial. De forma concreta, no terreno, não se visualizam medidas para a salvaguarda desta técnica tradicional de construção de embarcações.

Na região encontrou-se, igualmente, embarcações de tronco escavado tipo canoa que não encontram muita aceitação no seio dos carpinteiros navais tradicionais entrevistados, embora se tenha observado algumas dessas embarcações em reparação em suas oficinas.

Fotografia 4: Reparação de uma canoa tipo tronco escavado



Fonte: Daniel Inoque, 2015

De seguida versar-se-á sobre a parte prática da pesca em Moma incidindo sobre as artes e os recursos- alvo da actividade como segunda parte da cadeia de produção pesqueira artesanal.

A pesca artesanal em Moma é exercida com dupla finalidade. Por um lado, para a garantir a segurança alimentar e, por outro, como uma actividade comercial que garante a subsistência de muitos agregados familiares na região. Na região existiam, até 1997, cerca de 1063 pescadores artesanais sendo que 67 dedicavam-se à pesca a linha. Segundo os dados do Censo da Pesca Artesanal 2012 e conforme os dados parciais do Censo da Pesca Artesanal de 2012 existem, em actividade, em Moma cerca de 4947 pescadores. Num intervalo de 15 anos, registou-se um aumento de cerca 3884 pescadores que ingressaram na actividade na região, perfazendo uma média anual de 216 novos ingressos na pesca em Moma, o que pode ser explicado pelo movimento migratório de pescadores. (Conceição, 2003: 514-515; Silva, 2014).

A pesca artesanal é uma actividade de transmissão geracional como foi revelado por parte dos nossos entrevistados, Sr. Hussene Atumane de 75 anos e Antigo Pescador actualmente proprietário de unidade de pesca em Moma refere [...] *aprendi com meu pai ele sempre foi pescador* [...] facto esse igualmente confirmado por Daniel Hussane, Alide Atumane, Zeferino Aiuba Samuel, Assane Mussa Ali, actualmente proprietários de unidades de pesca, isto é, proprietários de meios de produção pesqueira (embarcações e artes de pesca). Para este grupo de entrevistados a transmissão foi de pai para filho ou de tio para sobrinho. Um outro entrevistado, Confiane Selemene, disse [...] *eu não conheço meu pai, faleceu quando era pequeno* [...] *eu aprendi com meu tio* [...] situando-se no segundo caso apresentado. Outros entrevistados avançaram que a base da sua aprendizagem foi na comunidade. No [...] *recrutamento está bem visível a dimensão social da pesca na medida em que prevalecem essencialmente critérios não económicos: certas “companhias” [...] na maior parte das vezes, empresas familiares que se vão mantendo ao longo de gerações* (Medeiros, 2011:75) num estudo sobre actividade pesqueira na região norte de Moçambique, aplicável para a área do presente estudo, conforme observou se no terreno.

Quando se observou as artes de pesca e, questionando os entrevistados sobre o seu fabrico constatou-se que parte considerável das mesmas, utilizadas no período anterior à presença europeia na região, foi desactivada como referiu Hussene, e outras foram incorporadas devido à sua similaridade com as artes introduzidas de materiais duráveis principalmente resultante do

contacto com os povos europeus, nomeadamente o arrasto manual, o emalhe e a linha de mão com fio de *nylon*, por sinal as mais usadas em Moma dada a sua eficácia, como destacaram os nossos entrevistados. Estas artes de pesca são basicamente utilizadas em alto mar, nas ilhas e nas águas mais próximas da costa para o caso do arrasto para a praia.

Os recursos-alvo da pesca são essencialmente peixe de várias espécies e camarão. Todavia, sendo estes os principais recursos pesqueiros destinados essencialmente à comercialização, a partilha da produção é resultante de acordos prévios de produção como demonstrou (Conceição, 2006:119), a partilha da produção por unidade de pesca é segundo o princípio de quotas modalidade dominante na remuneração da tripulação envolvida na pesca. O salário fixo parece não aplicável nesta relação laboral. Assim, conforme o mesmo autor a divisão é feita em três partes sendo [...] *uma para os pescadores que participaram na pesca, outra para o proprietário do barco e a terceira para o dono das redes* [...]. Mais adiante o autor descreve a divisão da produção onde temos único proprietário dos meios de produção conforme descreveu Confaine Selemane (antigo pescador hoje proprietário de uma unidade de pesca): [...] *aquilo que nossos conseguimos dentro daquele serviço repartimos no meio, metade para os trabalhadores metade para me* [...]. Feita a divisão da produção ocorre a sua comercialização nos mercados de primeira venda a nível do distrito em estudo, sendo igualmente processados e vendidos em outros pontos da província com destaque para a capital da província de Nampula. Como é feito o processamento desses produtos até ao seu transporte para os mercados mais distantes a partir dos centros de pesca do distrito de Moma? A presente questão remete para a última actividade da cadeia de produção pesqueira artesanal que se abordará a seguir.

O processamento e a conservação do pescado oriundo principalmente da pesca de tipo artesanal em Moçambique constitui nó de estrangulamento para o desenvolvimento cabal deste subsector, resultando numa considerável perda pós-captura, como foram registados há quase duas décadas na política pesqueira do país. É neste quadro que teve início uma série de acções para inverter a situação com a formação de vários membros das comunidades pesqueiras em técnicas de processamento e conservação de pescado (IDPPE, s/d:11). Em Moma, como relata Latiza Domingos, nossa entrevistada e Presidente da Associação Processadora de Pescado

Graças à Deus, constituída somente por mulheres, [...] o *objectivo principal sobre a nossa criação da associação foi compra..., compra de pescado, processamento e venda* [...]. É de referir que esta associação foi criada em 2007. O processo de feminização da actividade do processamento e venda de pescado foi igualmente notado na região norte de Moçambique, como afirmou Medeiros incluindo quase todas as técnicas do processo identificadas em Moma ao afirmar que [...] *Quase toda a produção pesqueira, retirando uma fracção consumida ou vendida em fresco, é objecto de diferentes tipos de processamento, destacando-se a secagem e a salga mais secagem, tarefas em larga escala femininas* [...] (Medeiros, 2011:76). Entretanto, a associação referida, processa o pescado com gelo para o mercado da capital da província, onde os seus clientes têm preferência pelo peixe fresco como ilustra a imagem abaixo, que apresenta o material usado como molde para a produção do gelo empregue no processamento e conservação de pescado destinado a esse mercado.

Fotografias 5 e 6: A Presidente Latiza e os moldes de produção de gelo



Fonte: Daniel Inoque, 2015

É importante destacar que esta técnica de conservação e processamento foi introduzida nas intervenções do sector público das pescas pela instituição que tem como mandato coordenar as acções que, entre outros aspectos, reduza os efeitos da perda pós-capturas (IDPPE, s/d:11).

No que se refere às práticas mágico-religiosas, festas e celebrações na cadeia de produção e de valor na pesca artesanal, incluindo os aspectos de gestão das pescarias na região, será objecto do próximo subcapítulo que encerra o capítulo sobre a comunidade pesqueira de Moma.

III.3 Aspectos da cultura ligados à sua actividade principal – práticas religiosas e mágicas, festas e celebrações

Na abordagem de Lopes (1994) os aspectos mágico-religiosos, festas e celebrações relativas à actividade pesqueira artesanal manifestam-se em quase todas as comunidades pesqueiras espalhadas pelo mundo, conforme observou (Ancheson, 1981). Em Moçambique, esta constatação aparece pela primeira vez em (Lopes, 1994) num estudo realizado na província de Inhambane, distrito de Inhassoro. Para a área do presente estudo (Conceição, 2003) aponta para duas dimensões relativamente a estas práticas, sendo a primeira relativa ao poder tradicional religioso e a segunda ao poder tradicional temporal. Quanto ao envolvimento do poder tradicional religioso na actividade pesqueira, o autor supracitado refere que *na pesca intervêm também as autoridades religiosas muçulmanas (os “walimu”), encarregues de conduzir as cerimónias de início da faina, em casos de maus resultados na pesca, e no início das campanhas de pesca* (Conceição, 2003:516). No que diz respeito ao poder tradicional temporal representado pelos *mwenes* ou reis, o mesmo autor faz referência da sua actuação na recepção dos pescadores emigrantes conforme os rituais da zona. Entretanto, não fica claro se o valor monetário pago ao *mwene* destina-se a custear as despesas da realização das cerimónias a para garantir gozar do direito de pesca. O que fica evidente e como prova um dos entrevistados do autor em suas palavras, *“uma vez eu foi lá [em Moma] pescar sem pagar mas maltraram-nos. Expulsaram as pessoas. Impedem-nos [de pescar]. As vezes paga-se ao Rei (sic) da zona* (Conceição, 2003:514-515). Como se pode perceber, estas autoridades seculares têm como função a administração das pescarias com a cobrança de taxas de acesso ao pesqueiro.

De seguida concentrar-se-á nas autoridades tradicionais religiosas que, para além das cerimónias mágico-religiosas referidas acima, actuam na celebração de rezas para os pescadores, no sentido de se prevenirem contra ventos fortes e acidentes, evitando deste modo os naufrágios (Conceição, 2003:516). Como referiram muitos dos entrevistados, estes religiosos abençoavam os aprendizes, tanto da profissão de pescadores, bem como carpinteiros navais aquando da sua passagem da condição de aprendizes para mestres. A cerimónia, neste caso, é similar aos eventos anteriormente abordados, consistindo em:

[...] numa oferenda, constituída por uma refeição mais esmerada para os participantes, em cuja confecção entra lanho, arroz, galinhas e carne de vaca; esta é acompanhada ou seguida de orações, e um pano branco que é depois colocado no mar. Passa-se pelo embondeiro sagrado do bairro e segue-se em direcção à praia onde se procede à cerimónia de evocação dos antepassados.

(Conceição, 2003:516)

É interessante notar que estas práticas são igualmente descritas pelos nossos entrevistados mais velhos, Jamal Jamal, Daniel Assane, Hussene Atumane, Alide Atumane e Assane Mussa, que acrescentaram que actualmente estas cerimónias estão quase em vias de extinção, uma vez que não têm sido praticada e as gerações mais novas não as valorizam nem foram submetidas a tais cerimónias, como afirmaram os pescadores mais novos, Timóteo Muquirrisima, Dauda Samuel e Suale Amido.

Em relação às festas, estas eram organizadas por iniciativa individual e familiar segundo os nossos entrevistados Daniel Assane e Hussene Atumane sendo que as organizadas ao nível comunitário foram introduzidas pelo IDPPE, em 2000, no dia 21 de Novembro, na sequência do movimento mundial de celebração do “Dia Mundial da Pesca” que, em Moçambique, foi designado como Dia dos Pescadores Artesanais.

É neste quadro que foi feito o enquadramento histórico e antropológico relativo à actividade pesqueira, premissas básicas para, seguidamente, abordar-se o capítulo principal do presente estudo, relativo ao instrumento adoptado para a preservação do património resultante da cultura pesqueira no país.

CAPÍTULO IV

IV. O Museu das Pescas como instrumento de preservação do Património da Cultura Pesqueira

Em Moçambique foi adoptado um museu como instrumento de preservação do património relativo a actividade pesqueira nos aspectos que, conforme os mecanismos definidos, podem ascender à categoria de um legado passível de transmissão de geração para geração. É neste contexto, que neste capítulo final do estudo, entre outras questões, será analisado o processo de classificação dos bens culturais da actividade pesqueira, assente na sistematização das linhas mestras a nível de ideias que determinaram o formato do museu estabelecido. Além disso, olhando para o processo de recolha e inventário dos objectos, projecta-se como contribuição, as linhas gerais para a elaboração das normas para documentação/inventário da colecção, constituindo-se como premissas para o desenvolvimento de uma exposição de longa duração. Supondo que o processo de construção da exposição considerou um diálogo permanente e representativo entre as partes interessadas na preservação e consequente usufruto do legado cultural da actividade pesqueira pretende-se aferir o grau de envolvimento dos vários segmentos de intervenientes no processo, desde carpinteiros navais, pescadores, processadores e funcionários do sector público das pescas, tanto na capital do país onde foi instalado o museu, como os baseados na área de realização do trabalho de campo do estudo de caso apresentado.

Com o intuito de enquadrar a presente abordagem, segue a apresentação do contexto que poderá ter determinado o surgimento da ideia do estabelecimento do museu, uma iniciativa com mais de um século de gestação, tendo sido concretizada após 110 anos, considerando a data da fonte mais antiga a que se teve acesso, relativamente ao estabelecimento de um museu para preservação do legado significativo da actividade pesqueira em Moçambique.

IV.1 Da ideia ao estabelecimento de um Museu para o Sector das Pescas de Moçambique de 1902 aos nossos dias

A referência mais antiga que se refere à potencialidade para o estabelecimento de um museu de temática pesqueira em Moçambique remota do início do século XX, concretamente no ano de 1902, ano historicamente, marcado pelos primeiros passos do regime colonial português

para o estabelecimento de uma estrutura para a administração pública das pescas com vista a impulsionar o desenvolvimento desta actividade no então território de Moçambique (Lacerda, 1911). Efectivamente, nas discussões da Comissão Provincial das Pescarias de Moçambique, ficou patente a intenção de preservar as técnicas e outros aspectos da actividade pesqueira, como sugere o documento da sua criação, concretamente, o Decreto de 25 de Julho de 1904 que aprova o regulamento para a execução do Decreto de 28 de Novembro de 1902 relativo à referida comissão. No entanto, a ideia do estabelecimento de um museu para a preservação do legado significativo da actividade pesqueira foi inicialmente preterida, dando lugar ao estabelecimento do Museu Álvaro Castro, actual Museu de História Natural de Maputo, com base em parte da colecção existente para a materialização da instalação do museu sobre a actividade pesqueira, na sua componente de biologia marinha, onde se apresentava a biodiversidade marinha do território, que incluía os recursos pesqueiros (Sopa, 2012). Como o autor citado anteriormente referiu, a concepção do museu em questão destaca o recurso pesqueiro considerando a pesca artesanal. Como foi referido, no início passado século XX, ainda não se podia falar de uma pesca industrial propriamente dita em Moçambique.

A ideia de um museu para a preservação do legado mais representativo da cultura pesqueira foi retomada no período pós-independência de Moçambique, em 1983, num contexto de crise em quase todas as esferas da sociedade moçambicana. Nessa altura, esboçava-se uma iniciativa para a “modernização” da pesca artesanal no país, com o intuito de introduzir novas técnicas de pesca, com destaque para a pesca por atracção luminosa, sendo de imediato considerada uma inovação. Contudo, os resultados do trabalho de campo mostraram que:

[...] haviam (no mínimo) 500 anos que os pescadores moçambicanos praticavam pesca por atracção luminosa, para cujo efeito construíram e utilizavam aparelhos [...]

[...] fomos invadidos por um turbilhão de questões... Sendo, no mínimo, secular, a actividade pesqueira... não tendo os pescadores acesso às matérias-primas e materiais importados...como acediam eles aos meios para o exercício da pesca?... até onde se alargaria a competência tecnológica dos pescadores?...dos construtores navais, ferreiros, redeiros, processadores, comerciantes?...

(Gonçalves, 2008:4-5)

É neste contexto que se insere o remontar da ideia do estabelecimento do Museu das Pescas, pós-independência de Moçambique. Entretanto, naquele período, a iniciativa não avançou, devido à situação de fome, secas, guerra e o sector pesqueiro foi a alternativa encontrada para a segurança alimentar e para a geração de divisas, considerando que a guerra não teve um

impacto directo sobre as regiões costeiras e sobre as águas marítimas nacionais, o que garantiu, também, a produção industrial do sector. Para que o objectivo fosse retomado no futuro, iniciou-se a recolha de bens culturais que iriam integrar a colecção do museu (Gonçalves, 2008). Este aspecto será retomado mais adiante, num ponto específico sobre o processo de recolha e inventário de parte dos objectos que compõem a colecção do Museu das Pescas.

No final da década de 90 do século passado, com o fim da guerra que assolou o país por 16 anos, numa fase específica da história do sector pesqueiro moçambicano, onde as fontes de captação de divisas e para a segurança alimentar no país foram diversificadas, o sector retoma a ideia do estabelecimento de um museu sobre a sua actividade. Importa salientar que num primeiro momento, o museu foi conceptualizado para preservar o aparato tecnológico da actividade construído em moldes tradicionais. No entanto, em 2006, com a constituição da unidade de coordenação do projecto do Museu das Pescas, são criadas as bases para uma concepção museológica integradora, incluindo todo o legado cultural significativo relativo à cadeia de produção e de valor da actividade pesqueira artesanal, a pesca semi-industrial e industrial, entre outros aspectos relacionados às actividades conexas no sector (Fundo de Fomento Pesqueiro-Projecto Museu das Pescas: “Programa Museológico”, 2007).

É neste contexto que emergem as questões relacionadas com o papel do museu no desenvolvimento do sector das pescas. Este facto, segundo Gonçalves, surge na sequência de um debate em torno da importância do museu para o sector. Todavia, das lições aprendidas no processo de estabelecimento do mesmo, ficou evidente que este abordará os aspectos mais transversais ligando a gestão integrada dos recursos aquáticos, com destaque para os recursos-alvo da pesca como forma de permitir o acesso à informação numa linguagem mais acessível a todos intervenientes da actividade, aos vários níveis, garantindo deste modo uma gestão responsável dos recursos (FFP-Projecto Museu das Pescas: “Programa Museológico”, 2007:16) para que sejam transmitidos como legado às novas gerações (Gonçalves; Inoque, 2012:108). Considerando a função primordial de um museu como repositório de saberes ancestrais, num contexto de globalização onde decorrem transformações e mudanças nos hábitos e costumes das sociedades, acompanhada de uma uniformização tecnológica como resultado do desenvolvimento das técnicas de pesca e do processamento do pescado, urge a

necessidade de preservar as técnicas tradicionais e os modos de vida das comunidades pesqueiras (FFP-Projecto Museu das Pescas: “Programa Museológico”, 2007:16; Gonçalves; Inoque, 2012:108).

Deste modo, a concepção museológica assentou numa tentativa de demonstrar na linha do tempo, a evolução da actividade pesqueira de Moçambique, considerando como base cronológica inicial a pesca artesanal até ao arranque da sua dimensão industrial (FFP-Projecto Museu das Pescas: “Programa Museológico”, 2007) numa perspectiva de visualizar o futuro, assente na sustentabilidade dos recursos pesqueiro e, conseqüentemente, das pescarias,

[...] porque o que se pretende, é um museu do futuro, que promova a preservação do património da cultura pesqueira do presente e do futuro, alicerçado numa investigação multidisciplinar e que promova um desenvolvimento sustentável e integrado. Isto é, a concretização de um conceito de museu que se afirme, também, como um olhar sobre os caminhos futuros para além da vocação natural de repositório de memórias.

(Gonçalves; Inoque 2012:109)

Assim, nesta perspectiva, foi definido o quadro institucional inicial do museu, os recursos materiais disponibilizados, estando em curso o processo de legalização para o acesso aos recursos financeiros e a definição do seu quadro de pessoal.⁸³ Quanto à gestão do museu, foi adoptado como instrumento de base o documento já citado, designado “Programa Museológico”. Por esta razão, de seguida far-se-á um enquadramento da perspectiva conceptual do museu no respectivo quadro legal e a análise do “Programa Museológico” considerando as boas práticas definidas no Código Deontológico para os Museus, aprovada pelo ICOM e incorporada na Política de Museus de Moçambique.

O quadro institucional do Museu das Pescas foi definido pelo Decreto n°27/2013 datado de 20 de Junho de 2013, que cria o instrumento para a preservação do legado cultural mais significativo sobre a actividade pesqueira no país. Todavia, um ano após a sua criação, é aprovado o Decreto n°45/2014 que redefine a sua estrutura orgânica acrescentando o conselho técnico, omisso no decreto da criação do museu e, reformulando a designação de um dos

⁸³ MAROJO, Cassimo, Coordenador do Departamento de Colecções e Investigação do Museu das Pescas [Entrevista realizada 05 de Outubro 2015. [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

sectores de apoio, o de administração de recursos, passando a designar-se de administração e recursos humanos. O cerne desta redefinição, foi para dotar a instituição de um conselho técnico que seria igualmente científico, como colectivo central de orientação do seu mandato, sendo esta uma [...] *instituição pública de âmbito nacional, de carácter cultural e científico* [...] conforme o documento legal da sua criação. A existência de um conselho técnico-científico numa instituição de investigação é uma obrigação intrínseca para o cabal desempenho de instituições desta natureza de mandato e não só, daí que a inclusão deste órgão colegial era um imperativo institucional e legal, como se constatou.

Quanto ao quadro conceptual do museu, foi definido no “Programa Museológico” do Projecto Museu das Pescas, que sugere uma perspectiva histórica relativa à actividade pesqueira como linha condutora do estabelecimento do museu. Entretanto, não fica evidente quais são as balizas cronológicas de tal conceptualização. Mais tarde, em 2008, na sua intervenção no *Seminário de Auscultação e Divulgação sobre o Papel e o Mandato do Museu das Pescas*, Cassimo Marajo (então Coordenador Executivo do projecto) sugere como objectivo principal do museu *eternizar a cultura pesqueira*. É neste contexto que, provavelmente, o conceito de cultura pesqueira é associado à iniciativa do estabelecimento do Museu das Pescas. Deste modo, nos anos subsequentes, iniciou-se uma laboração em torno do quadro conceptual do museu, considerando esta perspectiva (Gonçalves; Inoque, 2012) alinhado à construção do património que o associa, num processo inclusivo e participativo. Sendo a cultura pesqueira consubstanciada como o modo de vida das comunidades costeiras para a exploração dos recursos aquáticos, considerando a especificidade dos ecossistemas aquáticos, a construção do aparato tecnológico para a exploração desses recursos, configura-se como específico a essa realidade. É neste contexto que a cultura material e imaterial resulta desses factores e, por conseguinte é específica a cada uma dessas comunidades que diferem conforme os seus ecossistemas de inserção. Os principais ecossistemas de águas marítimas e interiores do país determinam as especificidades do legado cultural e do património de cada comunidade pesqueira. Portanto, parte considerável da base de construção do património da cultura pesqueira, até ao momento, parece confinar-se à pesca de tipo artesanal, assente na sua dimensão tecnológica.

Entretanto, considerando o papel socioeconómico da pescaria de camarão para o país, como foi descrito anteriormente no capítulo sobre a história das pescas de Moçambique, o camarão está na vanguarda do estabelecimento da pesca de cariz industrial no território, tendo igualmente se destacado como principal produto de exportação por quase duas décadas de construção de um Moçambique pós-colonial. O camarão é também o emblema turístico de Moçambique, sendo um dos produtos mais apreciados e servindo como marca do país além fronteiras. Contudo, a sua importância “identitária” como produto nacional por excelência, pelo valor único a ele atribuído, considerando que a pescaria é fechada devido ao limite de *stocks* por explorar, estariam criadas as condições para a elevação deste recurso, a património natural como recurso pesqueiro e pelo seu papel na economia do país e não só. Assim, poder-se-á cancelar a dimensão industrial do património da cultura pesqueira, considerando, não somente o recurso, mas também a “pescaria do camarão” do país pela sua dimensão identitária nacional e internacional do produto - camarão fundamentada pelo papel da pescaria associada nos primeiros anos de consolidação da “nação moçambicana”. Ou seja a definição de um selo de origem do camarão de Moçambique e um regime especial na conservação do recurso e a pescaria associada permitia a sua protecção deste legado no quadro jurídico relativo ao património cultural e natural do país.

No que diz respeito ao quadro legal de protecção do património da cultura pesqueira, este encontra alicerce na Lei 10/88 no que toca aos bens móveis do Património Cultural Moçambicano no seu Artigo 7, alínea c) que refere: *Todos os bens culturais móveis importados e fabricados em data anteriores a 1900*; são considerados bens do património cultural. Entretanto, considerando que os bens culturais de quase toda a colecção do museu em estudo, foram fabricados no período posterior a 1900, é crucial conjugar com o Artigo acima mencionado com o Artigo 3 do mesmo dispositivo legal, que atesta a necessidade de preservação das técnicas tradicionais de fabrico de bens culturais, no seu ponto 2, conforme se pode ler no espírito e na letra do legislador: *Bens culturais imateriais são os constituem elementos essenciais da memória colectiva de um povo, tais como história [...] e ainda obras do engenho humano [...]*.

As técnicas tradicionais enraizadas nas comunidades pesqueiras do país são, de facto, obras do engenho humano pela forma como se apropriaram de aspectos de vários encontros culturais como dinâmicas milenares tendo o Oceano Índico como ponto de contacto entre povos. Em consequência desse legado e de outros em vários pontos do globo terrestre. Esta última dimensão do património cultural teve a sua protecção reforçada, no início deste milénio, com a aprovação pela UNESCO da Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial que Moçambique ratificou em 2005. Um dos domínios da presente convenção são as [...] *aptidões ligadas ao artesanato tradicional* que o museu em questão preserva como parte das suas colecções relativas à pesca artesanal em Moçambique.

É desta forma que o presente museu está alinhado com a Política dos Museus do país sendo uma resposta à orientação para o estabelecimento de novas unidades museológicas de especialidade e de modelos de gestão diferenciados. Por outro lado, a política adopta as boas práticas definidas pelo ICOM, no que respeita ao código deontológico, na sua dimensão técnica e administrativa. De seguida analisar-se-á como estas dimensões de condutas são apropriadas no Museu das Pescas.

Conforme o previsto no Código Deontológico do ICOM para museus, como foi observado na Política de Museus de Moçambique, umas das premissas básicas da institucionalização de unidade museológica é a adopção de um regulamento interno de funcionamento. Entretanto, no ordenamento jurídico moçambicano sobre a matéria, a aprovação deste instrumento que, ao detalhe, anuncia o funcionamento das instituições deverá, no país, ser submetido junto da tutela e/ou subordinação da instituição à deliberação os estatutos organização a deliberação junto da Comissão Interministerial da Administração Pública o que sucedeu conforme com a aprovação da Resolução n°24/2015.⁸⁴ Após o cumprimento deste desiderato legal, a tutela, por via do Diploma Ministerial n°42/2016 aprovou o que rege o funcionamento do Museu das Pescas⁸⁵ estando assim criadas as condições para a definição do quadro legal da instituição, fase em que a instituição se encontrava aquando da finalização do presente estudo.

⁸⁴ RESOLUÇÃO n°24/2015: Aprova o Estatuto Orgânico do Museu das Pescas. *Boletim da República. I Série.* 89 (06-11-2015).

⁸⁵ DIPLOMA MINISTERIAL n°42/2016: Aprova o Regulamento Interno do Museu das Pescas. *Boletim República. I Série.* 77 (29 -06-2016).

O Museu foi instalado num edifício construído de raiz que, por sinal, é tido como a primeira construção de raiz para o estabelecimento de uma unidade similar no país no pós-colonial. O edifício comporta sala e espaços de exposições onde, no primeiro andar foi acoplada uma biblioteca, no piso inferior tem uma “reserva”, um pequeno anfiteatro e gabinetes técnicos e administrativos e um espaço de exposição de objectos de grande porte.

O Museu garante, actualmente, o acesso às suas colecções somente através dos objectos em exposição, prevendo para o futuro o acesso ao acervo em reserva e funciona com horários regulares. A construção previu o acesso diferenciado aos portadores de cuidados especiais de mobilidade. O edifício do museu foi desenhado igualmente prevendo os mais altos padrões de saúde e segurança. Contudo, a existência de planos escritos para criar condições efectivas para a protecção do público, dos profissionais afectos ao museu, dos acervos, em caso de desastres naturais ou causados pelo Homem, constitui, ainda, um desafio para a unidade museológica. Apesar disso, a segurança da colecção foi confiada a uma empresa privada em cuja cobertura de riscos supõe-se que não tomou em consideração um sistema de indemnização, uma vez que o museu ainda não adoptou um sistema de avaliação do valor da sua colecção. No subcapítulo que segue abordar-se-á os aspectos relativos à gestão das colecções, sendo esta a componente técnica da análise.

IV.2 A recolha e os inventários

A aquisição de objectos para integrar o acervo do museu iniciou, ainda que de forma descontinuada, nos anos 80 do século passado logo que foi retomada a ideia do estabelecimento de uma unidade museológica para o sector pesqueiro. Entretanto, num segundo momento, a partir deste milénio, o processo ocorreu de forma mais sistematizada (Gonçalves; Inoque, 2012). No entanto, nesses dois momentos, e até à data, não foi possível constatar evidências da existência de uma política de recolha, nem de gestão de colecções. As aquisições foram feitas por oferta, troca de bens da cultura pesqueira construída na base de técnicas tradicionais por engenhos mais convencionais e, nos últimos anos, por via da compra, através de campanhas de recolha, aliadas à pesquisa sobre os bens adquiridos, conforme o descrito no Relatório de Aquisição de Bens Culturais Sobre a Actividade Pesqueira para Integrar o Acervo do Museu das Pescas na província de Nampula (Fundo de Fomento

Pesqueiro - Projecto Museu das Pescas, 2013). O relatório referido não mostra como ocorreu o processo de transferência do título de propriedade do antigo proprietário para o museu, evidenciando questões relacionadas com rigor na diligência obrigatória relativa à procedência do objecto como parte do processo de aquisição previsto no Código Deontológico dos Museus do ICOM.

A recolha, como foi referido, numa primeira fase, ocorre por intermédio das representações locais do sector pesqueiro que, junto às comunidades pesqueiras espalhadas em todo o país tendo resultado na colecção do museu, actualmente composta por objectos e/ou réplicas que simbolizam, de acordo com Bourdieu a pesca artesanal. O exercício envolveu inicialmente técnicos vinculados aos antigos Combinados Pesqueiros⁸⁶. Com a extinção deste órgão de representação local do sector das pescas, as representações provinciais do instituto que tem por missão a promoção do desenvolvimento da pesca artesanal⁸⁷ e outra que promove e concede financiamentos a este subsector, prosseguiram com a recolha e a aquisição de objectos para o museu, tomando em conta os critérios acima avançados. No processo de recolha e aquisição de objectos para o futuro Museus das Pescas destacaram-se em Maputo, Sr. Ernesto Poiosse Hele, em Inhambane, Sr. Cabrita, Sr. Matias e Sr. Jerónimo Lopes, em Sofala, Sr. João Saize, em Tete, Sr. Momade Usta, em Nampula Sr. Cassimo Marajo, Sr. Isidro Intave e Sr. Paulo e em Niassa o Sr. Jorge Awalo. E com resultado desta primeira campanha foram recolhidas cerca 350 peças tendo sido premiado o Sr. Cassimo Marajo que mais se destacou neste exercício vindo a ser o 1º Coordenador Executivo do então Projecto Museu das Pescas.⁸⁸

Nesse período, observou Abraão Pirabau⁸⁹ que foi desenhada uma base de dados num programa informático, onde foi registada informação que se achou relevante para a

⁸⁶ Combinados Pesqueiros foram instituições de apoio a Unidade de Direcção de Pesca de Pequena Escala criados a partir de 1979 a 1989 asseguraram e recuperaram a operacionalização das infra-estruturas abandonadas pelos colonos e aprovisionaram os pescadores em factores de produção. Estavam estabelecidos em quase todos a províncias do país, principalmente as de maior produção pesqueira. NAMALUÉ, José Maria, *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros, 1979-1989*, Maputo, Fundo de Fomento Pesqueiro, 2000, p. 11

⁸⁷ Segundo a Lei de Pescas de Moçambique, abrange a pesca artesanal e semi-industrial.

⁸⁸ GONÇALVES, Manuel, Assessor do Museu das Pescas [Entrevista realizada 08 de Agosto 2016. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

⁸⁹ PIRABAU, Abraão, Antigo Administrador do Fundo de Fomento Pesqueiro, Ludgero Fernandes Nibau [Entrevista realizada 12 Janeiro 2011]. [Maputo, 2011]. Entrevista concedida a Daniel Inoque, Debora Merali e João Coimbra.

documentação da colecção, entretanto a mesma não teve continuidade e os dados nunca foram localizados.

Em relação à protecção de acervos, a sua conservação constitui um desafio para o museu, considerando que o seu edifício não acautelou o controlo de luz para reduzir os efeitos directos, principalmente dos raios solares, sobre os objectos em exposição, quer em sala, quer nos espaços exteriores dedicados aos bens culturais de grandes dimensões com destaque para embarcações. Estes últimos objectos, expostos fora das salas de exposição, pelo seu estado de conservação, apontam para inexistência de medidas de conservação preventiva. Adicionalmente, o pessoal responsável pelos acervos parece não possuir capacidades técnicas compatíveis e adequadas para supervisionar o estado de conservação dos objectos, quer em reserva quer em exposição no Museu.⁹⁰

No que diz respeito à documentação do acervo, está assente no inventário que, segundo o Estado Moçambicano através da Lei n.º 10/88 de Dezembro, define como ferramenta indispensável para o registo, a identificação e a base de recolha dos bens culturais do património cultural e natural do país. É neste quadro jurídico-legal que se enquadra o inventário no Museu das Pescas em cumprimento das orientações plasmadas pelo ICOM. No entanto, há que referir que, no passado fora realizado um primeiro inventário, cujos resultados foram debitados em 2009 e 2010 num projecto de inventário, tendo-se tornado numa documentação de suporte que tinha como ferramenta de base o sistema informático MATRIZ 3.0 – Inventário, Gestão e Divulgação do Património (FFP-Projecto Museu das Pescas, 2012). Neste sentido, partindo do conceito clássico de História como ciência que estuda o passado para entender o presente e projectar o futuro, considerando o valor histórico arrolado nos primeiros capítulo do estudo, nesta fase do trabalho privilegiou-se a projecção das normas de inventário do património da cultura pesqueira que será suportada, em parte, por dados recolhidos no trabalho de campo, resumindo-se como centro da concepção integradora do museu. Este exercício, ao nível do trabalho de campo, apresenta lacunas, uma vez que o acesso

⁹⁰ Observações ao Projecto de Arquitectura do Museu das Pescas de Moçambique pela Direcção do Instituto Português dos Museus e da Conservação em Março de 2010 e MAROJO, Cassimo, Coordenador do Departamento de Colecções e Investigação do Museu das Pescas [*Entrevista realizada 18 Novembro 2015*. [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

aos “informantes-colectores” foi limitado. Assim, o mesmo baseou-se na recolha de informação de forma participativa, envolvendo as comunidades pesqueiras de Moma e os intervenientes do sector público das pescas, da qual resultou a sistematização dos critérios de selecção dos bens da cultura material e imaterial que compõem a colecção do museu. (Ver anexo 3)

Segundo Mário Machaúle técnico entrevistado do Museu das Pescas que acompanhou o trabalho de inventário desenvolvido pelo consultor Gianfranco, a colecção do museu é de 623 objectos sendo 498 em reserva e 125 em exposição organizados no âmbito do inventário referido em seis categorias, redes, boias, barcos, cestos, gaiolas e gamboas e finalmente as armas de pesca submarina. Adiante o nosso entrevistado referiu que o trabalho de inventário numa primeira fase consistiu no registo fotográfico dos objectos seguido da sua etiquetação e finalmente a arrumação nas categorias acima mencionadas.⁹¹

Com efeito, considerando essa nova perspectiva de inventariação parte da informação sistematizada anteriormente, foi debitada no inventário em curso de acordo com Gianfranco consultor contratado para o efeito (não conseguimos entrevistar o consultor até a data da conclusão do estudo nos aspectos relacionados com o inventário em curso no Museu das Pescas).⁹² Este exercício está intimamente relacionado com as bases em que foi desenvolvido o “projecto expositivo” de abertura do museu, actividade em que o referido consultor esteve envolvido e que será abordado no subcapítulo que segue.

IV.3 A construção da exposição – o museu em diálogo com o público e as partes interessadas

O Código Deontológico do ICOM para os Museus recomenda que, para a construção de exposições, quer sejam temporárias ou permanentes, em museus ou em unidades similares, o projecto deve estar alinhado com a missão, a política e os objectivos desse instrumento de preservação e/ou de interpretação do património. O Museu das Pescas desenvolveu o seu

⁹¹ MACHAÚLE, Mário, Desenhador Naval, Técnico do Museu das Pescas [Entrevista realizada 18 Agosto 2016. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

⁹² GONDOLFO, Gianfranco, Arquitecto, Consultor contratado do Museu das Pescas [Entrevista realizada 14 Maio 2015. [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

projecto de “exposição inaugural” cumprindo esse desiderato. Conforme a designação do museu, a sua temática é pescas em Moçambique. Segundo Cassimo Marajo, o projecto expositivo baseou-se em lógicas relativas à organização da actividade pesqueira no país.⁹³ Apesar de não haver evidências da existência de projecto expositivo formal e oficial no museu, o que pode estar intimamente relacionada à ausência de um catálogo da exposição, o entrevistado refere que não se cunhou nenhum título para a exposição. Contudo, a perspectiva é contar a história das pescas em Moçambique a partir dos objectos expostos, que testemunham o exercício da actividade pesqueira desde a artesanal até a industrial, incluindo as actividades conexas. Sendo o objectivo do museu, conforme os seus estatutos de criação, [...] *contribuir para a salvaguarda do património cultural pesqueiro [...] tendo em vista eternizar a cultura pesqueira [...]*, a exposição reflecte esse objectivo fundamental definido como matriz orientadora da actuação da instituição.

O processo de construção da exposição foi complexo e envolveu vários segmentos da comunidade e partes interessadas, com afinidades com o património objecto de comunicação. O exercício iniciou, como foi referido, com a recolha de bens culturais que respondem à missão do museu de forma participativa com o envolvimento das comunidades pesqueiras do país, especificamente de Maputo e Nampula, como avançou Marajo.⁹⁴ Considerando que, actualmente, o envolvimento da comunidade detentora do bem cultural constitui premissa básica para garantir a salvaguarda do património, sendo que parte considerável do legado cultural relativo às pescas é de matriz tradicional e incide nas técnicas artesanais, logo, assenta na cultura imaterial. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003 refere no seu Artigo 15 o seguinte:

No âmbito das suas actividades de salvaguarda do património cultural imaterial, cada Estado Parte desenvolve esforços no sentido de assegurar a mais ampla participação possível das comunidades, grupos e, se for caso disso, indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse património, e de os envolver activamente na sua gestão.

⁹³ MAROJO, Cassimo, Coordenador do Departamento de Colecções e Investigação do Museu das Pescas [Entrevista realizada 18 Novembro 2015. [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

⁹⁴ MAROJO, Cassimo, Coordenador do Departamento de Colecções e Investigação do Museu das Pescas [Entrevista realizada 18 Novembro 2015. [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

Na verdade, o envolvimento da comunidade inicia, pelo que se observou, nas primeiras etapas do processo de patrimonialização dos bens culturais deste tipo e natureza, uma vez que as comunidades visadas são detentoras do saber relativo ao bem cultural em causa. Assim, para a construção do discurso expositivo e interpretativo da exposição, o envolvimento da comunidade é crucial. Para o efeito, foram produzidos documentários que atestam o processo de construção de alguns objectos em exposição como forma, por um lado, de preservação da técnica de construção do artefacto e, por outro, com o objectivo de comunicar aos visitantes o processo de construção de tais objectos.

É de reafirmar que o Museu das Pescas apresenta actualmente dois pólos expositivos, sendo o primeiro no primeiro andar do edifício, para a exposição de objectos de pequenas dimensões e o segundo no rés-do-chão, onde se encontram expostos os objectos de grandes dimensões, basicamente embarcações.

Fotografias 7: Vista panorâmica da exposição do 1º andar do edifício do Museu das Pescas



Fonte: Daniel Inoque, 2016

Pelo exposto acima, ficou evidente que o discurso expositivo centra a sua abordagem na actividade pesqueira desenvolvida nas águas marítimas e na pesca artesanal com nexos de

aspectos relativos a pescas nas águas interiores. Foi notada a ausência quase total do papel da mulher e da criança, cuja função na comunidade pesqueira é de importância vital para a transmissão do legado cultural relativo à actividade pesqueira em Moçambique, como se aferiu no trabalho de campo em Moma cujos detalhes são apresentados no capítulo III do trabalho. De seguida far-se-á uma descrição sobre a organização da exposição considerando os dois polos expositivos anunciados, captando a narrativa decorrente do discurso expositivo.

IV.4 A organização da exposição e a sua narrativa ou discurso expositivo

Nesta fase do trabalho se apresentam-se os detalhes da exposição tendo como ponto de partida a sala do primeiro andar, incidindo na sua organização e apresentando as narrativas e/ou discursos expositivos sistematizados das visitas guiadas que se acompanhou durante duas semanas e de outras solicitadas a um dos consultores que participou no desenvolvimento do “projecto gráfico da exposição” e ao pessoal afecto no Sector de Educação e Exposição do Museu das Pescas.

A exposição é constituída por 125 objectos e é suportada em 18 painéis com informação e imagens, 2 vitrinas e 2 estratos (bases onde foram expostos os objectos). Como foi anunciado, o tema central da exposição é *As Pescas em Moçambique*, com um enfoque histórico, como afirmou Cassimo Marajo⁹⁵ secundado por Valda Marcos⁹⁶. Além disso, a última entrevistada acrescenta que a exposição, no final, foi cunhada considerando como tema de fundo a Pesca Artesanal, demonstrando por via de objectos uma representação da sua “cadeia de valor”. Daí que, antes, são apresentados como forma de contextualização, os recursos pesqueiros e, de seguida, um mapa contendo informação geológica dos fundos do Canal de Moçambique sob autoridade deste país. Seguem-se os aspectos propriamente ditos da “cadeia de valor” da pesca referida nomeadamente, as artes de pescas; embarcações; actividades conexas e um quarto subtema transversal relativo à cultura geral (importância dos recursos pesqueiros), curiosidades e questões relativas ao uso sustentável dos recursos marinhos. De seguida

⁹⁵ MAROJO, Cassimo, Coordenador do Departamento de Colecções e Investigação do Museu das Pescas [Entrevista realizada 18 Novembro 2015. [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque

⁹⁶ Marcos, Valda, Chefe do Departamento de Educação e Exposição do Museu das Pescas [Entrevista realizada 2 Julho 2016. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque

descreve-se como são expostos os subtemas arrolados acima considerando a ordem da visita guiada, que obedece à “cadeia de valor” da pesca artesanal em Moçambique.

No que se refere ao ponto de partida da visita guiada, não existe consenso entre os “guias” do Museu das Pescas. Entretanto, foi possível aferir três perspectivas, sendo a primeira a que inicia o percurso da exposição com a explicação de um primeiro grande painel mesmo à entrada da sala de exposição, a qual mostra uma fotografia de pescadores artesanais em alto mar (Fotografia 8); uma segunda perspectiva, que inicia o percurso com um conjunto de artes de pesca de tipo gaiolas de nome local no norte de Moçambique, *Malema*, e uma terceira e última que inicia o percurso com a explicação de uma embarcação designada localmente *casquinha* (Fotografia 9).

Fotografia 8: Pescadores artesanais em alto mar



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

É interessante notar que, das três perspectivas, é quase consensual a sequência seguinte do percurso da visita, todavia, a narrativa e/ou discurso expositivo é totalmente diferente na sua

interpretação, o que denota a ausência de um guião da exposição ou uma estrutura narrativa sistematizada no Museu de Pescas, como sugere (Cury, 2005). Porém, no que tange aos três subtemas da “cadeia de valor” da pesca artesanal verificou-se uma sincronia entre os “guias” no seguimento da exposição da narrativa.

Contudo, a disposição das informações, imagens nos painéis, os objectos nas vitrinas e nos estratos, estão totalmente desencontrados na sala de exposição. Esta observação contrasta com a noção clássica de exposição segundo a qual (...) *nessa perspectiva funciona como um sistema de comunicação particular (...) “fundado sobre objectos autênticos” e acompanhado de outros artefactos que permitem ao visitante identificar a sua significação.* (Desvallées; Mairesse, 2013:44). Este facto é decorrente da complexidade das dinâmicas da actividade pesqueira artesanal cujo legado cultural é vivo e o recorte dessa realidade para a sua patrimonialização e construção de uma narrativa com uma significância, consideraria um aspecto da “cadeia de valor” exposto, como por exemplo, o acto de pescar, conforme foi demonstrado na cadeia de produção e de valor da pesca artesanal comercial deste estudo (ver figura 1).

Numa descrição mais detalhada da exposição inaugural do Museu das Pescas no seu primeiro subtema como primeira parte da “cadeia de valor” ocorre um misto entre artes de pescas e embarcações. E, na sequência da organização numérica dos objectos em exposição nesta sala do 1º andar, o objecto número um é, de facto, a *Casquinha* ou canoa (fotografia 9), seguido da *Malema* como número dois (fotografia 10) e objectos de carpintaria naval e ferraria na vitrina número um (fotografia 11)

Fotografia 9: Casquinha (Canoa)



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Como se pode aferir, nesta área da exposição emergem vários aspectos relativos à actividade pesqueira que remetem para um questionamento relativo aos elementos constituintes da cadeia de valor anunciada, sendo as actividades de carpintaria naval e ferraria acrescida à pesca submarina expostas na vitrina 1.

Fotografia 10: Vitrina 1



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 11: Malema (Armadilha de pesca)



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

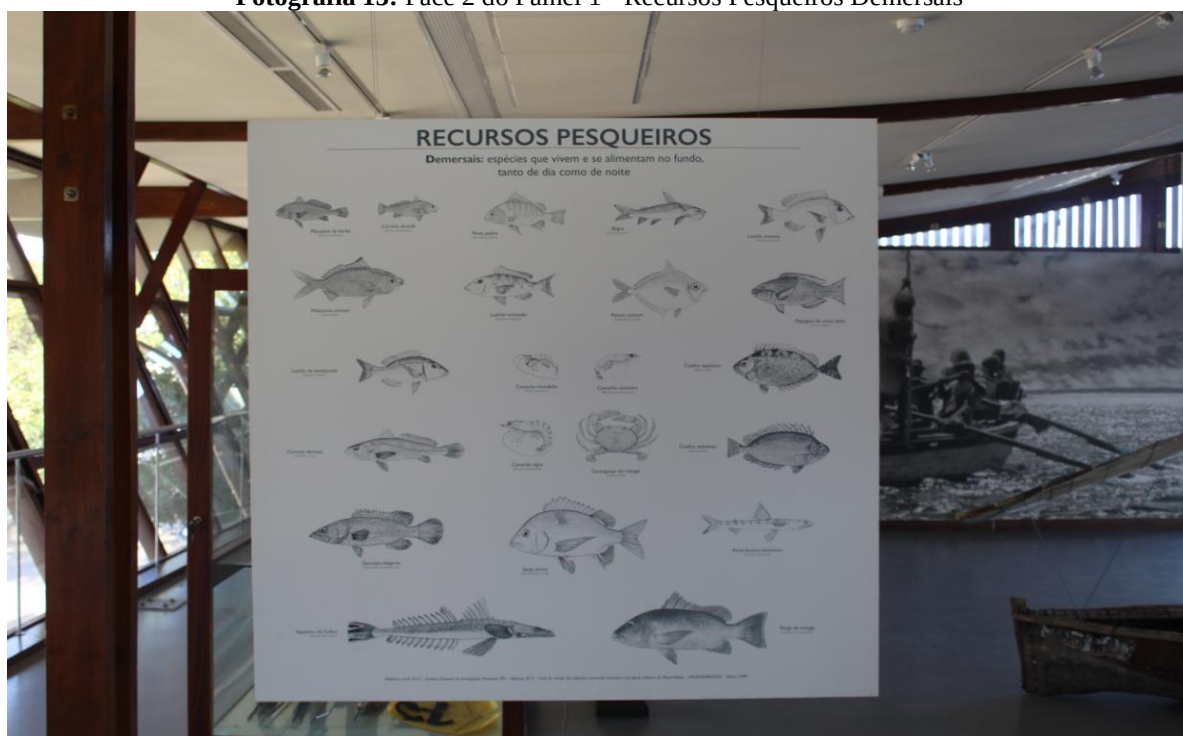
O primeiro painel do alinhamento do percurso da exposição (face 1) faz as notas introdutórias com uma fotografia da Ilha de Moçambique que ilustra alguns edifícios históricos em fase avançada de degradação que, de acordo com Cassimo e Marcos mostra a necessidade urgente da salvaguarda do património cultural em Moçambique. Na (face 2) do mesmo painel são apresentados os recursos pesqueiros de Moçambique, entre peixes, camarões e outros recursos considerados demersais (espécies que vivem e se alimentam no fundo tanto de dia como à noite). Num segundo painel, (face 3) faz-se a continuidade dos recursos pesqueiros, neste caso os pelágicos (espécies que formam cardumes e têm uma migração vertical diária). Este percurso de contextualização encerra com a (face 4) onde, como foi referido, apresenta-se um mapa do Canal de Moçambique que mostra a geologia do fundo dos mares do país que, segundo as explicações, condicionam, no geral, o tipo de artes de pescas a empregar nas áreas tipificadas nas águas marítimas moçambicanas.

Fotografia 12: Face 1 do Paine 1-Notas introdutórias da exposição



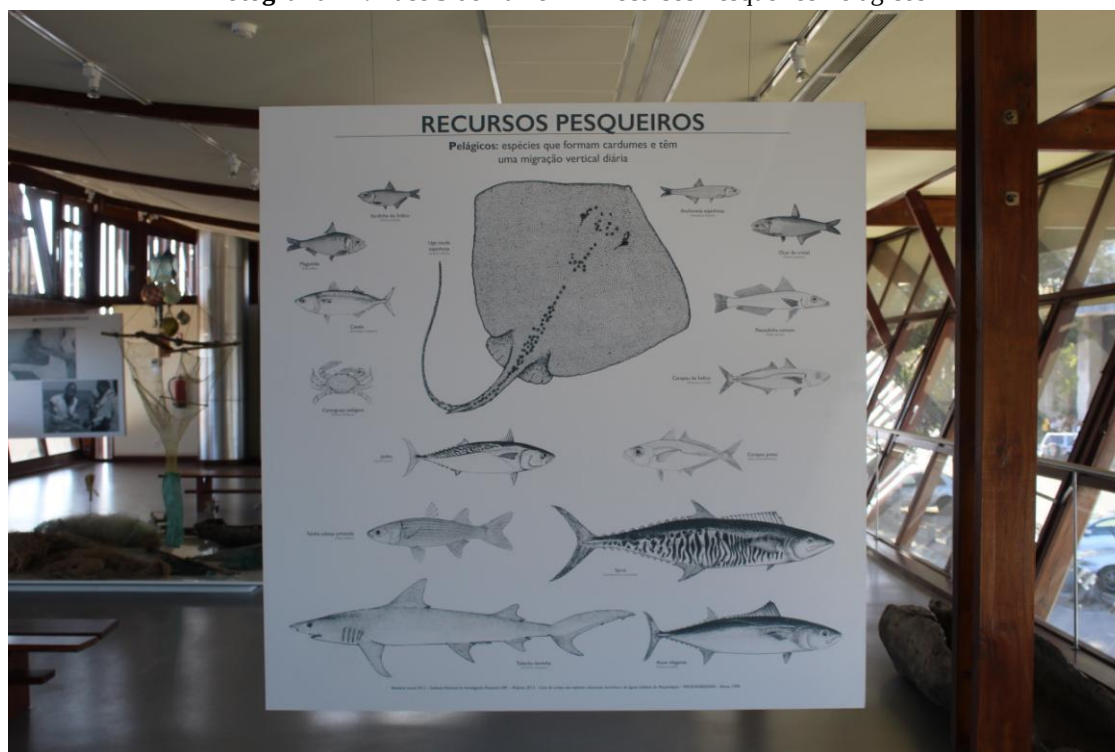
Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 13: Face 2 do Painel 1 - Recursos Pesqueiros Demersais



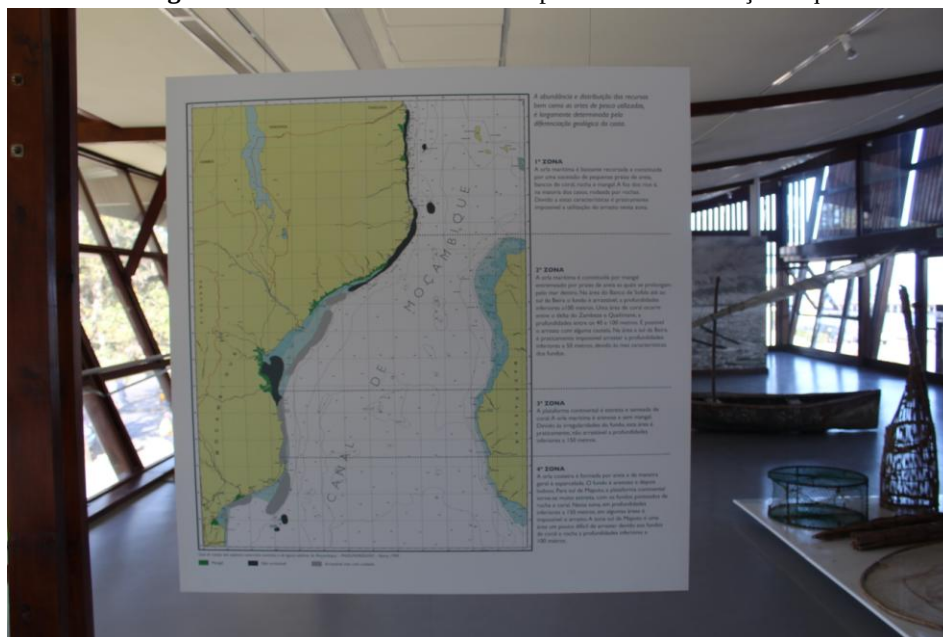
Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 14: Face 3 do Painel 2 - Recursos Pesqueiros Pelágicos



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 15: Face 4 do Painel 2 - Mapa do Canal de Moçambique



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

De seguida são apresentadas as artes de pescas no primeiro estrato composto basicamente por diversas tipologias de gaiolas e gamboas usadas na pesca em águas marítimas, bem como em interiores de tipo artesanal.

Fotografia 16: Estrato 1 - Artes de Pesca - Armadilhas



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

No ponto seguinte do percurso é introduzida uma embarcação de tronco escavado e o terceiro painel onde, na (face 5), descreve parte das artes de pescas expostas no primeiro estrato e na (face 6) são apresentadas duas fotografias com algumas artes de pesca expostas.

Fotografia 17: Face 5 do Paine 3 – Artes de Pesca Artesanal de Moçambique



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

É importante referir que a distância entre o painel relativo às artes de pescas e o estrato onde objectos relativo a este subtema foram expostos não permite associá-los no percurso expositivo.

Fotografia 18: Face 6 do Paine 3 – Artes de Pesca e uma embarcação Artesanal de Moçambique



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Já no quarto painel (face 7) são ilustradas imagens relativas à Pesca de Kapenta na Albufeira de Cahora Bassa e do uso da Tarrafa.

Fotografia 19: Face 7 do Painel 4 - Pesca de Kapenta e Uso de Tarrafa



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Como se pode observar até aqui, os vários objectos expostos apresentam uma narrativa que associa a realidade de inserção destes objectos de forma descontextualizada, produzindo assim um significado que dificulta a apreensão da representação simbólica desta actividade económico pelo visitante, considerando as questões colocadas nas visitas guiadas que se acompanhou. Este aspecto é igualmente visível quando, seguindo para o quinto painel (face 8), visualiza-se imagens sobre a apanha de mariscos praticada por mulheres na costa, tendo-nos sido informado que foi a forma encontrada para representar este género na exposição. Além disso, no mesmo painel, uma vez mais, as imagens apresentam a pesca submarina e um grupo

de pescadores artesanais de linha. Neste mesmo painel, na sua (face 9), são apresentadas embarcações usadas na pesca artesanal em várias regiões de Moçambique.

Fotografia 20: Face 8 do Painel 4 – Mulheres na apanha de mariscos e pescadores artesanais



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 21: Face 9 do Paine 5 Embarcações usadas na pesca artesanal em várias regiões de Moçambique



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

É de assinalar que entre os painéis 4 e 5 encontramos uma segunda vitrina com uma série de objectos, entre artes de pesca, instrumentos para a produção de redes, cestos que representam as actividades conexas e dois crânios, um de Dugongo e outro de Tartaruga, sendo estes últimos elementos apelativos para a conservação destas espécies que estão em vias de extinção no país numa situação em que Moçambique é uma das poucas regiões no mundo onde se podem observar tais animais.

Fotografia 22: Vitrina 2



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Quase em frente à Vitrina 2 encontra-se o segundo estrato onde estão expostos, basicamente, redes de pesca desde as mais artesanais feitas de material orgânico até às mais convencionais actualmente em uso na actividade pesqueira. É de referir que nesta área expositiva foi suspensa e evidenciada uma arte de pesca (rede) designada por *Chicocota* em uso desde o período colonial em Moçambique, considerada pela administração do sector pesqueiro como uma arte nociva. Entretanto, estudos científicos mais aprofundados que atestam esta afirmação ainda

estão por realizar, considerando que o uso desta arte de pesca no país pode ser secular, uma vez que a descrição da mesma é contemporânea à fixação europeia em Moçambique.

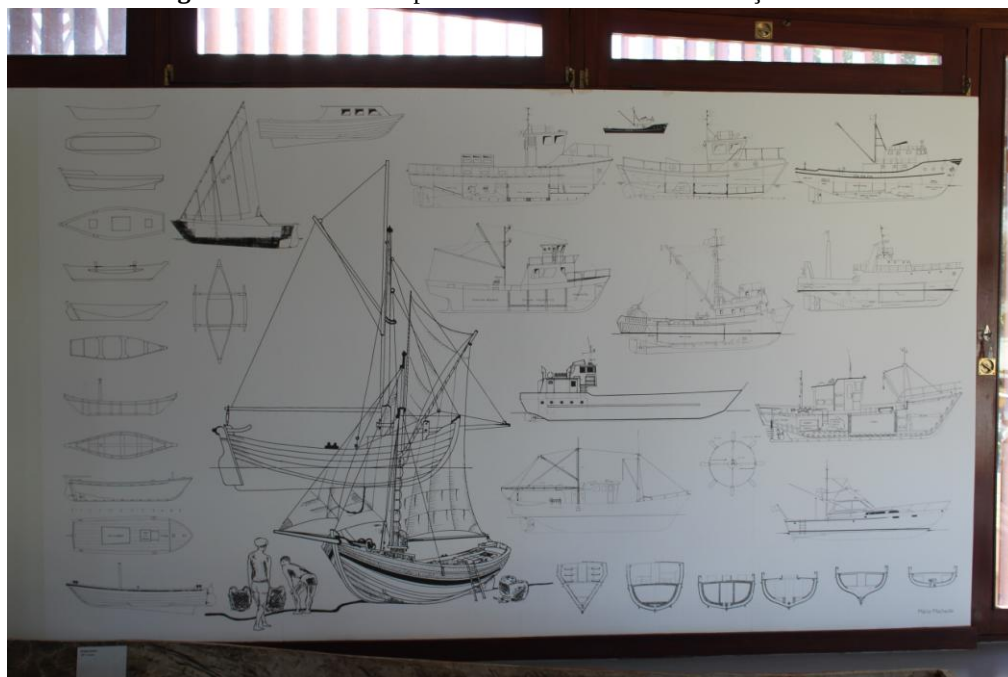
Fotografia 23: Estrato 2- Artes de Pesca – Redes, sinalizadores, salmora para salga de pescado



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

No fundo da sala de exposição temos um grande painel com desenhos que incluem cortes e alçados que ilustram as embarcações usadas na pesca artesanal, bem como na pesca industrial em Moçambique, sendo um complemento ilustrativo aos objectos relativos a esta subtemática apresentada e, defronte deste painel está exposta uma embarcação de tronco escavado melhorada.

Fotografia 24: Painei indepedente - Desenhos de embarcações de Pesca



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 25: Embarcação troco escavado melhorada



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Na recta final do percurso da exposição foi dedicado ao subtema *Actividades Conexas*. Para além das bóias de sinalização de redes de pesca que foram suspensas no tecto da sala de exposição, seguida do painel 6 que descreve na (face 11), as várias profissões associadas à pesca, onde se destacam os ferreiros, construtores navais e processadores sendo que os dois primeiros apresentados na vitrina 1 que reforça a importância na actividade pesqueira, a (face 12) deste painel ilustra o processo de fabrico de armadilhas e reparação de redes.

Fotografia 26: Bóias de sinalização de redes de pesca



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 27: Face 11 do Painel 6 - As profissões associadas a pesca

Fotografia 28: Face 12 do Painel 6 - Reparação de artes de pesca



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

O painel sete apresenta uma das actividades fundamentais da “cadeia de valor” da pesca artesanal, o processamento, onde se destaca a técnica de fumagem e de secagem de peixe ao

sol bastante praticada nas regiões centro e norte de Moçambique (face 13) e uma outra sobre a sua venda num mercado no país (face 14). O painel final de conteúdos apela para o uso sustentável dos recursos pesqueiros e aspectos de cultura geral, onde se destaca o valor proteico do peixe, conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas (faces 15 e 16) respectivamente.

Fotografia 29: Face 13 do Pannel 7 - Processamento de peixe

Fotografia 30: Face 14 do Pannel 7 - Transporte e Comercialização de peixe



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 31: Face 15 do Pannel 8 - Apelo uso sustentável dos Recursos Pesqueiros

Fotografia 32: Face 16 do Pannel 8 - Cultura geral sobre o valor proteico do peixe



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Na saída da sala de exposição, no tecto do anfiteatro do museu, está exposta uma embarcação tipo jangada que, localmente, na zona sul de Moçambique (Maputo) é designada *Xitataro*. Este objecto encerra o percurso expositivo da sala do 1º andar do Museu das Pescas e, por via da rampa, para facilitação do acesso ao piso referido a pessoas com problemas de mobilidade,

ascende-se ao piso térreo ou rés-do-chão, onde estão expostos os objectos de grandes dimensões.

Fotografia 33: Jangada de nome local *Xitataro*



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

No piso referido acima estão expostas 4 embarcações tipo lancha oriundas de 4 regiões do país, sendo uma da Baía de Maputo e, duas da província de Nampula, nomeadamente dos distritos de Angoche e da Ilha de Moçambique, e um tractor da pesca de arrasto mecânico para terra de Inhambane (Inhassoro) como se pode observar nas imagens que abaixo se apresentam.

Fotografia 34: Embarcação tipo Lancha da Ilha de Moçambique

Fotografia 35: Embarcação tipo Moma de Angoche



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Fotografia 36: Embarcação tipo Lancha da Baía de Maputo
Fotografia 37: Tractor da pesca de arrasto mecânico para terra de Inhambane (Inhassoro)



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

Ainda neste espaço expositivo, pode ser visitado um aquário de peixes (tilápias) que se têm mostrado viáveis para a massificação do seu cultivo no país, simbolizado deste modo a aquacultura na actividade sob alçada do sector pesqueiro em Moçambique.⁹⁷

Fotografia 38: Aquário de Peixe (tilápia)



Fonte: Daniel Inoque e Daniel Lopes, 2016

⁹⁷ MARCOS, Valda, Chefe do Departamento de Educação e Exposição do Museu das Pescas [Entrevista realizada 2 Julho 2016. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque

Seguidamente, os visitantes são encaminhados para o anfiteatro, onde são projectados 4 documentários relativos à construção de três embarcações artesanais e um sobre o cancionero da pesca. A visita termina na loja do museu, onde estão expostos para venda alguns brindes com conteúdos relativo à exposição e à actividade pesqueira em Moçambique, em forma de álbum, capulanas, canetas, camisetas, chapéus e chávenas, estes últimos basicamente com logótipo do Museu das Pescas.

Como foi avançado por um dos intervenientes no projecto expositivo e reforçado por outro, uma das principais condicionantes do desenvolvimento da exposição, para além de orçamentos reduzidos, foi a arquitectura do edifício do museu, na medida em que a construção na área costeira condicionou a estrutura do edifício tornando-o inflexível para a montagem de uma exposição mais elaborada, uma vez que o exercício enfrentou vários constrangimentos, incluindo prazos igualmente bastante reduzidos.⁹⁸ Monteiro avançou que a exposição é apresentada somente em língua portuguesa, o que também condiciona o seu usufruto por parte de grande parte de turistas internacionais que visitam o museu. Ainda segundo este interveniente, a exposição é sobre as pescas em Moçambique numa perspectiva geral.⁹⁹

A presente descrição, ainda sucinta, da exposição inaugural do Museu das Pescas, permitiu sistematizar alguns aspectos relativos à organização e ao discurso expositivo que carecem de um aprofundamento na sua abordagem. Em primeiro lugar, seria importante captar a representatividade dos objectos expostos, considerando que se pretende contar a história das pescas em Moçambique com enfoque para a “cadeia de valor” da pesca artesanal.

⁹⁸ MONTEIRO, Rogério, Arquitecto, Designer, Consultor contratado do Museu das Pescas. *Entrevista realizada 21 Julho 2016*. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque; FORJAZ, José, Arquitecto do Projectista do edifício do Museu das Pescas. *Entrevista realizada 16 Agosto 2016*. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

⁹⁹ MONTEIRO, Rogério, Arquitecto, Designer, Consultor contratado do Museu das Pescas. *Entrevista realizada 21 Julho 2016*. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

Quadro 1: N° de Objectos expostos distribuídos pela “cadeia de valor” da Pesca Artesanal em Moçambique

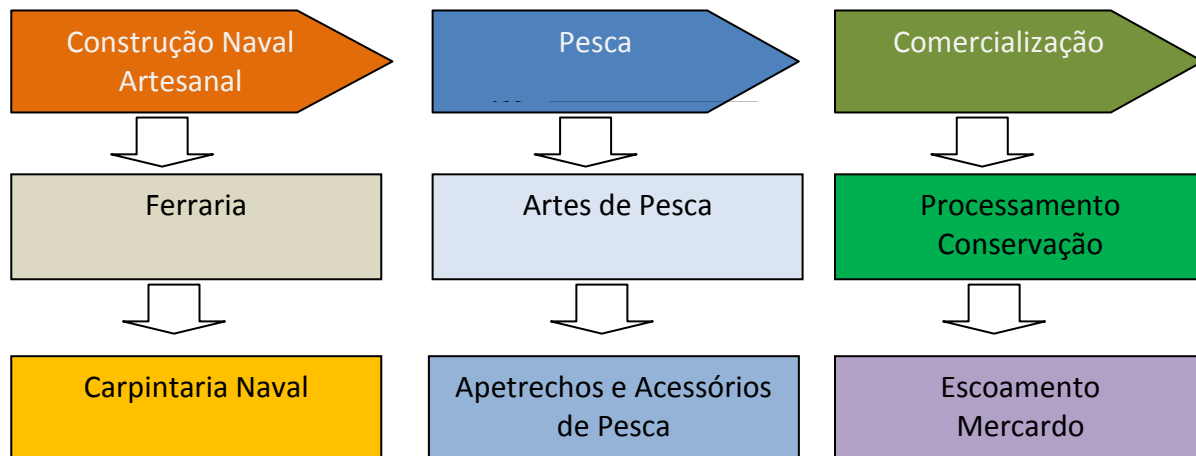
Cadeia de Produção e de Valor da Pesca Artesanal	N° de Objectos	Descrição geral dos Objectos¹⁰⁰
“Embarcações”	24	Barcos/embarcações: inclui nesta categoria miniaturas, acessórios
Artes de Pescas	83	Considerou Artefactos para pesca: seriam redes de pescas, apetrechos e acessórios, armadilhas, linhas de pesca, arpões, substância tóxicas usadas na pesca
Actividades Conexas	14	Equipamento de carpinteiro e do ferreiro como actividades integrantes no processo de construção de embarcações, utensílios para a conservação de peixe e o respectivo transporte
Elementos Transversais	04	Acessórios para apetrechos de pescas, ossadas de animais marinhos (tartaruga e dugongo) e fóssil de camarão
TOTAL	125	

Fonte: Sistematizado a partir dos dados da pesquisa

Como se pode observar, parte significativa dos objectos expostos refere-se à categoria *artes de pescas* (cerca de 66%) ou seja, mais de metade do material da exposição, o que denotada uma diversidade desta tipologia de artefactos no país. Entretanto seria interessante perceber, no contexto do desenvolvimento da actividade pesqueira artesanal, a significância desta reapresentação. Deste modo, conforme o estudo de campo desenvolvido em Moma foi sistematizada uma proposta de cadeia de produção e de valor da pesca artesanal comercial conforme a lei de pescas em vigor no país que apontam para três pilares fundamentais da actividade de suporte da referida proposta da cadeia, nomeadamente: a construção naval, a pesca (acto de pescar) e a comercialização. Esta sistematização encontra-se em sintonia com a proposta de inventário elaborada em 2012 no Projecto do Museu das Pescas, na medida em que permite desdobrar a cadeia de produção e de valor da pesca artesanal comercial a um segundo nível como se apresenta abaixo.

¹⁰⁰ Informação sistematizada com base na descrição da colecção elaborada por Gianfranco Gondolfo.

Gráfico 2: Esquema sobre a cadeia de produção de valor da pesca artesanal comercial



Fonte: Sistematizado através dos dados da pesquisa

Todavia, a exposição, a nível de peso, reflecte o grau de recolha de objectos passando de lado pela construção de uma narrativa sobre os aspectos mais significativos da actividade pesqueira artesanal em Moçambique. As actividades conexas, como foi apresentado, parecem assentar em elementos que compõem a parte de um todo de pilares da cadeia de produção e de valor sistematizado que a exposição, nos termos apresentados, fica à margem da representação da narrativa sobre a realidade. Entretanto, se considerar a representação de uma narrativa em consonância com a realidade, conforme os dados recolhidos no terreno apresentado no esquema acima descrito (figura 2) o conceito expográfico desenvolvido está aquém de duma representação das pescas que são um “património vivo”, o que denota movimento em detrimento de uma exposição museificada que foi adoptado neste projecto expositivo. Por outro lado, pela complexidade da actividade pesqueira, o ideal seria representar um pilar da cadeia de produção, o que tornaria mais perceptível a narrativa.

As pescas em Moçambique, quando avaliada a sua representatividade na exposição, considerando que se resumem em artesanal, semi-industrial e industrial, entretanto, mais de 90% dos objectos expostos são relativos à pesca artesanal. Um outro aspecto observado relativamente às pescarias, de forma específica, é que o principal recurso pesqueiro de exportação, o camarão, sendo a espécie mais importante o *Penaeus indicus*, com o nome comercial de camarão branco, não foi representado no painel dos recursos pesqueiros nas suas

duas faces (2 e 3) acima ilustradas. Contudo, considerando que o referido recurso está intensamente/sobrexplorado ou colapsado, segundo o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, entidade que gere os recursos cientificamente, nos seus informes anuais sobre o estado de exploração dos recursos pesqueiros de Moçambique com destaque para os anos 2012-2013.¹⁰¹ Deste modo fica fraccionada a construção de uma narrativa histórica onde um dos principais intervenientes está omissos na narração. A finalizar, é importante referir que a linha do tempo, considerando que o discurso expositivo, na óptica dos seus promotores, é a História das pescas em Moçambique, é quase inalcançável captar essa dimensão histórica no percurso da exposição de uma forma consistente que permitiria fazer uma descrição da evolução, ainda que representativa, desse legado.

¹⁰¹ INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PESQUEIRA – *Estado de Exploração dos Recursos Pesqueiros de Moçambique 2012-2013*. Maputo: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, 2014.

CONCLUSÕES

A cultura pesqueira é entendida como todo um sistema em que as comunidades pesqueiras exploram os ecossistemas aquáticos que assente num conjunto de saberes e o desenvolvimento tecnológico que se consubstanciou na forma de organização da actividade pesqueira, os modos de vida, a organização social, relações de poder que definem mecanismos de partilha da produção e de riscos, visualizada pela prática de rituais e celebrações mágico-religiosas na sua relação com o meio aquático. É neste quadro que se analisou esta apreensão que visou, em última instância, seleccionar nesse universo cultural ligado à actividade pesqueira em Moçambique, elementos culturais que, pela sua natureza, ascenderam à dimensão de património cultural. Portanto, pela especificidade cultural ancorada à actividade pesqueira, o seu processo de patrimonialização remeteu à formulação de uma dimensão igualmente específica de património cultural, sendo cunhado como património da cultura pesqueira ou, ainda, “património cultural pesqueiro”.

O património da cultura pesqueira perspectivou-se como a configuração de elementos culturais relativos à actividade pesqueira cuja sua constituição resulta de um processo participativo e inclusivo que toma em consideração o ponto de vista das comunidades pesqueiras. Deste modo, o processo de patrimonialização considera as dimensões da cultura material e imaterial dessas comunidades, visando a sua elevação ao estatuto de património cultural. Contudo, a lei-mãe sobre a protecção do património cultural moçambicano define que os bens culturais importados e/ou fabricados antes de 1900 ascendem automaticamente à dimensão de património cultural, sendo o caso de alguns bens culturais relativos à actividade pesqueira particularmente, as técnicas tradicionais desde as relacionadas à construção naval às empregues no processamento de pescado secularmente desenvolvidas pelas comunidades pesqueiras moçambicanas. Por isso, a definição do património da cultura pesqueira é um processo que resulta das dinâmicas das sociedades costeiras onde as comunidades pesqueiras estão inseridas. Todavia, estas escolhas para a elevação de elementos culturais da actividade pesqueira, deverão ser devidamente contextualizada na sua dimensão histórica, considerando que a actividade pesqueira é um processo evolutivo e na sua dimensão antropológica, uma vez que parte considerável da actividade pesqueira está enraizada no processo da sua patrimonialização na cultura.

Efectivamente, a pesca em Moçambique é uma actividade milenar, enraizada na cultura das comunidades costeiras do país. É neste sentido que se demonstrou a importância do processo histórico do sector nos vários momentos do desenvolvimento do território. No período pré-colonial, a actividade pesqueira, juntamente com a caça, foi uma das primeiras fontes de proteína animal às comunidades que habitaram o território que hoje é Moçambique. No período colonial, num primeiro momento, o sector foi subalternizado mas nem por isso deixou de prover aos habitantes do território de pescado nestes tempos, numa perspectiva não só de subsistência mas igualmente numa vertente comercial e, a posterior, com o estabelecimento de unidades industriais.

É no período pós - independência do país que o sector ascende à categoria de “espinha dorsal” da economia, contribuindo com mais de 40% das exportações e, conseqüentemente, torna-se sector chave da economia nacional, no que tange à captação de moeda convertível no mercado internacional e para a produção de alimentos para a segurança alimentar em Moçambique. Considerando a importância, não só económica, como também social do sector, sendo que actualmente a sua contribuição nas exportações é modesta, no sentido de salvaguardar a memória do sector, foi equacionado um museu como instrumento de preservação, não só da memória histórica do sector, mas também, da cultura material e imaterial mais significativa da actividade pesqueira no país.

É de referir que a ideia da criação de um museu para o sector das pescas, data de há mais de um século, tendo sido materializada em 2013. Contudo, pela natureza do legado cultural da actividade, o museu, por si, parece não ser um instrumento globalizante para a preservação da cultura pesqueira em Moçambique. Portanto, ficou evidente na exposição inaugural do Museu das Pescas a complexidade da representação desse legado cultural, uma vez que a mesma conta, de forma parcial e descontextualizada, a história das pescas de Moçambique, sendo que o discurso expositivo, entre outros aspectos, centra a sua atenção na actividade pesqueira desenvolvida nas águas marítimas e na pesca artesanal. A comunicação do legado significativo da actividade pesqueira em Moçambique apresentada pelo museu encontra limitações devido à

ausência de sistematização de informações com base num estudo aprofundado sobre a actividade pesqueira do país nas suas várias disciplinas (ciências aquáticas, antropológicas, históricas, entre outras) cujos resultados seriam debitados ao inventário da sua colecção e na produção de uma exposição de longa duração mais abrangente, alimentada por várias temáticas de curta duração. Tais resultados ilustrariam, também, a riqueza do legado em questão e a contribuição efectiva do sector das pescas na consolidação de um Moçambique pós-colonial.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ADAM, Yussuf - *Escapar aos Dentes do Crocodilo e cair na boca do Leopardo: Trajectória de Moçambique Pós-colonial (1975-1990)*. Maputo : Promédia, 2006. 478 p.

AMADOR, Celestino - A Pesca e Indústrias derivadas em Moçambique. *Revista Agrícola*. Lourenço Marques. N° 57 (1963), p. 43-45.

ANCHESON, James M. - Anthropology of Fishing. *Annual Reviews*. [Em linha]. N° 10 (1981), p. 275-316. [Consult. 05 Set. 2013]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.annualreviews.org/aronline>.

BORTOLOTTTO, Chiara - A salvaguarda do património cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. *Revista Memória em Rede*. [Em linha], N° 4 (2010), p. 6-17. [Consult. 02 Mar. 2012]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede>.

BOURDIEU, Pierre - *O Poder Simbólico*. 2ª ed. Lisboa : Edições 70, 2011.

CABRAL, António - *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas da Província de Moçambique*. Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1925, 93 p.

CAPELA, José; MEDEIROS, Eduardo. O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902. Maputo: UEM, 1987. 128 p.

COELHO, João P. Borges - *Moçambique e a África Austral: Uma leitura histórica do presente*. In V CONGRESSO DE ESTUDOS AFRICANOS NO MUNDO IBÉRICO ÁFRICA: COMPREENDER TRAJECTOS, OLHAR O FUTURO. Covilhã: s/e, 2006.

CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2010. 306 p. ISBN 978-972-441-2740.

CONCEIÇÃO, António Rafael - *Entre o Mar e a Terra: Situações Identitárias no Norte de Moçambique*. Maputo : Promédia, 2006, 330 p.

CONCEIÇÃO, António Rafael - A Resolução de Conflitos nas Comunidades de Pecadores na Zona de Angoche/Moma, Província de Nampula. In Sousa Santos, Boaventura de; Trindade, João Carlos org. – *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto : Edições Afrontamento, 2003, p.501-520.

CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS - Código Deontológico do ICOM para Museus. Lisboa : Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2003.

COSTA, Camilo; FERRINHO, Homero - *Moçambique: Agricultura, Silvicultura, Piscicultura e Apicultura*. Lourenço Marques : [s.n], (1964), 434 (12).

COSTA, Mário - Métodos e Apetrechos de Pesca. *Divulgação*. Lourenço Marques : Serviços de Agricultura e Serviços de Veterinária, nº 32 (1967), p. 3-25.

CUCHE, Denys - *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa : Fim de Século - Edições, 2003, 189 p. ISBN 972-754-246-8.

CURY, Marília - *Exposição: Conceção, Montagem e Avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005, 162p. ISBN 857-419-593-6.

DARCH, Colin - Trabalho Migratório na África Austral: Um Apontamento Critico sobre a Literatura existente. *Estudos Moçambicanos*. Maputo, nº3 (1980), p. 81-96.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. Trad. Coment. Bruno Soares; Marilia Cury. São Paulo: Comité Brasileiro do Conselho Internacional dos Museus, 2013. 100 p. ISBN 978-858-256-025-9.

DIEGUES, António Carlos - A Sócio-Antropologia das Comunidades Pescadores Marítimos no Brasil. *Etnográfica*. [Em linha] Vol. III, nº2 (1999), p. 361-375. actual. s/d [Consult. 06 Set. 2013]. Disponível na Internet: <URL: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf>;

EGERÖ, Bertil - *Moçambique: Os Primeiros Dez anos de Construção da Democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992. 272 p.

FIGUEIREDO, Rómulo de Oliveira - Caracterização do Sector Pesqueiro de Moçambique. *Ultramar*. Vol. V, nº17 (1964), p. 128-154.

FONSECA, Maria Cecilia Londres - Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de património cultural. In ABREU, Regina; CHAGAS, Mário org. – *Memória e Património: Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.56-76. 320 p. ISBN 85-7490-241-1.

FREIRE, João - *Do controlo do Mar ao controlo da Terra: A Marinha, entre o combate ao Tráfico negreiro e a imposição da Soberania no norte de Moçambique 1840-1930*. Lisboa : Comissão Cultural da Marinha, 2013. 288 p. ISBN 978-989-815-9601.

FUNDO DE FOMENTO PESQUEIRO - *Relatório de Aquisição de Bens Culturais Sobre a Actividade Pesqueira para Integrar o Acervo do Museu das Pescas na província de Nampula*. Maputo, Fundo de Fomento Pesqueiro - Projecto Museu das Pescas, 2013. Acessível no Museu das Pescas, Maputo, Moçambique.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - *Avaliação Intercalar do Projecto de Pesca Artesanal de Nampula*. [Em linha] [Consult. 14 de Set. de 2010]. Disponível na Internet: <URL: http://www.ifad.org/evaluation/public_html/eksyst/doc/prj/region/pf/mozambique/pdf-porto.pdf>

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - *Habilitar os pobres rurais a superar a pobreza e Moçambique*. [Em linha] [Consult. 16 de Jun. 2015]. Disponível na Internet: http://www.ifad.org/operations/projects/regions/Pf/factsheets/mozambique_p.pdf

FURTADO, Lourdes - Origens Pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia, contribuições para projecto de estudo pluridisciplinar. *Bol. Para. Goeldi. Ciências Humanas*. [Em linha] Vol. 1 (2006), p. 159-172. [Consult. 7 Dez. 2010]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv1n2_2006/origens\(furtado\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv1n2_2006/origens(furtado).pdf).

GARCIA, Francisco - *Burocracia e Poder: o caso da Administração Pesqueira de Moçambique*. Lisboa: Instituto Superior do Trabalho e da Empresa, 2003. Dissertação de Mestrado.

GARRIDO, Álvaro; ALVES, Francisco (coord.) - *Octávio Lixa Filgueiras: Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa : Âncora Editora, 2009.

GIDDENS, Anthony - *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 156p.

GONÇALVES, Flávio – Os Pescadores Poveiros em Angola e Moçambique. *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*. Vol. VI, nº2 (1967), p. 285-322.

GONÇALVES, M. Intervenção do Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro. In SEMINÁRIO DE AUSCULTAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE O PAPEL E MANDATO DOS MUSEU DAS PESCAS. Maputo: Fundo de Fomento Pesqueiro, 2008. p. 11-14.

GONÇALVES, Manuel; INOQUE, Daniel - Porque “musealizar” um sector de actividade produtiva? Lições aprendidas do processo de estabelecimento do Museu das Pescas de

Moçambique, 1982 a 2006-2010. In: ATAS DO VI ENCONTRO DOS MUSEUS DOS PAÍSES E COMUNIDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA. Lisboa: Conselho Internacional dos Museus-Portugal, 2013. p. 103-110.

HEDGES, David. *et. al.* - *História de Moçambique: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*. 2 ed. Maputo: Livraria Universitária 1999, 295p.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence - *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. 316 p. ISBN 978-857-753-0601.

INOQUE, Daniel - *História de uma Investigação: uma perspectiva histórica da Investigação Pesqueira em Moçambique, 1953-2000*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2007. Ensaio Científico de Culminação de Estudos apresentado como requisito para a obtenção de grau de licenciatura em História), 41 p.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA - *Projecto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala (PPABAS): aspectos a reter da implementação e opções para futura intervenção*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, 2009. Acessível no IDPPE, Maputo, Moçambique.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA - *Relatório do Censo Nacional da Pesca Artesanal das Águas Marítimas*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA - *Atlas da Pesca Artesanal em Moçambique: Síntese do Recenseamento da Pesca Artesanal em Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, 2001. p. 54.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA - *Censo da Pesca Artesanal de 2012*. Maputo: Ministério das Pescas - Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA - *Pesca Artesanal Recenseamento 2007: Principais Resultados*. Maputo: Ministério das Pescas - Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PESQUEIRA – *Estado de Exploração dos Recursos Pesqueiro de Moçambique 2012-2013*. Maputo: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, 2014.

KRANTZ, L. *et al.* - *Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique*. Maputo: Instituto de Investigação Pesqueira, 1988. p. 129.

LACERDA, Hugo de - *Memória sobre questões de pescarias*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1911.

LOPES, Simeão - *Crenças Mágicas-Religiosas Ligadas à Pesca de Pequena Escala na região de Inhassoro: Estudo de caso*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1994. Dissertação de Licenciatura. p. 69.

LOPES, Vicente J.- A Indústria de Pesca em Moçambique. *Annaes do Club Militar Naval*. Vol. XLI, N.º1 (1910), p. 652-684.

MADIQUIDA, Hilário; MADIME, Omar - *Pesquisas Arqueológicas em Linga-Linga*. Maputo: Projecto Museu das Pescas, 2010. 9 p. Acessível no Museu das Pescas, Maputo, Moçambique.

MAROJO, Cassimo - Apresentação do Projecto Museu das Pescas. In SEMINÁRIO DE AUSCULTAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE O PAPEL E MANDATO DO MUSEU DAS PESCAS. Maputo: Fundo de Fomento Pesqueiro, 2008. p. 19-26.

MCGOODWIN, James R. Understanding the Cultures of Communities: A key to fisheries management and food security. *FAO Technical Paper*. [em linha]. N.º400 (2001). actual. s/d [Consult. 02 set. 2013] Roma: FAO. Disponível na Internet: <URL: http://books.google.co.mz/books?id=9fsJegIyv_4C&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>

MEDEIROS, Isabel - *Dinâmicas socioeconómicas e governanças no litoral norte de Moçambique (Província de Cabo Delgado) : Como conciliar pesca artesanal, medidas de conservação ambiental e turismo na perspectiva da luta contra a pobreza?* Lisboa : Edições Colibri, 2011. 163 p. ISBN 978-989-689-1787.

MENDES, António Martins - Pescas em Portugal: um apontamento histórico. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*. Lisboa (2005), 100, p.17-32.

MENESES, Maria Paula - Poderes, direitos e cidadania: O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique. *Revista de Ciências Sociais*. Coimbra (2009), 87, p. 9-42.

MENESES, Maria Paula *et. al.* - As Autoridades Tradicionais no Contexto do Pluralismo Jurídico. In Sousa Santos, Boaventura de; Trindade, João Carlos org. – *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, 623 p.

MINISTÉRIO DAS PESCAS - *Plano Director das Pescas 2010-2019*. Maputo: Ministério das Pescas, 2011.

MISSÃO DE BIOCEANOLOGIA E PESCA DE MOÇAMBIQUE. *Relatório Científico 1969*. Lourenço Marques: Missão de Bioceanologia e Pescas de Moçambique, 1972.

MOURA, Armando Reis - Barcos do Litoral de Moçambique. *Monumenta*. Lourenço Marques: Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique, nº 8 (1972), p.28-32.

NAMILUÉ, José – Evolução Histórico dos Combinados Pesqueiros, 1979-1989. Maputo: Fundo de Fomento Pesqueiro, 2000.

NEGRÃO, José. *Samora e Desenvolvimento*. [em linha]. actual s/d [consult. 13 Jan. 2006] Disponível: <URL: www.iid.org.mz>

NUNES, Oneto Francisco - Introdução. In NUNES, Oneto Francisco - *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora, 2008. p. 9-10.

NEWITT, Malyn - *História de Moçambique*. Mem Martins: Edições Europa-América, 2012, 509 p.

PÉREZ PEREIRO, Xeraldo - “Património cultural: o casamento entre património e cultura”. *ADRA Revista dos sócios do Museu do Povo Galego*. [Em linha] nº 2 (2006) p. 23-41. [Consult. 02 Mar. 2012]. Disponível na Internet: http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf.

PÉREZ PEREIRO, Xeraldo - Patrimonialização e Transformação das Identidades Culturais. In Portela, José; Caldas, João org. - *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 231-247. 623 p. ISBN 972-774-186-X

PINTO, David Alexandre - *Emergência e Sustentabilidade dos Empresários Nacionais: o caso do Sector Pesqueiro na Província de Maputo, 1987-1996*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa, 1999. Dissertação de Mestrado.

RATO, Moreira - O Problema das Pescas Marítimas na Província de Moçambique. *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*. Lourenço Marques, nº128 (1961).

REBELO, Domingos – Moçambique e a exploração Mundial da Pesca e do Comércio da Lagosta: Um estudo económico. *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*. Lourenço Marques, Vol. 32 nº136 (1963).

RIEGL, Alois – O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua génese. Goiânia: Editora Universidade Católica de Goiás, 2006. 121p. ISBN 85-7103-297-1.

ROSINHA, Armando - As Pescas Marítimas: Sua actual posição perante a criação da Missão de Estudos Bioceonológicos e de Pescas de Moçambique. *Anais dos Serviços de Veterinária de Moçambique*. Lourenço Marques: Serviços de Veterinária, nº 16 (1968). p. 335-354.

SANCHES, J. Gonçalves. - Panorama das Pescas em Moçambique. *Notas Mimeografadas do Centro de Biologia Piscatória*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, nº8 (1960), p. 1-4.

SANT'ANNA DA FONSECA Jr. , Joaquim de - *Collecção Colecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Maio de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

SANTANA, Luciano Rocha; OLIVEIRA, Thiago Pires - O Património cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental. *Jus Navigandi, Teresina* [Em linha], ano 9, n. 750, 24 Jul. 2005. actual. s/d. [Consult. 06 Set. 2013] Disponível na Internet: URL <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7044>

SANCHES, J. Gonçalves. - Panorama das Pescas em Moçambique. *Notas Mimeografadas do Centro de Biologia Piscatória*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, nº8 (1960), p. 1-4.

SEMINÁRIO CONJUNTO MOÇAMBIQUE/NORAD SOBRE OS RECURSOS MARINHOS DE MOÇAMBIQUE. 1984. *Revista de Investigação Pesqueira*. Maputo: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, nº 9 (1984). 231 p.

SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DE PESCARIAS DE CRUSTÁCEOS EM MOÇAMBIQUE, 1987. *Revista de Investigação Pesqueira*. Maputo: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, nº 18 (1989) 207 p.

SEMINARIO SOBRE RECURSOS PESQUEIROS E GESTÃO DAS PESCARIAS DE MOCAMBIQUE, 1993? Maputo: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, nº 20 (1995) 95 p.

SILVA, Arménio da *et. al.* - *Migrações de Pescadores entre as Província*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, 2014. Disponível no IDPPE, Maputo, Moçambique.

SOPA, António - Um Sonho Secular. *Revista M de Moçambique*. Maputo: s/e, nº12 (2012), p. 38-44.

SOUSA CRUZ, José João - O Enigma de uma colónia virtual - África Oriental Portuguesa (vulgo Moçambique). *Revista Militar* [Em linha]. actual. 2014. [Consul. 8 Dez. 2014]. Disponível na Internet: URL <http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=344>

WAGNER, Ana - *Mas é preciso gente, porque sem esta, nada se anima*”! *Súbditos portugueses na capitania de Moçambique e Rios de Sena no último quartel do século XVIII*. [Em linha]. Paraná: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, s/d. [Consult. 12 Maio 2014]. Disponível na Internet: <URL: www.poshistoria.ufpr.br/Texto_APWagner.pdf.>

Legislação e documentos orientadores

DECRETO de 25 de Julho de 1904, *Aprovado Regulamento para Execução do Decreto de 28 de Novembro de sobre a Comissão de Pescarias da Província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904.

DECRETO nº 1/75. *Boletim da República. I Série*. 15 (75-07-29) 58-59.

DECRETO nº 63/1998. *Boletim da Republica. I Série*. 46 (98-11-24). 184(4) – 184 (5).

DECRETO nº 27/2013. *Boletim da Republica. I Série*, 49 (13-20-06).

DECRETO nº 45/2014. *Boletim da Republica. I Série*, 71 (14-09-04). 1484 (1)- 1484 (2)

DECRETO PRESIDENCIAL nº 44/78. *Boletim da República. I Série*. 147 (78-12-09) 479-480.

DECRETO PRESIDENCIAL nº 83/83. *Boletim da República. I Série*. 52 (83-12-29) 126-127.

DESPACHO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1978. *Boletim da República. I Série*. 136 (78-11-14)

DESPACHO DE 11 DE OUTUBRO DE 1980. *Boletim da República. I Série*. 43 (80-10-11) 166.

DESPACHO DE 25 de MAIO DE 1988. *Boletim da República. I Série*. 21 (88-05-18) 197.

DIPLOMA LEGISLATIVO n.º 2569/65 *Boletim Oficial. I Série*. 21 (65-01-23) 65-67.

DIPLOMA MINISTERIAL n.º 66/85. *Boletim da República. I Série*. 44 (85-10-30) 163-165.

DIPLOMA MINISTERIAL n.º 118/89. *Boletim da República. I Série*. 46 (89-12-06) 429-430.

DIPLOMA MINISTERIAL n.º 1/94. *Boletim da República. I Série.* 1 (94-01-05).

FRELIMO. *Directivas Económicas e Sociais*. Maputo: sl: s/e, 1983. Acessível na Sede do Partido FRELIMO, Maputo, Moçambique.

FRELIMO. *Directivas Económicas e Sociais: Documentos do 3º Congresso da Frelimo*. s/l, Departamento Trabalho Ideológico da Frelimo, s/d. Acessível na Sede do Partido FRELIMO, Maputo, Moçambique.

LEI n.º58 de 16 de Julho. *Boletim Oficial. I Série.* 167 (1913-08-16).

LEI n.º 10/88 de 22 de Dezembro. *Boletim República. I Série.* 51 (88-12-22) p. 441(13)-441(17).

LEI n.º3/90 de 26 de Setembro. *Boletim República. I Série.* 39 (90-09-26) p. 250(6)-250(14).

LEI n.º22/2013 de 10 de Setembro. *Boletim República. I Série.* 88 (2013-11-01).

PORTARIA PROVINCIAL n.º 556. Colónia de Moçambique de 18 de Agosto de 1923, aprova o Regulamento para a pesca da baleia no mar de Moçambique. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1929.

PORTARIA n.º 17:181. *Boletim Oficial. I Série.* 24 (59-06-13) 542-543.

PORTARIA n.º 21:916. *Boletim Oficial. I Série.* 14 (66-04-02) 847-853.

PORTARIA n.º 80/76. *Boletim da República. I Série.* 40 (76-04-06) 133-135.

PORTUGAL- Regulamento da Pesca nas Águas Marítimas do Território da Companhia de Moçambique pelo Decreto de 13 de Outubro de 1898.

PRESIDÊNCIA DE CONSELHO, III Plano de Fomento para 1968-1973, v. III, Imprensa Nacional de Lisboa, 1968.

PROVÍNCIA DE NAMPULA - *Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento: Quinquénio 2011-2015*. Acessível no Governo do Distrito de Moma, Nampula, Moçambique.

RESOLUÇÃO nº24/2015. *Boletim República. I Série*. 89 (2015-11-06). 671-674.

UNESCO, Convenção para a Protecção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, 1954.

UNESCO, Convenção relativa às Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, 1970.

UNESCO, Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972.

UNESCO, Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático, 2001.

UNESCO, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003.

Entrevistas

PIRABAU, Abraão, Antigo Administrador do Fundo de Fomento Pesqueiro, Ludgero Fernandes Nibau *Entrevista realizada 12 Janeiro 2011*. [Maputo, 2011]. Entrevista concedida a Daniel Inoque, Debora Merali e João Coimbra.

IBRAIMO, Mussa, Extensionista-Amostrador do Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas em Moma-Sede, nascido em 1974. *Entrevista realizada 19 de Dezembro 2014*. [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

ATUMANE, Hussene, Presidente do Conselho Comunitário de Pesca de Moma-Sede, Carpinteiro, Pescador e Proprietário de Embarcação de Pesca, nascido em 1949. *Entrevista realizada 19 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

ATUMANE, Alide, Pescador e Proprietário de Embarcação de Pesca nascido a 13 de Janeiro de 1940. *Entrevista realizada 19 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

SELEMANE, João Confaine, Proprietário de Embarcação de Pesca, Camponês, Secretário do Bairro Micurine “B”, nascido em 1967. *Entrevista realizada 19 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

SAMUEL, Zeferino Aiuba, Proprietário de Embarcação de Pesca, nascido em 1970. *Entrevista realizada 19 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

AMIDO, Suale, Pescador, nascido em 1977, imigrante oriundo do Distrito de Angoche para exercer actividade da pesca em Moma [*Entrevista realizada 19 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

DUAKAI, Rachade, Comerciante-Processador, nascido em 1980. *Entrevista realizada 22 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

ABAKAR, Bachir, Pescador, Comerciante, Cheik, nascido em 1987. *Entrevista realizada 22 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MUSSA, João Mussa, Pescador e Comerciante, nascido em 1979. *Entrevista realizada 23 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

OSSUFO, Silvestre, Pescador, nascido em 1989. *Entrevista realizada 23 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

ADAMUGI, Jumato, Pescador e Comerciante, nascido em 1993. *Entrevista realizada 23 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

INTAVE, Isidro, Delegado do Instituto Nacional de Pesca de Pequena Escala, funcionário do sector desde 1992, nascido em 1973. *Entrevista realizada 26 de Dezembro 2014.* [Nampula, Moma 2014]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

GONDOLFO, Gianfranco, Arquitecto, Consultor contratado do Museu das Pescas. *Entrevista realizada 14 Maio 2015.* [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MUSSA, Assane, Antigo Pescador e Proprietário de Embarcação de Pesca, nascido em 1941. *Entrevista realizada 23 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

USSUFO, André, Antigo Pescador e Proprietário de Embarcação de Pesca, nascido em 1951. *Entrevista realizada 23 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MOMADE, Araújo Chale, Administrador do Distrito de Moma. *Audiência no 23 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Concedida a Daniel Inoque.

USSUNE, Daniel, Antigo Pescador e Proprietário de Embarcação de Pesca, nascido em 1940. *Entrevista realizada 26 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

COPILLO, João, Carpinteiro Naval, nascido em 1947. *Entrevista realizada 27 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MUSSA, Alexandre, Carpinteiro Naval, nascido em 1949. *Entrevista realizada 27 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

JAMAL, Jamal, Carpinteiro Naval, não tem informação sobre a data do seu nascimento, chegou em Moma entre 1955 ou 1960. *Entrevista realizada 27 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MANUEL, Raimundo, Carpinteiro Naval, nascido em 1982. *Entrevista realizada 28 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MUQUIRISSIMA, Jaime, Carpinteiro Naval, nascido em 1963. *Entrevista realizada 28 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MICOCHA, Mário, Carpinteiro Naval, iniciou a actividade em 1974. *Entrevista realizada 28 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

OMAR, Domingos, Pescador e Camponês, nascido em 1961. *Entrevista realizada 29 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

LÁZIMO, Omar, Carpinteiro Naval e Marceneiro, nascido em 1974. *Entrevista realizada 29 de Maio 2015.* [Nampula, Moma 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

SAMUEL, Daúda, Pescador, nascido em 1994. *[Entrevista realizada 02 de Junho 2015.* [Nampula, Moma-Mucorojo 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

JAIME, Nunes, Pescador, nascido em 1981 na província da Zambézia, Pebane. *Entrevista realizada 02 de Junho 2015*. [Nampula, Moma-Mucorojo 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MUQUISSIRIMA, Temoteo, Pescador, nascido em 1991. *Entrevista realizada 02 de Junho 2015*. [Nampula, Moma-Mucorojo 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

CHAPO, Jerónimo Francisco, Delegado Marítimo em Moma vinculado ao Instituto Nacional da Marinha subordinado ao Ministério dos Transportes e Comunicação. *Entrevista realizada 03 de Junho 2015*. [Nampula, Moma-Mucorojo 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

DOMINGOS, Latisa, Presidente da Associação de Processadoras Graças à Deus de Mulheres de Moma, nascida em 1989 em Moma, mãe de 8 filhos. *Entrevista realizada 03 de Junho 2015*. [Nampula, Moma-Mucorojo 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MAROJO, Cassimo, Coordenador do Departamento de Colecções e Investigação do Museu das Pescas. *Entrevista realizada 05 de Outubro 2015*. [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MAROJO, Cassimo, Coordenador do Departamento de Colecções e Investigação do Museu das Pescas. *Entrevista realizada 18 de Novembro 2015*. [Maputo, 2015]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

MAROJO, Cassimo, Coordenador do Departamento de Colecções e Investigação do Museu das Pescas. *Entrevista realizada 23 de Dezembro 2015*. [Maputo, 2015]. Visita guiada a Exposição de abertura do Museu das Pescas concedida a Daniel Inoque.

MONTEIRO, Rogério, Arquitecto, Designer, Consultor contratado do Museu das Pescas. *Entrevista realizada 21 Julho 2016*. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque.

GONÇALVES, Manuel, Assessor do Museu das Pescas [*Entrevista realizada 08 de Agosto 2016*. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque

MACHAÚLE, Mário, Desenhador Naval, Técnico do Museu das Pescas [*Entrevista realizada 16 Agosto 2016*. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque

FORJAZ, José, Arquitecto, Consultor-Chefe do Gabinete de Arquitectura que projectou e fiscalizou a construção do edifício do Museu das Pescas [*Entrevista realizada 18 Agosto 2016*. [Maputo, 2016]. Entrevista concedida a Daniel Inoque